

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



Dissertação

**A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos  
científicos de Sociologia:**

Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais da Ciência

**Camila Botelho Schuck**

Pelotas, 2016

**Camila Botelho Schuck**

**A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos  
científicos de Sociologia:**

Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais da Ciência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S383f Schuck, Camila Botelho

A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos científicos de sociologia : uma abordagem a partir dos estudos sociais da ciência / Camila Botelho Schuck ; Léo Peixoto Rodrigues, orientador. — Pelotas, 2016.

137 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Políticas de publicação. 2. Periódicos. 3. Capes. 4. Sociologia da ciência. I. Rodrigues, Léo Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 306.4

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733



Camila Botelho Schuck

**A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos científicos de Sociologia:**

Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais da Ciência

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 15 de junho de 2016.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Prof. Dr. Pedro Robertt Niz

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Adriano Premebida

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu pai, Fernando Schuck, por ter me amado incondicionalmente e ter sido o melhor amigo que eu poderia ter nesta jornada, por seu apoio, suas palavras de conforto e sua fé, que contribuíram para que eu me mantivesse no caminho apesar de todos os percalços. Conjuntamente agradeço a minha avó Glaci Schuck por seu eterno incentivo para a realização de uma vida acadêmica, qualquer realização nesse sentido, só foi possível por sua crença de que as circunstâncias não determinariam meus ideais. Agradeço meu avô por todo apoio que pode dar aos meus estudos, que mesmo tendo partido antes de eu poder concluir essa etapa, foi peça fundamental em minha vida.

Agradeço aos amigos (que posso chamar alguns de família), Andréa e Patrícia pela perseverança em nunca me deixar desistir, me apoiando nos momentos difíceis e pelas leituras que foram obrigadas a fazer da minha dissertação. A Jéssica por seu carinho e paciência nos momentos difíceis. A Ramita e Rauita pelas chamadas para que eu não perdesse o foco.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, pela oportunidade única de estar com professores tão dispostos a repassar seus saberes, a apresentar a essência dessa disciplina, que é a Sociologia. Sem dúvida, esta oportunidade tornou-se processo fundamental para mim, como pesquisadora.

Por último, e não menos importante agradeço ao meu orientador, professor Léo Peixoto, por toda a sabedoria que repassou, pela paciência em ensinar coisas que certamente eu já deveria ter aprendido antes de chegar a suas mãos. Agradeço as oportunidades que ele me apresentou como pesquisadora, ao apoio, aos “puxões de orelha” quando necessário, às palavras de conforto nos momentos difíceis que tive de atravessar e superar nessa jornada. Se hoje me sinto capaz de ultrapassar os meus limites, de ir além do que acredito sem dúvida ele é um dos responsáveis.

Agradeço aos elementos do destino, os quais não podem ser previstos, pela escolha de “tentar e falhar, que preocupar-se e ver uma vida passar [...]. Tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final” citando Martin Luther King.

## RESUMO

SCHUCK, Camila Botelho. **A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos científicos de Sociologia: Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais da Ciência.** 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas.

Através do referencial teórico da Sociologia da Ciência, a presente dissertação buscou conhecer a formulação de políticas dos periódicos científicos brasileiros, tomando como exemplo a área de Sociologia. Deste modo, investigamos a formulação, o processo de avaliação, os atores sociais envolvidos, os planos em longo prazo estabelecidos para ciência brasileira, mantendo os periódicos científicos como foco. Para tal, foi necessário conhecer as agências regulatórias que são responsáveis pelo acompanhamento desses aspectos. Nesse sentido, encontra-se a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a qual possui destaque não somente na formulação e avaliação dos critérios para avaliação dos periódicos como é responsável pela expansão da Graduação e Pós-Graduação no Brasil. Sendo assim, buscaremos refletir observando os efeitos da globalização sobre o panorama científico de produção e divulgação dos resultados, compreendendo toda a lógica desse sistema.

**Palavras-chave:** Políticas de publicação. Periódicos. Capes. Sociologia da Ciência.

## ABSTRACT

SCHUCK, Camila Botelho. **A formulação de políticas de publicação pela Capes para os periódicos científicos de Sociologia: Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais da Ciência.** 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas.

Through the Sociology of Science, this thesis was to determine the formulation of brazilian scientific journals policies, taking as an example the area of Sociology. Thus, we aim to investigate the formulation, the evaluation process, the actors involved, the long-term plans established for brazilian science, keeping journals focus. This will need to know the regulatory agencies that are responsible for monitoring these aspects. In this sense, it is the Coordinator of Higher Education Personnel Training (Capes) which has highlighted not only the formulation and evaluation of the criteria for evaluation of journals and is responsible for the expansion of Undergraduate and Graduate Studies in Brazil. Therefore, we will seek to reflect observing the effects of globalization on the scientific outlook of production and dissemination of results, including all the logic of this system.

**Keywords:** Publishing policies. Journals. Capes. Sociology of Science.

## Lista de Quadros e Gráficos

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Figura 1</b>  | Expansão dos cursos de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil (2012) .....                              | 79  |
| <b>Figura 2</b>  | Gráfico de cursos da área de Sociologia.....   | 80  |
| <b>Figura 3</b>  | Estrutura Organizacional da Capes.....   | 105 |
| <b>Figura 4</b>  | Sujeitos da pesquisa.....  | 106 |
| <b>Tabela 1</b>  | Número de cursos em atividade.....   | 96  |
| <b>Tabela 2</b>  | Distribuição de alunos matriculados na pós-graduação por grande área (2009).....                       | 96  |
| <b>Quadro 1</b>  | Aumento da criação de tecnologias com o passar dos séculos.....  | 48  |
| <b>Quadro 2</b>  | Ranking dos países considerando a qualidade e quantidade de artigos científicos publicados (2013)..... | 71  |
| <b>Quadro 3</b>  | Ranking das revistas de Sociologia com maior FI do mundo...  | 74  |
| <b>Quadro 4</b>  | Aumento das bases referenciais da Capes.....   | 77  |
| <b>Quadro 5</b>  | Valores do fator de impacto para cada estrato do Qualis.....   | 79  |
| <b>Quadro 6</b>  | Exigências para cada estrato do qualis na área de Sociologia (2013).....                               | 83  |
| <b>Quadro 7</b>  | Documentos selecionados para análise documental.....   | 88  |
| <b>Quadro 8</b>  | Perfil da ciência produzida nas universidades.....   | 89  |
| <b>Quadro 9</b>  | Estratégias para a melhoria do desempenho do sistema.....  | 91  |
| <b>Quadro 10</b> | Políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior.....               | 93  |
| <b>Quadro 11</b> | Avaliação e qualidade da pós-graduação.....  | 94  |
| <b>Quadro 12</b> | Sistema de avaliação da pós-graduação brasileira.....  | 97  |
| <b>Quadro 13</b> | Comparativo das Especificidades do Qualis da área de Sociologia e Ciências Biológicas I (CBI).....     | 100 |
| <b>Quadro 14</b> | Etapas da análise de conteúdo aplicada aos documentos.....   | 103 |
| <b>Quadro 15</b> | Sujeitos das instituições a serem investigados.....  | 107 |
| <b>Quadro 16</b> | Síntese dos objetivos e justificativa para conhecer as políticas de publicação da Capes.....           | 108 |
| <b>Quadro 17</b> | Indicadores selecionados para identificação de relevância.....   | 108 |

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Quadro 18</b> | Recorte das unidades de registro do questionário do CTC.....         | 109 |
| <b>Quadro 19</b> | Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância..... | 110 |
| <b>Quadro 20</b> | Recorte das unidades de registro do questionário do Dav.....         | 112 |
| <b>Quadro 21</b> | Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância..... | 112 |
| <b>Quadro 22</b> | Recorte das unidades de registro do questionário CAA I.....          | 114 |
| <b>Quadro 23</b> | Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância..... | 115 |
| <b>Quadro 24</b> | Recorte das unidades de registro do questionário CAA I.....          | 117 |
| <b>Quadro 25</b> | Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância..... | 118 |

## Lista de Siglas

- ABEC:** Associação Brasileira de Editores Científicos
- CAA I:** Coordenadoria de Área de Avaliação (Sociologia)
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Cofecub:** Comitê Francês de Avaliação Universitária e Científica com o Brasil
- Copere:** Consórcio de Periódicos Eletrônicos
- Dav:** Diretoria de Avaliação
- CTC:** Conselho Técnico Científico
- EBAPE:** Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- Embrapa:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA:** Estados Unidos da América
- FI:** Fator de Impacto
- IES:** Instituições de Ensino Superior
- ISI:** Institute for Scientific Informat
- JCR:** Journal Citation Reports
- MCT:** Ministério da Ciência e Tecnologia
- NASA:** National Aeronautics and Space Administration
- PAAP:** Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
- PNPG:** Plano Nacional de Pós-Graduação
- RAP:** Revista de Administração Pública

## **Lista de Apêndice**

**Apêndice A** – Questionário aplicado na ABEC

**Apêndice B** – Questionário aplicado no CTC-ES

**Apêndice C** – Questionário aplicar no DAV

**Apêndice D** – Questionário aplicado ao CAA I

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 14 |
| <b>2 A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO TEÓRICO</b> ..... | 20 |
| 2.1 INTRODUÇÃO .....  | 20 |
| 2.2 ASPECTOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.....   | 21 |
| 2.3 DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA.....                     | 29 |
| 2.4 UM SEGUNDO MOMENTO NA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA.....  | 35 |
| 2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA.....  | 42 |
| <b>3 AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 70 E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIAL</b> .....  | 43 |
| 3.1 INTRODUÇÃO.....   | 43 |
| 3.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA GLOBALIZAÇÃO.....   | 44 |
| 3.2.1 A reinvenção da tecnologia.....   | 47 |
| 3.2.2 A mudança político-econômica como força transformadora do trabalho.....                             | 54 |
| 3.2.3 Sociedade e cultura globalizada.....  | 59 |
| 3.2.4 As novas formas de conhecer, o ensino e a universidade.....   | 63 |
| 3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE GLOBALIZAÇÃO.....   | 67 |
| <b>4 AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA CAPES A PARTIR DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA</b> .....                | 69 |
| 4.1 INTRODUÇÃO.....   | 69 |
| 4.2 OS PERIÓDICOS E AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO NOS PAÍSES EM NÍVEL DE EXCELÊNCIA.....                     | 70 |
| 4.3 CAPES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS.....                                    | 75 |
| 4.4 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO SOBRE A CAPES.....  | 84 |
| <b>5 MÉTODOS, TÉCNICAS, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS</b> .....  | 85 |
| 5.1 INTRODUÇÃO.....   | 85 |
| 5.2. ANÁLISE DOCUMENTAL DOS MATERIAIS.....  | 86 |
| 5.2.1 Análise documental do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-  |    |

|  |     |
|--|-----|
| <b>2020)</b> .....   | 88  |
| <b>5.2.2 Análise documental dos critérios de avaliação de periódicos da área de Sociologia e da área de Ciências Biológica I</b> ..... | 99  |
| <b>5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA FALA DOS SUJEITOS</b> .....  | 102 |
| <b>5.3.1 Sujeitos respondentes</b> .....   | 104 |
| <b>5.3.2 Análise de conteúdo dos questionários respondidos pelo Conselho Técnico Científico (CTC-S)</b> .....                          | 109 |
| <b>5.3.3 Análise de conteúdo dos questionários respondidos pela Diretoria da Avaliação (Dav)</b> .....                                 | 111 |
| <b>5.3.4 Análise de conteúdo dos questionários respondidos pela Coordenação da Área de Sociologia (CAA I)</b> .....                    | 114 |
| <b>5.3.5 Análise de conteúdo dos questionários respondidos pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC)</b> .....         | 116 |
| <b>5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE ANÁLISE DE DADOS</b>  | 119 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 120 |
| <b>REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO</b> .....   | 126 |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | 130 |

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo dos *Social Science Studies*<sup>1</sup> há a possibilidade de discutirmos alguns aspectos da divulgação dos resultados e processos de pesquisas no Brasil, entre estes: o crescente aumento do número de publicações científicas em contrapartida a qualidade destas; a questão da ciência periférica, central e marginal no que concerne a ciência produzida no País; a dificuldade em ter um controle total do fator de impacto destas pesquisas; os atores sociais envolvidos no processos das políticas das pesquisas brasileiras; o possível embate (se existente) entre os atores que propõe tais políticas e o que devem se adequar as novas demandas.

Antes de nos determos ao objeto desta pesquisa, é necessário a compreensão da construção do que atualmente é chamado *Social Science Studies*, especificamente, no que se refere à Sociologia da Ciência, inaugurada na passagem do final da década de 1930 e início de 1940 a partir de seu precursor Robert King Merton, o qual defendia justamente que a ciência poderia e deveria ser um objeto de estudo da sociologia. Merton propunha uma sociologia com ênfase na análise social da ciência, inserindo-se inicialmente dentro da sociologia do conhecimento, propondo uma institucionalização da ciência, na qual pudesse ser observada não somente a influência da ciência na sociedade, mas também a influência da sociedade na ciência (Rodrigues, 2005, p.87). Seus escritos se consolidaram de tal forma a ponto de estabelecer o que foi chamado de Escola Mertoniana, sendo o autor um dos precursores entre os sociólogos norte-americanos da época e fundamental para qualquer pesquisa que aborde a sociologia da ciência.

Se Merton, por um lado, foi o precursor da Sociologia da Ciência, por outro lado, a sua proposta ficou restrita ao âmbito institucional da ciência, isto é, suas investigações aprofundaram-se sobre o contexto social, porém o seu núcleo duro<sup>2</sup>, continuava a ser asséptico com relação às questões que estivesse fora da “razão pura” definida como verdade absoluta, intocável de qualquer pesquisa. Neste

---

<sup>1</sup> Atualmente tanto a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência quanto a Sociologia do Conhecimento Científico têm sido chamadas internacionalmente de *Social Science Studies*.

<sup>2</sup> O núcleo duro refere-se à própria lógica da descoberta dentro da ciência.

sentido, o contexto social e político referia-se à visão externalista, que Merton propunha ser passível de investigações apoiadas no que ele denominou de ethos<sup>3</sup> da ciência (Merton, 1968), enquanto a visão internalista referia-se exatamente a este “núcleo duro”, que coloca a ciência como que composta por fatores racionais e internos a si própria, a sua episteme<sup>4</sup> propriamente dita.

O conflito da visão internalista/externalista acabou permitindo um segundo momento da sociologia da ciência. Neste, houve uma importante crítica a Merton, focada no fato de que o mesmo não ir além dessa perspectiva externalista e institucional da ciência. Desta forma, houve um aprofundamento nos Estudos Sociais da Ciência, desde Thomas Kuhn – com o seu famoso ensaio “A estrutura das revoluções científicas”, publicado pela primeira vez em 1962 –, e que foram desenvolvidos por sociólogos como Karin Knorr Cetina, Bruno Latour, Steve Woolgar e David Bloor. Para estes sociólogos, o próprio “núcleo duro” estaria contaminado por fatores sociais, isto é, não existia uma divisão como pretendia a epistemologia de orientação analítica entre ciência internalista e externalista (Rodrigues, 2005).

Uma das precursoras deste segundo momento foi Karin Knorr-Cetina, socióloga que dedicou seus estudos à epistemologia da ciência e ao construcionismo social. Esta traz grandes contribuições a respeito dos estudos sobre Sociologia do Conhecimento e Sociologia da Ciência, segundo Knorr-Cetina (2005) a primeira instituição de conhecimento em todo mundo, é a ciência, esta que é construída de certo modo sob negociações dos atores sociais, que por sua vez definem e legitimam o que no futuro pode ser considerado senso comum. Nesta mesma perspectiva de compreender e até mesmo de aprofundar os conhecimentos sobre Sociologia da Ciência, as pesquisas do filósofo e psicólogo Bloor são fundamentais para a construção do Programa Forte da Ciência, em que deixava de lado os estudos sobre os atores sociais da ciência, para conhecer os objetos desta. Em resumo, a Sociologia da Ciência passava a estudar não somente o contexto social, mas também o contexto científico no qual se dava a investigação, isto é, a própria lógica da descoberta (contexto da justificação) (Moraes, 2004, p. 02). Já os

---

<sup>3</sup> O ethos construía normas e valores aos qual a ciência deveria guiar-se, sendo estes: o universalismo, que definia que os textos deveriam seguir um padrão universal; o comunismo que se referia aos trabalhos como bem comum da sociedade e não apenas de um único indivíduo; a ciência não deveria guiar-se por interesses privados que não fosse a própria acumulação de conhecimento para humanidade; a ciência deveria ser livre de qualquer preconceito ou conclusão a priori.

<sup>4</sup> Episteme no sentido da construção de suas inferências, dos seus critérios de verdade e não-verdade.

conceitos desenvolvidos por Bloor foram fundamentais para a sociologia dos teóricos Latour e Woolgar, principalmente no que se refere ao princípio de simetria – o estudo do erro e do acerto na ciência – no qual Latour acabou por estender esse conceito para a uma dupla simetria, no qual não só o erro e o acerto deveriam ser investigados, mas também a construção da sociedade (Latour & Woolgar, p. 24, 1997).

A partir da perspectiva da primeira e segunda fase dos *Social Science Studies*, que assume a inseparabilidade das noções internalista/externalista ou o contexto da descoberta/contexto da justificação – que inclusive foram forjados no positivismo lógico –, nos permite investigar o conhecimento científico produzido no Brasil, tais como: as políticas de publicação e no quê e porque estas se diferenciam de algumas das políticas internacionais, a articulação destas políticas com o que é solicitado por estes editores, e o contexto social destas. Para tal, também deve ser levado em consideração o que Vinck (2014) concebe como a articulação existente entre ciência e sociedade, pois segundo o autor, não há possibilidade de investigar a autonomia da ciência, o seu papel, a organização do conhecimento através desta e de sua cultura, sem escapar do aspecto social, intrínseco a esta instituição. As políticas de publicação estão regulamentadas através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), deste modo, é importante que se compreenda a história e o impacto que a Capes possui na política de avaliação de periódicos no nosso país.

No que tange às políticas publicação de periódicos, a Capes tem sido o órgão responsável por estas e por toda administração da expansão e consolidação da pós-graduação no país. Criada em 1951, com o intuito de manter um número suficiente de pessoas capacitadas para a necessidade de projetos acadêmicos do país, com o passar dos anos, consolidou-se como uma instituição responsável por diversas ações reconhecidas nacional e internacionalmente. No ano de 2013, o país alcançou a 13ª posição na classificação mundial em produção científica, segundo o indicador Thomson/ISI, superando países como Rússia e Holanda, dados como estes comprovam, de algum modo, a importância de um órgão como a Capes no que diz respeito às suas ações nacionais e internacionais nos diferentes âmbitos de produção de conhecimento científico.

No âmbito das ações internacionais desenvolvidas pela Capes, está o acordo de Cooperação Internacional, elaborado com o intuito de qualificar a competência

em ciência e tecnologia do país e de inserir o ensino superior dentro do contexto internacional de pesquisa. Segundo a Capes (2011), esta inserção é fundamental, pois constrói redes de cooperação, promove a modernização dos currículos e disciplinas do ensino, contribui para o desenvolvimento de áreas de conhecimento, incentiva a busca e criação de novas tecnologias, além de estimular as publicações em conjuntos com pesquisadores e grupos de estudo do exterior.

Quanto às ações nacionais descritas pela Capes (2011), podem ser listadas entre as principais: o Ciência sem Fronteiras, programa que promove intercâmbio dos alunos brasileiros para universidades internacionais, como meio de agregar conhecimento e formar redes de cooperação; o Portal de Periódicos Capes, que funciona como uma biblioteca virtual com acesso livre e gratuito, disponibilizando os melhores periódicos científicos nacionais e internacionais para as universidades e proporcionando acesso ao que há de mais atual nas pesquisas publicadas mundialmente; o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), ofertando cursos do ensino superior às camadas da população que não possuem acesso a tal.

Quanto à qualidade das atividades desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação, o ano de 1976 foi um marco<sup>5</sup> no qual a Capes notou a necessidade de realizar diversas avaliações, com o intuito de estimular as atividades realizadas por estes. Desta forma, programas com maior desenvolvimento e qualidade, possuem maior investimento. Entre os critérios avaliados, consta a produção intelectual de cada Programa, sendo atribuída uma nota<sup>6</sup> referente ao desempenho do programa como um todo e um conceito referente à qualidade dos periódicos do curso.

---

<sup>5</sup> Além do ano de 1976 ser um marco, com o passar do tempo a Capes foi aperfeiçoando este processo avaliativo. Em 1980 passou a ter consultores que visitavam os programas para relatarem as atividades realizadas. Em 1984 o período de avaliação passou a ser bienal ao invés de anual, o que a partir do ano de 1985 tornou-se o ano em que além desses resultados serem publicados, os mesmos tornaram-se alvo de estudos sobre o desempenho da Capes e dos programas avaliados. A partir de 1990 até 1994, ocorreram diversos debates terminando em uma reformulação dos critérios de avaliação do órgão aumentando seu desempenho. De 1997 a 1998, através das realizações de palestras e seminários nos quais os critérios e o sistema de avaliação foram discutidos, ocorreu a reformulação do sistema para o modo que está atualmente (2014).

<sup>6</sup> Os Programas de Pós-Graduação são qualificados com notas de 1 a 7. Programas com notas 1 e 2, são reprovados e não podem emitir diplomas de mestre ou doutor; programas com nota 3 são considerados regulares, estando de acordo ao mínimo que é exigido; notas 4 e 5 caracterizam o programa com este possuindo um bom desempenho, de modo que a nota 5, também é nota máxima para programas que só possuem mestrado; notas 6 e 7 creditam aos programas um nível de excelência equivalente aos programas internacionais.

No ano de 2010, como forma de automatizar seu processo de avaliação da produção intelectual, a Capes criou o sistema WebQualis<sup>7</sup>, que através das políticas estabelecidas, estratificava toda a produção do conhecimento, concedendo a estas, através de seu desempenho, conceitos que definiam a qualidade de cada periódico avaliado.

Este tipo de avaliação não é algo tão novo dentro da Ciência da Informação, provém de um encadeamento que retoma a elaboração de periódicos dentro do contexto da emergência de disciplinas ao longo da Idade Média. Primeiramente o conhecimento era dividido entre o conteúdo de gramática, retórica, leitura e o conteúdo de aritmética, astronomia, geometria e outras disciplinas (Vinck, 2014, p.86). Todo este conhecimento era acumulado dentro das faculdades, com acesso restrito aos estudiosos de cada disciplina, porém com a maior difusão do papel e posteriormente com a chegada da impressão, notou-se a possibilidade de agrupar a produção desse conhecimento em periódicos que circularam por todo ocidente (Eisenstein 1991 apud Vinck 2014).

Saindo deste panorama que apresenta alguns autores precursores dos Estudos Sociais da Ciência e da contextualização destes com a Capes, especificamente as políticas de publicação – objeto de estudo de nossa pesquisa – apresentaremos nosso detalhamento dos aspectos técnicos e metodológico desta.

Através da Sociologia da Ciência pretende-se compreender os aspectos institucionais da ciência produzida no nosso país, problematizando os seguintes questionamentos: Se as políticas de publicação têm como objetivo a qualidade dos periódicos, porque o número de periódicos com maior qualificação ainda é restrito? Questões técnicas como a priorização da quantidade de artigos e de periódicos em contrapartida da qualidade destas pesquisas entram na pauta de discussões da Capes? Como é avaliado todo o panorama das políticas de publicações para que as decisões sobre as mudanças sejam tomadas? E finalmente seria crucial questionar qual o interesse da Capes com relação aos periódicos brasileiros, no que tange ao progresso do conhecimento produzido no Brasil.

Para a formulação das possíveis hipóteses partiremos do ponto de que o papel da Capes como órgão competente para desenvolvimento de ações voltadas para o aprimoramento e desenvolvimento da educação no país, tem sido elaborado

---

<sup>7</sup> O sistema informatizado WebQualis estratifica a produção do conhecimento e qualificando-a de A1 (para o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (para o conceito equivalente a 0).

com bastante êxito, porém, compreendemos que a ciência brasileira ainda está longe de alcançar de forma uniforme os padrões internacionais exigidos pela Capes, em outras palavras, acreditamos que neste ponto, as políticas de publicação são desenvolvidas com esse intuito, no entanto, os periódicos científicos ainda não conseguem se adequar a esta norma por fatores que buscaremos identificar.

Quanto à situação dos periódicos brasileiros (com exceção de alguns), acreditamos que estes estão relegados a uma situação periférica com relação à ciência mundial, devido às políticas elaboradas pelas Capes creditarem um valor maior às pesquisas realizadas com pesquisadores internacionais e a autores com publicação em periódicos internacionais. Neste mesmo contexto, pensamos que as oscilações e mudanças destas políticas se dão conforme as mudanças que existem dentro dos padrões internacionais.

Acreditamos também, que a Capes não foca suas políticas na qualidade das publicações, tendo uma avaliação extremamente quantitativa da ciência, o que seria o motivo pelo qual o Brasil não possui uma boa colocação no ranking mundial de artigos com qualidade.

Por fim, acreditamos que estes sejam alguns dos motivos que influenciam a situação da ciência brasileira e os dados que são apresentados a respeito de nossos periódicos científicos, no que se refere às bases de dados que avaliam esta parte da ciência mundial.

No que concerne ao objetivo geral desta pesquisa, buscamos conhecer e explicar os fatores que envolvem as políticas de publicação de periódicos da Capes, demarcando esta investigação a partir de 2011 – data inicial do Plano Nacional de Pós-Graduação – até o ano de 2014, observando assim, os impactos dessas políticas sobre os pesquisadores, as revistas científicas e a própria ciência brasileira. Nesse sentido, para que conheçamos de forma mais detalhada os aspectos que envolvem a Capes, sendo estes: 1) Conhecer as políticas de publicação no Brasil que envolvem diretamente a Capes; 2) Observar as mudanças e oscilações que tem envolvido tais políticas no período supramencionado em setores que atuam na formulação de políticas; 3) Definir os atores que estão envolvidos (que definem/influenciam) na formulação de tais políticas e sob quais acordos elas se dão. Deste modo, apresentamos a seguir, nosso referencial teórico, para, posteriormente, darmos conta dos objetivos em questão.

## **2 A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO TEÓRICO**

### **2.1 INTRODUÇÃO**

A Sociologia como subárea das Ciências Sociais, que permite investigar e explicar diversos aspectos relativos à sociedade, ao longo de seu desenvolvimento consolidou-se com inúmeros estudos, nos quais eram compreendidos claramente estes como objetos de estudo da sociologia. Porém, nem em todas as áreas a Sociologia encontrou facilidade para legitimar-se como disciplina do conhecimento científico. A Sociologia do Conhecimento, por exemplo, encontrou limitações desde o seu desenvolvimento para tratar assuntos relativos à ciência, como uma forma de produção de conhecimento social. Posteriormente à Sociologia do Conhecimento, houve a emergência da Sociologia da Ciência, também como uma subdisciplina da Sociologia, que se constitui tema deste capítulo, no qual será abordada a institucionalização da Sociologia da Ciência no decorrer dos anos, partindo de seus primórdios no qual se inseria como subdisciplina da Sociologia do Conhecimento, suas restrições, seus precursores, até as condições para sua emergência.

Este capítulo será dividido em quatro partes. No primeiro subcapítulo, discutiremos a origem da Sociologia do Conhecimento e sua articulação com a ciência, perpassando por seus precursores, seu estatuto teórico, o problema do conhecimento, e por fim, os temas os quais passaram a fazer parte da Sociologia do Conhecimento. No segundo subcapítulo trataremos da institucionalização da Sociologia da Ciência propriamente dita, seus principais elementos, a partir da abordagem de Robert Merton, seu precursor. Discutiremos alguns aspectos como a ciência como “núcleo duro”, a relação entre ciência e sociedade, o papel da ciência como objeto de estudo da sociologia, a criação dos quatro imperativos para investigações em ciência (ethos da ciência), a questão da visão internalista/externalista, finalizando com as restrições da Escola Mertoniana para uma Sociologia da Ciência com maior abrangência.

Apesar do importante avanço, a Sociologia Mertoniana sofreu uma forte crítica com relação a alguns aspectos, tais que foram aprofundados em diversos estudos, o que configurou um segundo momento na Sociologia da Ciência, sendo estes a temática do terceiro subcapítulo, que contextualizaremos com autores deste momento, tais como Thomas Kuhn (“A estrutura das revoluções científicas”, 1962), Karin Knorr-Cetina, Bruno Latour, Steve Woolgar e David Bloor. Neste subcapítulo, dissertaremos sobre o Programa Forte da Ciência, a epistemologia da ciência, o construcionismo social, o princípio de simetria e finalmente a consolidação do Social Science Studies.

Em resumo, tal capítulo tem por objetivo dar embasamento à pesquisa que será aqui elaborada, com intuito de fomentar teoricamente toda a discussão que será desenvolvida acerca desta, neste sentido, por ser uma pesquisa de caráter sociológico, deixa-se claro que a Sociologia da Ciência, especificamente a obra de Merton (1968) é a bússola teórica desta pesquisa, não no sentido de tentar encaixar a operacionalização dos conceitos propostos em sua obra, mas no sentido de fundamentar e autorizar o conteúdo desta pesquisa. Não só a Sociologia da Ciência com também a Sociologia do Conhecimento e a Sociologia do Conhecimento Científico fundamentam o campo de estudo desta pesquisa, misturando-se e complementando-se conforme a necessidade de nossa base teórica.

## 2.2 ASPECTOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Quanto aos aspectos clássicos da Sociologia do Conhecimento, abordaremos estes aspectos através dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, tendo em vista que estes autores são considerados por muitos sociólogos da área como os principais no que se refere aos primórdios da Sociologia do Conhecimento.

A Sociologia do Conhecimento que retoma da obra de Marx é mais facilmente de ser percebida quando este elabora sua crítica à dialética hegeliana. Nesta crítica, na qual rejeita a concepção da dimensão ideológica da realidade humana, que seria para Hegel condicionada à consciência humana determinante e não ao seu próprio meio social. Marx, ao fazer tal crítica, de fato está trazendo elementos que sejam passíveis de se pensar em uma Sociologia do Conhecimento, posto que esta mantém como premissa o fato de que o meio em que os agentes produzem o conhecimento é crucial e determinante para sua compreensão. Na obra *A ideologia*

*alemã* (1932), o autor constrói sua crítica ao idealismo de forma mais contundente; e também em sua Segunda Tese sobre Feuerbach, Marx argumenta que os produtos da consciência de cada indivíduo, os quais seriam estabelecidos conforme suas condições materiais de existência deveriam diferenciar o conhecimento verdadeiro de uma ideologia socialmente construída (Rodrigues 2005, p.26). Tanto a Segunda Tese sobre Feuerbach, como a própria inversão da dialética hegeliana, segundo Lamo de Espinosa et al (1994, p. 181) resumem-se em quatro pontos<sup>8</sup> que compõe o resultado dessa desconstrução ideológica, quais sejam:

1. O que é a análise da sociedade e do estudo de suas instituições na qual a fundação da contradição, do negativo, não como um postulado teórico (como deve ser), mas como realidade contraditória será (como ser).
2. Que não é precisamente a fundação de uma dialética social (e, portanto, a rejeição da dialética da natureza), na dinâmica social interna.
3. Nessa realidade irracional encontra-se a síntese (mas também a separação) entre ser e dever ser, pois a ideia não é só o que mede o real, mas parte do próprio real.
4. Por causa desse caráter contraditório, o real é apresentado em mito e por isso é trabalho do pensamento penetrar nesta mistificação, que aparenta unidade, o que Hegel simplesmente reproduz, para mostrar a contradição essencial mostra que o fenômeno encobre. (Lamo de Espinosa et al, 1994, p. 181).

A citação anterior, expõe de forma clara o rompimento de Marx com Hegel e com a tradição kantiana (Lamo de Espinosa et al, 1994), este rompimento resultou de certo modo na fundação do que pode ser nomeado de ciência social como crítica do caráter contraditório da sociedade. A partir do exposto, é possível observar a influência da teoria marxiana na construção e desenvolvimento da Sociologia do Conhecimento, principalmente na Alemanha do século XX, em que foi desenvolvida na teoria de Karl Mannheim (Rodrigues, 2005, p. 27). Apesar desta incorporação dos elementos da teoria marxiana, Mannheim fará críticas ao materialismo histórico de Marx, considerando este um dos pontos do problema do conhecimento na teoria marxista, pois é necessário questionar: “que classe social cujo ponto de vista permite o máximo de conhecimento possível em época determinada?” (Löwy, 1994). Ainda que a teoria de Mannheim possua traços do marxismo, o autor a concebe de forma radical contra o historicismo relativista, vinculando esta à dimensão econômica e política das classes sociais.

---

<sup>8</sup> Excerto traduzido pela autora.

Já na obra de Émile Durkheim, cuja pretensão de sua abordagem sociológica traz como objetivo a perspectiva de resolver alguns problemas epistemológicos do conhecimento, que propõe uma síntese do homem dual – composto por representações coletivas e individuais – e a formulação da construção de uma síntese da organização social (Durkheim, 1989). Esta perspectiva é exposta principalmente na obra “As formas elementares da vida religiosa” (1989), na qual o sociólogo através de seus estudos etnográficos demonstrava que as formas de pensamento obtidas através da experiência social, dentre as quais a religiosa, que são capazes de determinar, constituir e reformular as categorias consideradas mais universais das coisas, que parecem naturais, eram determinantes para a definição das categorias como tempo e espaço (Rodrigues, 2005, p. 29). Neste sentido, Durkheim tenta demonstrar a religião como um fenômeno puramente social, ou seja, no caso da religião esta função seria a de manter a coesão social.

Outro ponto em que percebemos traços de uma Sociologia do Conhecimento, é no que tange à visão dicotômica que estes mantinham acerca do mundo, focando no caráter moral religioso que separa o mundo entre o bem e mal, conclusão que Durkheim chegou ao investigar o sistema totêmico australiano. Desta análise, o sociólogo pode depreender que, se a religião é tomada a partir da experiência social e das vivências concretas, ela pode ser vista, como uma categoria do conhecimento que serve de base tanto para o pensamento lógico como para a moral. Neste sentido, Mattedi (2006, p.45) estabelece um paradoxo: “Se a filosofia e a ciência nasceram da religião é porque a própria religião desempenhava a função de ciência e filosofia”. Esta passagem que atualmente parece bastante óbvia, na época dos escritos de Durkheim, constituía-se um grande avanço na compreensão e na resolução do problema do conhecimento. Este avanço pode ser visto na argumentação de Durkheim (1989):

Na raiz dos nossos julgamentos existe certo número de noções essenciais que dominam toda vida intelectual; é o que os filósofos, desde Aristóteles, denominam de categorias do intelecto: noções de tempo, de espaço, de gênero, de número, de causa, de substância, de personalidade etc. Elas correspondem às propriedades mais universais das coisas. São como que as molduras sólidas que engastam o pensamento que parece não poder desvencilhar-se delas sem se destruir: pois não parece que possamos pensar os objetos que não estejam no tempo ou no espaço, que não sejam contáveis, etc. [...] São como que a ossatura da inteligência. Ora, quando analisamos metodicamente as crenças religiosas primitivas, encontramos, naturalmente, as principais dessas categorias. Nasceram na religião e da

religião; são produtos do pensamento religioso. Isso é constatação que devemos fazer várias vezes no correr desta obra (Durkheim, 1989, p.38).

O que demonstra o trecho acima, é que as categorias intelectuais que ordenam o tempo e espaço podem estar condicionadas a eventos sociais (Durkheim, 1989). Em outras palavras, se abstrairmos a contagem habitual que fazemos do tempo – dividindo este em segundos, minutos, anos, décadas, séculos e assim por diante – será observado que o tempo se organiza de forma coletiva e não individual, através de festas, rituais públicos, feriados, entre outros (Durkheim 1989, p.39). Neste sentido, se explicita o que Durkheim denominou como representações coletivas, ou seja, *as categorias do conhecimento sendo construídas a partir de um conjunto de indivíduos e de fatos sociais*.

Na medida em que Durkheim tenta provar que a sociedade é uma realidade passível de observação, ao mesmo tempo, tenta resolver o problema do racionalismo/empirismo de forma a não destruir este e conciliar com a habitual compreensão dos sujeitos a respeito de seu conhecimento produzido. Por conseguinte, com relação ao racionalismo, sua estratégia analítica caminha no sentido de demonstrar que o método deste de conhecer o mundo não é garantidor de uma verdade exata, absoluta ou lógica, argumento similar que Durkheim faz com relação ao empirismo quando expõe que este: “[...] derivando as categorias da experiência sensível, não pode dar conta de sua universalidade e necessidade (Pinheiro Filho, 2004)”. É assim que Durkheim (1989) tenta simplificar esta questão da seguinte forma:

Renovada desta maneira, a teoria do conhecimento parece portanto chamada a reunir as vantagens contrárias das duas teorias rivais sem ter seus inconvenientes. Ela conserva todos os princípios essenciais do apriorismo; mas ao mesmo tempo, se inspira neste espírito de positividade ao qual o empirismo se esforçava em satisfazer. Ela deixa à razão seu poder específico, mas se dá conta dele e isto sem sair do mundo observável. Ela afirma como real a dualidade de nossa vida intelectual, mas explica-a por causas naturais. As categorias cessam de ser consideradas como fatos primeiros e inalisáveis; e entretanto, elas permanecem de uma complexidade da qual análises tão simplistas quanto aquelas com que se contentava o empirismo não poderiam se dar conta. Pois elas aparecem agora, não como noções muito simples que qualquer um pode apreender de suas observações pessoais e que a imaginação popular tem desgraçadamente complicado, mas, ao contrário, como engenhosos instrumentos de pensamento, que os grupos humanos laboriosamente forjaram no decorrer dos séculos e onde acumularam o melhor de seu capital intelectual (Durkheim, 1989).

Deste modo, a solução proposta por Durkheim, de acordo com Rodrigues (2005) é unir a base empírica – a observação dos fenômenos – com a relação de cognição entre sujeito cognitivo e objeto cognoscente, no qual este último mostra-se em sua inteireza, de maneira asséptica, completa e plena ao primeiro.

Por fim, outra importante conclusão desta análise sociológica de Durkheim a respeito do conhecimento, é que se as categorias como religião, entre outras das estruturas sociais, podem ser analisadas pela sociologia, o mesmo pode ocorrer com a ciência, afirmando o quanto esta pode depender e ser influenciada pelo meio social onde é produzida (Mattedi, 2006). Ainda que neste momento não se estivesse sendo discutida uma Sociologia da Ciência – e sim uma Filosofia da Ciência – pode-se entender esta afirmação de Durkheim como uma ponta para tal insurgência.

No que tange a Sociologia do Conhecimento na obra do sociólogo Max Weber, este nos traz a perspectiva de compreender a produção do conhecimento através de junção da ciência, da literatura e da sociologia, girando em torno basicamente do que ele caracterizou de afinidades eletivas. Sua obra possui um enfoque metodológico e epistemológico, cujo objetivo apresenta-se no seguinte trecho: “A ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. Procuramos entender na realidade que está ao nosso redor, e na qual encontramos situado àquilo que ela tem de específico” (Weber, 1991, p.29). Sua posição adotada para resolver o problema do conhecimento figurou dentro do Neokantismo<sup>9</sup>, o qual se justificava por tais postulados: “a irreduzibilidade da realidade ao saber; a subordinação do objeto ao sujeito na relação cognitiva; à especificidade das condutas humanas como objeto de análise e a distinção entre conhecer e valorar” (Silva, 1994, p.45 apud Mattedi, 2006, p. 52).

O conceito de afinidades eletivas refere-se à percepção que Weber teve com relação ao conteúdo dos conhecimentos advindos do meio social e da cognição – independente se estes eram de natureza individual ou coletiva – os quais para o sociólogo possuíam uma determinada afinidade. Este termo teve sua aparição em 1775 em um Tratado de Química do químico sueco Torbern Bergman. Ao abordar esta questão Lamo de Espinosa et al (1994, p. 265) afirma que:

---

<sup>9</sup> Corrente filosófica que iniciou em meados do século XIX que propunha o retorno às releituras de Kant, colocando-se em oposição à visão cientificista do Positivismo, corrente que teve como representantes os filósofos Ernst Cassirer, Paul Natorp e Hermann Cohen.

Utiliza o termo para referir-se às combinações químicas na quais dois elementos fortemente unidos se separam de uma forma necessária em presença de um terceiro que exerce sobre um dos dois uma atração ou afinidade maior que a exercida na primeira combinação<sup>10</sup> (Lamo de Espinosa et al, 1994, p.265).

Sua teoria a despeito do conhecimento contém aspectos que ressaltam a importância do significado cultural como influência desta produção, independente de ser um conhecimento das ciências naturais ou ciências sociais. Sendo assim, cabe especificar o que Mattedi (2006, p.53) definiu: “[...] cada ciência aplica o método de acordo com a eficácia e de acordo com os problemas que se propõe a resolver: toda ciência seria ao mesmo tempo, generalizante e singularizante”. Esta seleção segundo Weber, é baseada nas particularidades de cada realidade, ou seja, o momento histórico e até mesmo os momentos individuais, estabelecem e marcam o processo de definição dos critérios para escolha do objeto empírico do cientista.

Apesar da seleção feita naturalmente, o sociólogo acreditava que a mesma não diminuía a objetividade da investigação, configurava-se apenas como uma questão de valores que cada cientista possui ou dá aos problemas. Porém, quanto à compreensão científica dos processos sociais, ainda que tente não se posicionar de forma contundente com relação ao juízo de fato e juízo de valor, para Weber esta noção “indica a necessidade e as considerações práticas historicamente colocadas, as quais se apresentam aos cientistas que procuram selecionar e sugerir a adoção de medidas que têm a finalidade de solucionar aquilo que foi definido como problema” (Mattedi, 2006, p.55). Se o juízo de valor pode ser caracterizado como um “deve ser” – do ponto de vista do cientista – então se pode dizer que o juízo de fato “é o que é”, sendo este o conhecimento objetivo, que não possui o elemento da subjetividade ou contém uma observação contaminada de apriorismos pelo pesquisador. Logo, para que o problema do conhecimento seja resolvido e alcançada a desejada verdade, Weber apresenta dois conceitos: a neutralidade axiológica e o não acabamento social. A neutralidade axiológica refere-se justamente a esta distinção entre o que são convicções particulares do pesquisador (seu ativismo) do que realmente é o juízo de fato, pois para Weber,

[...] quanto mais ‘universal’ for o problema em questão, isto é, quanto mais amplo for o seu significado cultural, quanto menos for possível dar uma resposta extraída do material do conhecimento empírico, tanto maior será o

---

<sup>10</sup> Todas as traduções foram realizadas livremente pelos autores.

papel dos axiomas últimos e pessoais da fé e das ideias éticas (WEBER, 2001, p. 112).

Com relação ao não acabamento social, este se referia à impossibilidade da ciência em produzir fundamentos inabaláveis sobre o mundo, devido a sua constante renovação com o passar do tempo (o que para Weber de modo algum interferia na validade deste conhecimento).

Podemos perceber que esta definição de juízo de valor aproxima-se do que Durkheim denominou de pré-noções, – as quais o sociólogo também acreditava que deveriam ser afastas para não interferir na validade da ciência. Outro ponto visível em sua Sociologia do Conhecimento foi a relação causal entre estrutura social e economia e a fuga ao determinismo de qualquer espécie para sua sociologia caracterizada como compreensiva (Rodrigues, 2005, p. 40).

A Sociologia do Conhecimento traz o importante questionamento sobre como a sociedade produz conhecimento social e como este se reproduz, transformando-se ao longo do tempo, levando em conta o meio no qual se dá esta construção e até mesmo sua própria “episteme<sup>11</sup>”. A consolidação e o desenvolvimento desse campo do saber deram-se a partir do século XX, especificamente na década de 20, com as obras dos filósofos Karl Mannheim e Max Ferdinand Scheler, que mantiveram seus escritos próximos a uma História das Ideias. No entanto, o objetivo de cada um destes com relação aos seus escritos foi distinto, enquanto que Scheler não se preocupava em fundar um campo do saber sociológico, ou construir fundamentos para tal, Mannheim ainda que não formulasse um método, tinha em mente a construção e afirmação da epistemologia como objeto de estudo das ciências sociais, o que pode ser considerado sem dúvida, um grande avanço. Podemos justificar tal avanço por dois pontos: o primeiro seria o estudo epistemológico que deixou de ser somente um saber oriundo da Filosofia e passou a ser das Ciências Sociais (e posteriormente se desenvolveu por diversas outras disciplinas); e o segundo seria a efetivação da Sociologia do Conhecimento. Desta forma, Karl Mannheim tem sua obra com maior aprofundamento e debate do que a obra de Max Scheler, que em certo ponto caiu no esquecimento, possivelmente devido ao momento em que vivia (seus estudos passaram pela I e II Guerra Mundial, regimes ditatoriais, crise econômica e outros fatores advindos desta) ou até mesmo pela sua escrita que, segundo Matheus, (2002, p.15):

---

<sup>11</sup> No sentido foucaultiano do livro “A palavra e as coisas” (1966).

Não evitava contradições e nem buscava uma coerência lógica [...]. Não tinha a ambição de construir um sistema, embora seu pensamento caminhasse para isso. Escrever foi para ele apenas uma maneira de filosofar (Matheus, 2002, p.15).

Mas estes e outros autores da Sociologia do Conhecimento – como Alfred Schutz, Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann – fundaram esta disciplina calcados em raízes clássicas dessa discussão nas obras de Karl Marx, Émile Durkheim, Michel de Montaigne, Augusto Comte, Max Weber, Vilfredo Pareto e Georg Simmel. Tal feito se deve ao fato de que estes conseguiram intuir, cada qual em sua época, que: “compreender a sociedade implicava a compreensão da produção do conhecimento social a partir de seu próprio contexto” segundo Rodrigues (2005, p.14). Neste capítulo limitamos-nos a discutir apenas a questão do conhecimento nos escritos de Marx, Durkheim e Weber, que segundo Mattedi (2006) devido à extensa bibliografia que há sobre o assunto, acabou por determinar estes três autores como precursores da Sociologia do Conhecimento.

Saindo desta questão dos precursores desta sociologia e do problema do conhecimento, é necessário estabelecer o estatuto teórico da Sociologia do Conhecimento com relação à Epistemologia, pois muitas vezes estes dois temas se mesclam, gerando diversos debates a respeito de sua gênese e até de sua validade científica, no sentido de quais destas disciplinas tem o papel de estabelecer o contexto de verdade. Quanto a este critério de verdade Rodrigues (2005, p. 59) expõe a solução de Mannheim:

Mannheim desejou acabar com o tradicional critério de verdade; para ele, a verdade seria toda proposição congruente com a “situação social”, que atuasse no indivíduo ou no grupo como momento histórico presente. [...] Em diversas passagens de sua obra *Ideologia e utopia* de 1982, Mannheim chama a atenção para a necessidade de maiores estudos no campo da epistemologia, principalmente quanto à epistemologia analítica (Rodrigues, 2005, p.59).

Mannheim deixa claro em suas obras que o papel da Sociologia do Conhecimento não era a discussão de conceitos como a ideologia ou sequer a epistemologia de orientação analítica, debate este que foi solucionado através do Círculo de Viena, com o filósofo da ciência alemão Hans Reichenbach, que separou o contexto da descoberta do contexto da justificativa, em que o primeiro referia-se a episteme do conhecimento e outro a seu critério de validade (Lamo de Espinosa,

1994, p.128). Portanto, o critério de validade então, caberia aos estudos da Filosofia da Ciência, enquanto que o contexto da descoberta caberia a Sociologia do Conhecimento.

Como resultado podemos estabelecer os temas da Sociologia do Conhecimento, que segundo Lamo de Espinosa (1994, p.81) seriam: “As categorias do conhecimento, como pressupostos básicos não só da ciência, mas de todo o conhecimento [...] os critérios de validade do conhecimento [...] e a Sociologia da Ciência propriamente dita”. A partir deste ponto, é necessário compreender o papel e os primórdios da Sociologia da Ciência a partir de Robert Merton e o cerne desta: A ciência como “núcleo duro”.

### 2.3 DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

É inegável a importância dos avanços da Sociologia do Conhecimento para o surgimento da Sociologia da Ciência, esta que irá debruçar-se sobre um enfoque diferente do conhecimento: A ciência na sua perspectiva institucional. A sua formulação retomou aspectos da Sociologia do Conhecimento (retomados a partir da década de 40), tecendo uma crítica a este, com relação “aos aspectos substantivos e as controvérsias quanto às consequências epistemológicas da Sociologia do Conhecimento” (Lima, 1994, p. 159). O precursor deste ramo é o sociólogo Robert King Merton, reconhecido no meio acadêmico nacional e internacional, que a partir de seus estudos em Harvard no ano de 1930, começou a desenvolver seu interesse pela ciência – influenciado por nomes como Pitirin Sorokin, Talcot Parsons e George Sarton –, quando em 1933 defendeu sua tese intitulada “Ciência, Tecnologia e Sociedade no século XVII”.

O interesse por assuntos que vinculassem a construção do conhecimento ao contexto social e inclusive à produção científica, o levaram a analisar as obras de sociólogos como Max Scheller, Émile Durkheim e Karl Mannheim, tendo tamanha repercussão seus escritos de forma a ser denominado como Escola de Columbia – ou Sociologia da Ciência. Segundo Rodrigues (2005, p. 85): “[...] chegou mesmo a eclipsar a Sociologia do Conhecimento de Mannheim durante os anos em que dominou esse campo do conhecimento”. A partir de 1942, o que foi denominado como Escola Mertoniana tinha um cerne específico: o papel da ciência como

instituição, investigando as normas, valores e acordos que havia na estrutura desta. Para Merton, a atividade da ciência deveria se constituir como objeto de estudo da sociologia (Merton, 1970, p.630).

Sua teoria da ciência é definida pelo próprio autor como teoria de médio alcance. Segundo Merton as teorias de médio alcance: “ocupam uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudanças sociais, para explicar o que é observado” (Merton, 1970, p. 50). Apesar de o próprio Merton admitir que as teorias de médio alcance possuam uma menor ambição e uma impossibilidade de abrangência de todos os fenômenos, de forma a criar extensas generalizações, estas são muito utilizadas dentro da produção teórica sociológica e a que possui trabalhos de maior relevância e prestígio, como por exemplo “A ética protestante e o espírito do capitalismo” de Max Weber – opinião de Robert Bierstedt – na opinião de Bierstedt<sup>12</sup> – como também de Suicídio de Durkheim (Merton, 1970, p.74).

A partir da crítica de Merton ao sociólogo Mannheim, o sociólogo irá estabelecer a ciência como objeto de estudo da Sociologia, propondo que sejam tomadas algumas exigências de forma a não prejudicar o método analítico, devido às poucas pesquisas que obtiveram êxito ao investigar o método científico da ciência:

Um número muito elevado de estudos sobre o método científico conseguiu formular os pré-requisitos lógicos da teoria científica, mas, ao que parece, isto foi feito com frequência num nível de abstração tão alto que a perspectiva de traduzir esses preceitos para a investigação sociológica atual, tornou-se utópica. A pesquisa sociológica deverá finalmente satisfazer aos cânones do método científico; de imediato, a tarefa consiste em expressar essas exigências, de maneira que possam ter uma influência mais direta sobre o trabalho analítico que, no momento, é factível (Merton, 1970, p. 154).

Para sua crítica a Sociologia do Conhecimento de Mannheim, Merton apresenta uma solução no decorrer da sua obra<sup>13</sup> para o problema, sendo esta solução composta pelas seguintes etapas que não foram levadas em contas por Mannheim: a influência do contexto social, a base existencial, os tipos de conhecimento, a relação do conhecimento com a base existencial e as funções do

---

<sup>12</sup> Apud Merton (1968).

<sup>13</sup> Sociologia: Teoria e Estrutura, ano de 1970, edição traduzida para o português, p. 280.

conhecimento existencialmente condicionado (Merton, 1970). Em seguida, o sociólogo discorre para a definição da própria Sociologia da Ciência, que ele define como produto da relação entre ciência e sociedade... Em suas palavras:

[...] até há pouco, a reciprocidade dessas relações recebeu atenção muito desigual, pois dedicou muito atenção à influência da ciência sobre a sociedade e pouca atenção à influência da sociedade sobre a ciência (Merton, 1970, p.632).

O trecho anterior não aponta somente para a inovação que o sociólogo propunha trazer, mas também abre espaço para o estudo da ciência que permanecia restrito a autores marxistas (Rodrigues, 2005, p.88). Quanto às características desta sociologia, é que vão observar em primeiro lugar as motivações dos cientistas que, segundo Merton, vão influenciar “expressões sociais diferentes em ambientes institucionais diferentes” (1970, p.632). Não que seja o propósito da Sociologia da Ciência fazer juízo de valor acerca das escolhas dos cientistas, mas sim analisar até que ponto a motivação tem o caráter definidor do caminho de uma pesquisa.

Merton ao propor a Sociologia da Ciência, tinha pretensão de estudá-la a partir de uma perspectiva institucional, pois para o autor, as instituições produtoras de ciência deveriam ser melhores conhecidas. Isto significa que Merton não estava interessado em discutir do ponto epistemológico, o núcleo duro da ciência, isto é, a visão internalista<sup>14</sup>.

Outro ponto da teoria sociológica da ciência é a visão exclusivamente externalista da ciência, na qual seu “núcleo duro” (ou lógica da descoberta) não era investigado, o que de certo modo é composto por diversos fatores que de forma geral constituem um repúdio a análise da ciência e a visão que os cientistas possuem desde cedo, de que estão a fazer uma ciência pura (Merton, 1970). A visão internalista para Merton não deve ser passível de investigação, para o sociólogo, a explicação normativa da ciência já era considerada como suficiente, desde que esta cumprisse alguns requisitos, o qual denominou de quatro imperativos, que definem o ethos da ciência, ou seja, os valores morais e as normas que regem este conhecimento (Rodrigues, 2005, p.95).

---

<sup>14</sup> A visão internalista refere-se ao núcleo duro da ciência, já apresentada anteriormente, como uma visão racional da ciência, a qual não é contaminada pelo seu “entorno”.

O ethos da ciência segundo Merton (1970, p.654) são os alvos para alcançar a meta de ampliar o conhecimento produzido pela Sociologia da Ciência, nos quais estes eram definidos nos seguintes pontos<sup>15</sup>: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. Quanto ao conceito de universalismo, Merton propunha o afastamento de interesses pessoais na definição dos critérios para a investigação, devendo existir harmonia com o que já se havia produzido em relação a um tema de uma determinada área, de modo a excluir características como nacionalidade, religião e questões de classe. Para Merton “o imperativo de universalismo tem raízes profundas no caráter impessoal da ciência” (Merton, 1970, p. 654). Em contrapartida a este conceito, poderia ser considerado o que Ian Mitroff (1979) criticou sobre a falta da perspectiva do particularismo, este que englobaria os elementos sociais e psicológicos, permitindo a avaliação das pesquisas por procedimentos divergentes (Mitroff, 1979 apud Lamo de Espinosa, 1994, p.472). Mitroff a partir de seus estudos sobre os cientistas atuantes do Projeto Apolo da NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) constatou que o particularismo – dentre outras especificidades científicas – prevalecia entre os astronautas do projeto. A questão do particularismo foi fortemente ignorada na obra de Merton, pelo fato de o sociólogo desconsiderar esses fatores como foco da avaliação, acreditando que estes trariam instabilidade ao método.

Quanto ao segundo imperativo, o comunismo, este se refere ao conhecimento científico produzido como patrimônio da sociedade, ou seja, é papel do cientista revelar o conhecimento adquirido contentando-se com a gratidão e a estima sobre seus descobrimentos (Merton, 1970, p. 658). Sendo assim, o cientista que não compartilha de suas pesquisas, no que tange a descobrimentos e resultados, fica caracterizado como egoísta e desprovido de senso social. Esta perspectiva do comunismo pode ser compreendida através da expressão cunhada por Newton: “se pude ver mais longe, foi por estar sobre os ombros de gigantes”, a qual segundo Merton (2013, p. 193) “expressa simultaneamente um senso de dívida para com a herança comum e o reconhecimento da qualidade essencialmente cooperativa e cumulativa da realização científica”. Em contrapartida, Mitroff (1974, apud Lamo de Espinosa, 1994, p. 473) argumenta que regularmente os cientistas divulgam seus

---

<sup>15</sup> Segundo Rodrigues (2005, p. 92), Merton posteriormente acrescentaria a sua obra mais dois imperativos, sendo estes a originalidade e a humildade.

descobrimientos com o intuito único de obter maior prestígio pela comunidade científica o que irá referir-se ao terceiro imperativo, o desinteresse.

O desinteresse para Merton aborda a dimensão de integridade do cientista, que é fundamental para o caráter de uma ciência testável, sem que haja o interesse de uma promoção pessoal por parte do “homem de ciência” (Merton, 1970, p. 661). Neste quesito, pode ser percebida a integridade do cientista em comparação com outras esferas, nas quais há o antagonismo entre culto e inculto (ou leigo), como na medicina, por exemplo. Sobre tal ponto Merton irá argumentar que:

A ausência virtual de fraude nos anais da ciência, que aparece como excepcional quando comparada com outras esferas de atividade, tem sido por vezes atribuída às qualidades pessoais dos cientistas. Por implicação, os cientistas são recrutados entre aqueles que exibem um grau excepcional de integridade moral (Merton, 2013, p. 195).

Apesar desta argumentação, é notório que tal integridade não é passível de corroboração, no entanto, a hipótese com relação à visão de integridade a respeito da ciência, pode estar fundamentada na ideia de que este saber, diferente dos demais, é suscetível de verificação, ou seja, as ações dos envolvidos na ciência está sob constante avaliação rigorosa de seus pares.

O último imperativo de Merton é o ceticismo organizado. Ele está fortemente ligado com todos os outros imperativos citados anteriormente. O ceticismo é visto pelos demais – especialmente pela Igreja ou pelo Estado – como uma ameaça aos seus dogmas previamente estabelecidos, principalmente pela falta de comprovação empírica ou puramente lógica (Merton, 1970, p. 662). Para Merton, este seria o motivo pelo qual a ciência muitas vezes sofre restrições nas suas investigações em determinadas áreas, devido ao conhecimento institucionalizado que existe dentro destas esferas às quais compreendem a ciência como intromissão, capaz de questionar e desconstruir os fundamentos destas.

Se até este momento podemos perceber o papel de toda a construção da Sociologia da Ciência, como uma área institucionalizada, sendo este o maior avanço atribuído a Escola Mertoniana, por outro lado, esta acabou em muitos aspectos se reduzindo a uma perspectiva essencialista da ciência (Rodrigues, 2005, p. 92). A prova deste argumento é que Merton compreendia as investigações apenas no âmbito das ciências naturais, para as quais formulou generalizações para suas investigações (ethos), acreditou na imparcialidade do sujeito observador, em uma

perspectiva que pode ser atribuída ao Realismo Epistemológico de Durkheim, em que o sujeito é completamente distinto do objeto observado, na qual o sujeito afasta suas pré-noções para acessar a essência deste objeto que por sua vez mostra-se em sua inteireza.

Também é inegável a importância do desenvolvimento de um paradigma – que pudesse complementar a teoria de Mannheim – para a Sociologia do Conhecimento, o que o próprio Merton afirmou ser um modelo temporário até que novas teorias pudessem substituir este paradigma, de forma a serem mais exigentes. Desta forma, segundo Rodrigues (2005, p.93), o paradigma de Merton se propunha a realizar uma estratificação em cinco pontos: a identificação da posição onde se encontra o conhecimento sejam estas a classe ou os valores; a compreensão dos tipos de conhecimento, ou seja, se as investigações sociológicas ocorrem no âmbito moral, ideológico ou religioso; a relação existente entre o conhecimento e suas relações causais (dependência, condicionamento, interdependência, etc); a razão pela qual as relações do conhecimento são condicionadas a questões de valores ou poderes; teorias relacionadas à predominância das relações de conhecimento.

Apesar desta estrutura sistemática construída como método para a Sociologia do conhecimento, Merton ficou afastado de discussões acerca da visão internalista da ciência, o seu chamado “núcleo duro”, que para ele permanecia intacto, não deveria ser alvo de especulações e tampouco sofria interferências sociais, o que acarretou críticas a respeito de sua visão ingênua da ciência. Neste sentido, Lamo de Espinosa et al (1994, p. 473) expõe o principal problema destas críticas: “Por outro lado, as críticas feitas a tese de Merton da troca da originalidade pelo reconhecimento, demonstram que esta é parcial, pois não dão conta dos valores e comportamentos aplicados na conduta científica”. O autor refere-se também ao ponto de vista de Merton embasado na economia pré-capitalista a qual o fez ignorar interesses e competições que ocorrem dentro da ciência.

Esta visão funcionalista ao formular pela primeira vez uma Sociologia da Ciência, portanto, carregada de vanguardismo por parte do sociólogo, também contribuiu para críticas a respeito do campo epistemológico de sua teoria, já que faltou uma maior problematização no que tange a falsa autonomia na produção do conhecimento científico, pensamento que será rompido a partir de 1962, com a obra

“A estrutura das revoluções científicas” do físico e filósofo da ciência Thomas Samuel Kuhn.

Esta passagem pelos diferentes momentos da produção social do conhecimento, desde a Sociologia do Conhecimento Clássico, a Sociologia da Ciência, a Sociologia do Conhecimento Científico, se constituiu em um verdadeiro referencial teórico pertencente, entretanto a reflexão sociológica da ciência.

Buscamos demonstrar num primeiro momento, discutindo a Sociologia da Ciência, que o conhecimento seja o ideológico, seja o senso comum, são conhecimentos sociológicos. Buscamos demonstrar também que antes de Merton não existia uma sociologia que se voltasse à compreensão da ciência como uma importante prática social dentre outras práticas. Nesta contemporaneidade, sobretudo a partir dos anos 80, a sociologia consolidou-se em um ramo chamado de Estudos Sociais da Ciência, que se preocupam com o estudo não apenas dos aspectos institucionais da ciência, mas também com aspectos epistemológicos, políticos e sociais e seus impactos nas diferentes dimensões da sociedade, tais como, por exemplo, tecnologias, inovações, eficiência, eficácia, etc.

Tendo todo esse contexto apresentado em vista, este transcurso teórico que foi desenvolvido até então, autoriza que a Sociologia busque estudar as mais diferentes produções e fenômenos relacionados ao conhecimento científico. E partindo desta perspectiva, e considerando esse eixo teórico apresentado, o próximo capítulo irá tratar da história da Capes, relacionado essa com o desenvolvimento das políticas de publicação.

## 2.4 UM SEGUNDO MOMENTO NA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Para este subcapítulo daremos enfoque à obra de Thomas Kuhn, tendo em vista que a perspectiva do ethos da ciência, como base fundamental para uma construção institucional que começa a ser rompida a partir de seus escritos, que acabam por estabelecer um novo paradigma para a Sociologia da Ciência (Rodrigues, 2005, p.98). Este processo de ruptura com a Sociologia Clássica proposta por Merton foi importante não só por contrapor a perspectiva com o pensamento hegemônico do positivismo lógico – que na época já sofria severas

críticas –, mas também por impossibilitar a evolução do refutacionismo<sup>16</sup> de Popper. Seu ensaio, segundo Lamo de Espinosa et al (1994, p.486): “[...] constituem uma autêntica revolução na teoria da ciência moderna, visto que por um lado veio a ser o golpe de misericórdia que acabou com a longa hegemonia da tradição do positivismo lógico”.

A afirmação de que as revoluções científicas não envolvem somente a ciência em si, mas um conjunto de fatores históricos que colaborarão para a um melhor aprofundamento da estrutura desta revolução, pode ser considerada a maior contribuição de Kuhn para a Sociologia da Ciência. Este é o exato momento em que o conceito de revolução científica passa a ser ressignificado, já que Kuhn rompe com a definição clássica historicista sobre este conceito, tomando como exemplo revoluções científicas modernas que segundo Lamo de Espinosa et al (1994, p. 489) são “ao longo do universo aristotélico e ptolemaico focado na Terra para o universo copernicano”. O conceito de revolução científica está completamente conectado com o de paradigma, já que é a existência e rompimento deste último que proporcionam a emergência do primeiro, segundo Kuhn (1997, p.122): “A transição para um novo paradigma é uma revolução científica, tema que estamos finalmente preparados para abordar diretamente”.

A perspectiva de Kuhn, a respeito das revoluções científicas, inaugura um segundo momento na Sociologia da Ciência, pela qual muitos sociólogos irão guiar suas abordagens teóricas, na tentativa de desconstruir o núcleo duro da ciência. A partir disto, irá se desenvolver no final da década de 60, um novo ramo do saber científico denominado Sociologia do Conhecimento Científico<sup>17</sup>. Neste sentido, podem ser citados como precursores deste segundo momento: David Bloor, Bruno Latour, Steve Woolgar e Karin Knorr-Cetina, os quais não irão compreender a ciência apenas em uma perspectiva institucional, o que para estes já teria sido

---

<sup>16</sup> O refutacionismo, ou falsacionismo ou princípio de falseabilidade, configura a tese de Popper, a qual é uma crítica ao indutivismo, tentando diferenciar a ciência da pseudociência (metafísica), com o argumento de que uma teoria só é considerada científica quando a mesma é passível de refutação, ou seja, o critério de ciência deixa de ser a verdade, para tornar-se a possibilidade de falseabilidade de uma teoria.

<sup>17</sup> A partir os trabalhos de Thomas Kuhn, diversos esforços oriundos da Sociologia, buscaram compreender e explicar os conteúdos sociais que tinham implicações ao “núcleo duro” da ciência. Tais estudos foram denominados, no seu conjunto, pertinentes a uma Sociologia do Conhecimento Científico. Mais recentemente, a partir da década de 90, os estudos sociais referentes à ciência passaram a ser genericamente denominados de Estudos Sociais da Ciência ou *Social Science Studies*. Atualmente estão abrigados sob esta mesma rubrica os estudos sociais da ciência e da tecnologia.

esgotado dentro da Sociologia, mas sim compreender a influência de fatores sociais que interferissem no saber científico (Rodrigues, 2005, p.112).

Karin Knorr-Cetina, socióloga alemã e professora na Universidade de Konstanz na Alemanha, traz contribuições a este segundo momento no que concerne à epistemologia da Sociologia da Ciência e ao construcionismo social, que são discutidos ao longo de sua obra e especificamente nos livros “A produção do Conhecimento: um ensaio sobre a natureza construtivista e contextual da ciência” (1981) e “Culturas epistêmicas: como as ciências constroem o conhecimento” (1999). Assim Knorr-Cetina irá problematizar a relação do conhecimento com os aspectos da vida social, criticando as ideias errôneas que cercam a definição do conhecimento e da própria ciência, quais sejam:

[...] uma é que o conhecimento é um empreendimento unitário, acerca do qual podemos dizer alguma coisa “em geral”, como se tratasse de um grande bloco feito do mesmo material; a outra consiste na identificação da ciência e do conhecimento com os produtos do conhecimento, com as representações e as tecnologias produzidas pela ciência (Knorr-Cetina, 1999, p. 376).

Esta visão compreende a ciência como um tipo de conhecimento exato, que se vale de um mecanismo distinto ao do conhecimento social, sendo este primeiro composto não só por sistemas periciais<sup>18</sup> – os quais vêm tomando uma maior importância dentro das sociedades ocidentais –, mas sim um conjunto destes com valores culturais, articulados com a estrutura do próprio conhecimento em conjunto com o desenvolvimento deste (Knorr-Cetina, 1999, p. 377). Neste ponto, a socióloga aborda a importância das culturas epistêmicas, que podem ser definidas como o estudo da construção do conhecimento, incluindo a observação da estrutura transcendente aos peritos – no que tange ao cenário destes – à qual varia conforme o domínio do processo de conhecimento, que pode ser influenciado por fatores externos como o contexto sociopolítico a qual este se insere. Premebida et al (2011, p. 34) argumenta sobre este contexto, diz ele: “[.] está sempre influenciando a prática científica de algum modo, e não há constatação empírica de cientistas

---

<sup>18</sup> Knorr-Cetina concebe em suas obras a ciência como sistemas periciais, ou seja, um sistema abstrato de conhecimento, como que composto por inteligência artificial, sendo estes os peritos, gadgets e especialistas na área. Nota-se que a autora usa o termo apenas para aludir à visão que a comunidade científica e a própria sociedade possui do conhecimento desta primeira, ideia a qual a autora irá contrapor-se em sua obra, argumentando que o conhecimento científico não é composto somente por sistemas periciais.

buscando uma verdade unicamente pelo desejo de conhecê-la, tendo em vista o nível de influências e complexidade da ciência e tecnologias atuais”.

Outra contribuição relevante para a Sociologia da Ciência refere-se ao novo modelo de comunicação, que compreende fatores como o aumento do fluxo de informação, maiores investimentos para investigações científicas e o número de periódicos científicos. Para Knorr-Cetina (1999, p. 379) enquanto que antigamente os estudos da ciência eram focados na quantidade de produção científica ou na história das ideias por traz de uma teoria científica, o novo modelo propunha uma visão da comunicação na ciência como um processo ativo e interativo, no qual é notória a força e importância da retórica, trazendo o que a autora definiu como “negociação interativa” e “definição de sentido”, que são os elementos que compõe a construção da comunicação e dos acordos existentes entre esta, que podem modificar não só a interação, bem como os resultados (Knorr-Cetina, 1981 apud Knorr-Cetina, 1999, p. 380). Desta forma, Knorr-Cetina (1999) irá abordar os aspectos da dimensão literária, a dimensão epistêmica, a dimensão biográfica, a dimensão coletiva e ainda a popularização da ciência. Como resultado, irá dar o grande passo de distinguir os modelos de congruência macroscópico e microscópico de investigações, definindo o cerne da Sociologia do Conhecimento como que de abordagem macroscópica (Rodrigues, 2005, p. 123).

Outras considerações importantes em suas investigações etnográficas referem-se à transposição do contexto da descoberta para o contexto da validação do conhecimento produzido pela ciência. A socióloga vai defender que este conhecimento é construído através de acordos, e que “[...] não será considerado como produto “natural” de um trabalho organizado a partir de métodos racionais, acumulados indefinidamente para prover o progresso da sociedade, legitimando sua comunidade científica autônoma [...]” Knorr-Cetina (2005, p.17). Se Knorr-Cetina explora com estudos etnográficos<sup>19</sup> o trabalho científico, aproximando-se de uma teoria construtivista, fundamentada em crítica ao primeiro momento da Sociologia da Ciência, e embasada nas obras de Kuhn, sem dúvida, seu trabalho deixa clara a influência de David Bloor, tendo em vista sua severa crítica à ortodoxia normativa,

---

<sup>19</sup> Estes estudos ocorreram em laboratórios científicos, com o intuito de desconstruir a imagem que se tinha destes como “empresas”, desvinculando-se totalmente da visão empirista da construção do conhecimento, no que refere-se a filosofia positiva (Rodrigues, 2005, p.125).

que não vinculava a construção do conhecimento às causas sociais (Knorr-Cetina, 2005).

David Bloor conjuntamente com Barry Barnes (1982) compõe a denominada Escola de Edimburgo que emergiu a partir da década de 70 – com as obras de 1976 e 1983 de Bloor e de 1982 de Barnes – as obras destes autores expressam as linhas de pesquisa do Programa Forte da Ciência, bem como a teoria de toda a Escola, podendo ser considerada tais obras de uma perspectiva de maior amplitude no que se refere à criação de um “Programa Forte” para a Sociologia do Conhecimento Científico (Palácios, 1994, p.175). Para o “Programa Forte”, a Sociologia do Conhecimento é a disciplina sociológica que pode investigar do melhor modo à natureza do conhecimento advindo da ciência (Bloor, 2009). Para tal investigação Bloor compreende a construção do Programa Forte a partir de quatro princípios, sendo estes:

- 1) Ela deve ser casual, ou seja, interessada nas condições que ocasionam as crenças ou os estados de conhecimento. [...]
- 2) Ela deverá ser imparcial com respeito à verdade e a falsidade, racionalidade e irracionalidade, sucesso ou fracasso. [...]
- 3) Ela deverá ser simétrica em seu estilo de explicação. [...]
- 4) Ela deverá ser reflexiva. Seus padrões de explicação terão que ser aplicáveis, a princípio, a própria sociologia (Bloor, 2009, p. 21).

Os quatro princípios citados anteriormente, bem como toda a construção do Programa Forte está estabelecida no livro “Conhecimento e Imaginário Social” lançado originalmente em 1976, no qual Bloor apresenta a Sociologia do Conhecimento Científico, influenciada por autores como Kuhn, Mannheim e Wittgenstein. Esta obra é considerada um grande passo ao processo de consolidação da abordagem ao conhecimento científico, no que tange aos estudos sobre o próprio conteúdo deste, a qual o Programa Forte lançava-se.

Contudo, tais princípios apesar de terem sido criados propriamente por Bloor, seu ineditismo consiste em vincular conceituações teóricas que já estavam expostas nas obras de Mannheim (1936), Durkheim (1965) e Florian Znanieck<sup>20</sup> (1965) (Rodrigues, 2005, p.188). Desta maneira, os quatro princípios – causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade – tem assinalado “o caráter essencialmente

---

<sup>20</sup> Apesar dos importantes conceitos (coeficiente humanista e culturalismo) de Florian Znanieck não serem discutidos neste capítulo, cabe ressaltar que a obra deste sociólogo polonês foi de suma importância não somente para a sociológica polonesa, bem como para a sociologia americana, no que tange a teoria sociológica e a sociologia acadêmica no século XX.

social da ‘verdade’ científica, como uma representação coletiva do mundo moderno” (Rodrigues, 2005, p.121). Sendo assim, a Sociologia do Conhecimento saía de suas investigações inseridas em uma “história das ideias” e das crenças de indivíduos, bem como saindo de estudos de caráter funcionalista, acerca da natureza histórica da ciência (não que estes não contribuíssem para a explicação epistemológica das teorias) para se lançar a estudos com maior amplitude, obtendo maior êxito principalmente se seguido estes quatro princípios (Palácios, 1994, p.177). Esta amplitude desenvolveu-se dentro da Sociologia da Ciência em diversos países, Barnes (1982, p.13) observa o estudo de especialidades científicas nos Estados Unidos, enquanto que na Inglaterra e Europa, a Sociologia da Ciência finalmente consolidava-se como um campo de estudo.

Ainda que a proposta de Bloor esteja qualificada e estruturada para uma melhor investigação do conhecimento científico, obviamente, o Programa Forte sofreu resistências, o que é comum a qualquer nova teoria de qualidade composta por uma abordagem revolucionária. Para defesa desta, Bloor formaliza uma teoria que explique as refutações sofridas pelo Programa Forte, a partir de uma relação entre a natureza e a gênese da impressão que os indivíduos possuem da ciência (Bloor, 2009, p.78). Neste sentido, Bloor faz uma comparação da ciência com a religião, na qual existe a bipartição do mundo entre sagrado e profano, e o que é considerado sagrado – no caso a ciência – deve ser mantido distância e ter uma postura respeitosa sobre, quanto a isso Bloor argumenta:

Talvez por isso seus atributos sejam considerados capazes de transcender e resistir a comparações com tudo àquilo que não seja ciência, mas tão somente crença, preconceito [...]. Presume-se então que o funcionamento da ciência siga princípios que não estão amparados naqueles que operam no mundo profano da política e do poder; nem podem ser comparados a ele (Bloor, 2009, p.78).

Portanto, pode ser compreendido que o que não é considerado ciência está definido como profano, e exatamente o escárnio dos que criticavam o Programa Forte, alegando que este não estava a empreender uma investigação científica. Em resumo, Bloor elaborou em sua obra uma teoria de como as pessoas pensam e como podemos desconstruir seus argumentos a respeito da investigação científica, além de posicionar-se criticamente com relação à divisão social do trabalho dentro da ciência, que se tornou segundo Rodrigues (2005, p.119) um dos pilares da teoria do Programa Forte.

Finalmente, é importante contextualizar este capítulo com as obras de Bruno Latour e Steve Woolgar que são consideradas – conjuntamente com a obra de Knorr-Cetina – o Construcionismo<sup>21</sup> Social da Ciência (Rodrigues, 2005, p.124). O Construcionismo vai partir de uma análise microscópica para desconstruir a noção da episteme da ciência, para tal, eles acreditam que o método mais adequado é analisar a ciência com critérios que sejam compreensíveis ao mundo dos observados. Hochman (1994, p. 2140) explica o propósito destes autores:

Em vez de impor categorias e conceitos estranhos ao mundo dos observados, os autores defendem que o fenômeno deve ser analisado contextualmente, tendo em vista o que os participantes/observados consideram como relevante, e são eles, e só eles, que podem validar a descrição (Latour & Woolgar, 1979, p.38 apud Hochman 1994, p.214).

Deste modo, os estudos etnográficos do Latour e Woolgar são apresentados na obra “Laboratory life: the construction of scientific facts” (1986), no qual os autores acompanharam um trabalho de campo de dois anos em um laboratório de neuroendocrinologia da Califórnia. A partir de suas investigações, puderam constatar que a separação entre ciência internalista e ciência externalista não existia e que essa sem dúvida seria passível de refutação a partir da Sociologia do Conhecimento Científico (Rodrigues, 2005, p.129). Alguns aspectos dos estudos etnográficos de Latour e Woolgar são de suma importância para a compreensão do conhecimento produzido nos laboratórios científicos, em primeiro é necessário deixar claro que os laboratórios estão preocupados com os fatos e não propriamente com teorias (Latour e Woolgar, 1997, p.33).

Outro aspecto importante da teoria de Latour (2000), é o que ele definiu como caixa-preta e redes sócio-técnicas. Caixa-preta refere-se a questões na ciência, principalmente no que concerne à investigação, as quais não existem um aprofundamento ou uma resposta definitiva, isto é, são questões encerradas. Este sociólogo da Ciência afirma que: “para entender como a ciência funciona nada melhor do que observar como essas caixas-pretas vão se formando e a rede de atores humanos e não-humanos envolvida nesse processo” (Latour, 2000). Já o conceito de redes sócio-técnicas seria justamente esta junção de fatores humanos e não-humanos, científicos e tecnológicos, que acabam por construir a rede de atores científicos. Tais conceitos e investigações irão transformar profundamente a

---

<sup>21</sup> Em algumas obras o termo Construcionismo é substituído por Construtivismo, sendo este de sentido equivalente.

Sociologia do Conhecimento, e dar um arcabouço mais abrangente para investigações do conhecimento científico.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Este capítulo perpassou – ainda que brevemente – por aspectos e conceitos fundamentais dos Estudos Sociais da Ciência, os quais abrirão margem para diversos estudos de especialidades sui generis. Sendo assim, este capítulo teve o intuito não só de apresentar o panorama histórico da Sociologia da Ciência, como também contextualizar e fundamentar o capítulo seguinte que se propõe a apresentar um estudo sobre uma instituição científica, no caso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Cabe ainda ressaltar que, apesar deste capítulo apresentar o primeiro momento da Sociologia da Ciência (com a obra de Robert Merton) no que se refere aos seus estudos institucionais da ciência e em seguida partir para o segundo momento desta disciplina, que concebe uma teoria internalista da ciência, o próximo capítulo irá operar em uma visão externalista, ou seja, não serão discutidos dentro desta instituição os conhecimentos que estão sendo produzidos, a episteme, ou seus acordos, mas sim seu caráter enquanto instituição que regula e determina uma série de fatores vinculados a publicação de seus resultados.

Em resumo, apesar de todo o arcabouço teórico ser de fundamental importância para esta investigação, o próximo capítulo irá se valer dos conceitos institucionais da teoria Mertoniana, sendo esta a sociologia que irá definir e amparar todo o percurso deste trabalho. Logo o próximo passo que se segue é a compreensão de uma nova era que surge com a globalização, a qual afetará as formas de conhecer e de produzir informação dentro da sociedade.

### 3 AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 70 E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIAL

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Podemos pensar, a partir da Sociologia, que as transformações sociais que ocorrem e que podem modificar o pensamento de cada época se dão através de processos históricos originados dos diversos setores da sociedade, como a economia, a educação, a política, a religião, dentre outros. O capítulo ora apresentado está ancorado sobre esta linha de raciocínio. Sua primeira parte delimita como pano de fundo temporal da investigação a segunda metade do século XX, mais precisamente, o período posterior à década de 70, a qual foi definida por diversos pensadores como um momento histórico marcado pela emergência de um novo paradigma tecnológico. Tal paradigma proporcionou o desenvolvimento de uma nova forma de organização social, que tem recebido diversas designações: sociedade globalizada, do conhecimento, da informação etc. Nesse sentido, apresentamos a seguir, de modo sucinto, as características dessa sociedade emergente. Também problematizamos o lugar do sujeito dentro da era informacional; os atores sociais inseridos em tal revolução tecnológica; o contexto social e a dinâmica dessa transformação.

Por sua vez, a segunda parte do capítulo encarregar-se-á de problematizar o modo como transformações ocorridas a partir da década de 70 acabaram por remodelar a lógica de produção e consumo da sociedade. Mais precisamente, a análise se concentra na economia informacional e no processo de globalização; nas mudanças decorrentes desta remodelagem nas dinâmicas de divisão internacional do trabalho; na cultura, instituições e organizações da economia informacional; nas tecnologias da informação e na empresa em rede; nos desdobramentos das transformações do mercado de trabalho nos trabalhadores pós-industriais<sup>22</sup>.

A partir da análise dos pontos mencionados acima, construímos um panorama para compreender a dinâmica do conhecimento produzido dentro do diversos setores da sociedade contemporânea, seja na educação, na cultura, na

---

<sup>22</sup> Todos esses pontos são citados e apresentados no livro *A Sociedade em Rede* de Manuel Castells (1999).

saúde ou na política. Passado mais de meio século desde a emergência do paradigma tecnológico da sociedade global, os diferentes setores sociais continuam fortemente vinculados aos desdobramentos da década de 70, no que se refere à “lógica do consumo e do produtivismo”.

### 3.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA GLOBALIZAÇÃO

Para discutirmos a emergência de um novo paradigma informacional, a era tecnológica na qual nos encontramos e alguns dos seus desdobramentos, partiremos do fenômeno da globalização, que pode ser considerado como um ponto de partida para tratarmos destas e outras questões. Alguns estudiosos<sup>23</sup> defendem que o início da globalização ocorre entre os séculos XV e XIX, época marcada pela expansão marítima europeia e, posteriormente, pela a Revolução Industrial. No entanto, uma análise histórica e sociológica mais profunda nos mostra que a globalização propriamente dita, é um fenômeno do final do século XX. Isso se torna mais evidente se considerarmos que no século XV o sistema econômico dividia-se basicamente em apenas em cinco economias mundiais, as quais não estavam sequer perto de uma internacionalização econômica, tal como é vista atualmente. Tampouco estavam próximas “de ações políticas dos grandes estados nacionais, de processos de miscigenação cultural, como também do acirramento dos conflitos religiosos” (Silva; Júnior, p. 2008).

Outro ponto que distancia a “globalização” do século XV daquilo que caracteriza a globalização do século XX é o fator velocidade, ou seja, a rapidez com que ocorrem os processos de interação – ou interconexão – das relações humanas. Todos estes processos só vieram a ocorrer realmente a partir da segunda metade do século XX, propiciados pelas tecnologias informacionais. Logo, o fenômeno globalizatório que nos interessa – e suas respectivas mudanças sociais – é aquele iniciado no final do século XX. Para tal discussão, buscaremos apoiar-nos principalmente, nas abordagens de Castells (1999), Anthony Giddens (1991, 1999,

---

<sup>23</sup> Estudiosos como Serge Gruzinski, historiador francês especializado em história latino-americana, apresenta em sua obra (1999) a passagem do século 1480 a 1520 como as origens da globalização. O professor e economista brasileiro Paul Singer (1997) também historiciza a globalização desde suas origens mercantis do século XV, assim como o professor da Universidade Autônoma do México, Carlos Villas (2008), que enfatiza esta concepção alegando ser um erro datar a globalização a partir do século XIX.

2007), Claus Offe (1994), David Harvey (1992), Gilberto Dupas (1999), Krishan Kumar (1997) e Boaventura de Sousa Santos (1995) dentre outros.

A globalização, enquanto conceito pode ser considerada como a internacionalização da economia, da cultura, das tecnologias, entre outras dimensões da vida social, que não possuem uma exatidão de onde começam ou terminam. A esse respeito, são pertinentes as palavras de Mancebo (2002 apud Silva; Júnior, 2008, p. 2):

O processo de globalização abrange uma variedade de fenômenos, tem gerado impactos diferenciados em diversas áreas – econômico-financeira, comercial, cultural, social, dentre outras –, mostra-se atravessado por certo grau de ambivalência ou imprecisão.

O sociólogo Anthony Giddens (2007, p. 18) faz algumas observações importantes a respeito do termo globalização, principalmente no que se refere à tamanha difusão do conceito, fato que demonstra o desenvolvimento e aprofundamento do tema: “absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas no final do século pode ignorá-la [a globalização]”. Segundo o sociólogo britânico, as definições de globalização geralmente estão divididas em argumentos totalmente opostos. De um lado, “os céticos”, pensadores que questionam qualquer fenômeno social que seja atribuído à globalização, defendem que esta não passa de mera especulação, de um processo social que pode ser observado em épocas anteriores da história. Em contrapartida “os radicais”, acreditam que a globalização é um fenômeno com consequências extremamente reais, que ultrapassa fronteiras e que transformou toda a lógica dos estados-nações<sup>24</sup>.

Nesta cisão de opiniões a respeito da globalização, Giddens não tomará partido. Antes, afirmará que nenhum dos lados tem total razão, isso porque, ambos compreendem a globalização a partir de fatores econômicos, o que é um erro, já que ela é um composto que envolve diversos fatores políticos, tecnológicos e culturais. Neste sentido, Giddens além de tentar encontrar um meio termo entre essas opiniões, vai além, afirmando: “Eu não hesitaria, portanto, em dizer que a

---

<sup>24</sup> Estado-nação é um território geograficamente determinado por uma política de um governo soberano, detentor de todo o poder daquela área, definindo assim, uma nação com uma unidade cultural única. Bresser-Pereira (2008, p.02) define o estado-nação como resultado da Revolução Capitalista.

globalização, tal qual estamos experimentando, é sob muitos aspectos não só nova, mas também revolucionária” (Giddens, 2007, p. 20).

Se por um lado a globalização apresenta-se como um fenômeno que possibilitou grandes empreendimentos e inovações, os quais trouxeram consigo inúmeras facilidades para os diversos setores da sociedade, por outro lado, ela acabou por criar: “o alargamento do fosso existente entre os países ricos e pobres, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais nesses países” (Silva; Junior, 2008, p. 8). Este alargamento abordado diz respeito a grande desigualdade social que, à primeira vista, não era percebida pela sociedade, que ansiava pelo atendimento de suas demandas, como: o aumento do número de empregos, da qualidade das condições de trabalho, entre outros aspectos que melhorariam a vida em sociedade. Além dos pontos positivos, a sociedade global trouxe consigo uma série de aspectos negativos que, num primeiro momento, não foram notados pelos seus entusiastas.

Aquilo que viam como necessidade para o desenvolvimento da economia e distribuição de renda passa imediatamente a surgir como obstáculos às atividades que proporcionam suas sobrevivências. Isso porque a sua condição de cidadão, dentro da sociedade, desaparece diante das condições impostas pela globalização. De cidadão, ele passa a ser consumidor, e como exercer tal papel se carece de recursos materiais para tal? O que fazer para sobreviver numa sociedade em que a essência do existir é o caráter utilitário, e o conceito de sociedade está atrelado ao de mercado, privatização, transnacionalismo? (Silva; Junior, 2008, p. 9).

Todos os questionamentos suscitados anteriormente revelam o verdadeiro ponto em que devemos focar-nos no que se refere à globalização, ou seja, a percepção do ator em relação a este novo espaço social totalmente modificado, fruto de um fenômeno que acabou por impor uma lógica da sociedade/conhecimento/mercado/informação que, a princípio, parece difícil de contrapor, ainda que atualmente possamos ver seus desdobramentos tão imprevisíveis à sociedade. No entanto, esta transformação da sociedade não é somente negativa; nem de longe a globalização deve ser vista como um fenômeno catastrófico, tampouco como a salvação da sociedade. É necessário, portanto, manter uma opinião crítica a respeito da sociedade global, já que se por um lado ela pode desestabilizar economias em frações de segundos, da mesma forma, permite que todos possam realizar transações de grande ou pequeno porte de uma forma mais rápida e segura do que podia ser feita antigamente.

Os caminhos e descaminhos da globalização perpassam essas e outras contradições aqui apresentadas, as quais devem ser interpretadas de uma forma interdisciplinar, ou seja, não podem ser vistas de maneira isolada a partir de uma única lente, ou de uma única área, mas sim através de diferentes ângulos, por estudos de diversos autores que se dedicaram a observar e compreender alguns dos desdobramentos desse fenômeno nos mais variados setores da sociedade. Cabe a nós, agora, apresentarmos alguns destes caminhos, tal como ocorreram em áreas como a da saúde, da tecnologia, da economia, dos fenômenos sociais e culturais. Neste ponto, abandonamos a divisão entre céticos e radicais, proposta por Giddens, e mergulhamos em uma interativa dos processos de globalização, posto que seja impossível separar as vantagens das desvantagens do fenômeno globalizatório.

### **3.2.1 A reinvenção da tecnologia**

No subcapítulo anterior buscamos caracterizar a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial a qual acarretou uma série de transformações nas diferentes esferas da vida social: o mundo do trabalho, o desenvolvimento das tecnologias, os meios de comunicação, a economia, bem como as formas de produção do conhecimento que se tornou uma das “mercadorias” mais cobiçadas e disputadas no seio da sociedade. Castells (1999) estabelece algumas características acerca da sociedade informacional, sendo que a primeira delas está relacionada ao fato de que seu modelo de produção está baseado na construção de “tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores” (Castells, 1999, p. 78).

A segunda característica o autor atribui à “penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias”. Isso ocorre em virtude da fácil adaptação dos indivíduos aos processos tecnológicos, tendo em vista que grande parte de nossas atividades cotidianas produzem e recebem uma grande quantidade de informações que são adaptadas e repassadas por diversos aparelhos de tecnologia da informação.

A terceira característica a qual Castells atribui à sociedade da informação se refere à lógica dos sistemas relacionais pelos quais as tecnologias circulam. Conforme as palavras do autor:

A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias da informação. [...] E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não-estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana (Castells, 1999, p. 78).

A partir dos estudos sociológicos de Castells, depreendemos, primeiramente, que não se pode conceituar a tecnologia – termo tão relevante para a discussão da globalização – sem que se compreenda sua importância perante a sociedade, assim como, o fato de que ela é um elemento social: “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (Castells, 1999, p. 25).

Seguindo essa linha de raciocínio, está claro, para nós, que a tecnologia não é algo novo, mas algo que sempre existiu na história da humanidade (ainda que de um modo primitivo em relação às tecnologias dos dias de hoje). No Quadro 1, podemos visualizar algumas das importantes tecnologias já desenvolvidas pelo homem.

**Quadro 1 – Aumento da criação de tecnologias com o passar dos séculos**

| Século XV | Século XVIII   | Século XIX                     | Século XX         |                 |
|-----------|----------------|--------------------------------|-------------------|-----------------|
| Imprensa  | Rotativa       | Fotografia                     | Rádio             | Holograma       |
|           |                | Plásticos                      | Aviões            | Satélites       |
|           |                | Telefone                       | Parabólica        | Laser           |
|           |                | Linotipia                      | Televisão         | Vídeo           |
|           |                | Cinema                         | Magnetofone       | Microchips      |
|           |                |                                | Circuito impresso | Fax             |
|           |                |                                | Computadores      | Controle remoto |
|           | Fotocomposição | INTERNET/<br>Realidade Virtual |                   |                 |

Fonte: Turner e Muñoz (2002, p. 25).

É necessário destacarmos que o desenvolvimento tecnológico no século XX foi influenciado de forma decisiva pelo surgimento da Cibernética. A “ciência do controle”, como também é conhecida, dedica-se ao campo de estudos sobre “a transmissão da mensagem, o estudo da linguagem e imbricações teóricas entre mensagem e transmissão da mensagem [...]” (Wiener, 1984, apud Rodrigues, 2006, p. 51).

Para a cibernética, era fundamental compreender a relação entre a mensagem e transmissão, justamente por que esta relação é fundamental para o desenvolvimento de máquinas autônomas. No âmbito dos estudos ciberneticistas, que começaram a ser desenvolvidos no final da Segunda Guerra Mundial, destaca-se a figura de Norbert Wiener, matemático norte americano que é considerado o “pai da Cibernética”. Wiener compreendia seus estudos de mensagem e transmissão através de uma perspectiva totalmente interdisciplinar, englobando estudos da área da psicologia (sistema nervoso) e da matemática (expressar transmissões nervosas em expressões matemáticas).

A cibernética em si tem como propósito investigar, a partir de generalizações matemáticas, como um sistema mantém um nível equilibrado de informação em sua rotina de criar e recriar informações em um processo de ação-reflexão-reação, ou o que poderíamos chamar de *feedback control* e auto-organização (Rodrigues, 2006, p.52). Desta forma, a ideia de que um sistema é capaz de enviar dados – seja por mecanismos eletrônicos, no caso das máquinas, seja por terminações nervosas, no caso dos seres vivos – revolucionou o campo das tecnologias, dando origem à Teoria da Informação e possibilitando uma série de avanços nas áreas de informática, robótica, telemática.

O surgimento da Cibernética na década de 40 e das disciplinas por ela influenciadas desenvolveu, no decorrer do século XX, um novo paradigma tecnológico, especialmente a partir da década de 70, nos Estados Unidos, momento em que foram destinados altos investimentos às pesquisas em tecnologia da informação. Castells define que essa reconfiguração deu-se exatamente nos Estados Unidos principalmente pela cultura de liberdade do país que incentivava empresas e indivíduos ao empreendedorismo.

Outro marco na área de tecnologia que não poderia deixar de ser mencionado é o advento da internet. Assim como a cibernética<sup>25</sup>, a rede mundial de computadores também tem suas raízes no contexto da guerra. A internet surgiu, primeiramente, como resposta do governo americano ao projeto Sputnik do governo russo, em 1957, período em que se estabelecia a Guerra Fria<sup>26</sup>. Sua criação originou

---

<sup>25</sup> Na guerra também havia preocupações com as quais a cibernética também estava preocupada, principalmente no que se referia a defesa antiaérea, na qual estudiosos tiveram que criar uma teoria probabilística.

<sup>26</sup> A Guerra Fria foi um período definido por conflitos e disputas estratégicas entre a Rússia e os Estados Unidos da América, que perpassou o final da Segunda Guerra Mundial (1945), e o término

da necessidade do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em controlar a possibilidade das linhas de comunicação do exército serem reestabelecidas no caso de perda, criando então a ARPANET, a primeira rede da Agência de Investigação de Projetos Avançados dos EUA que, a princípio, funcionava apenas com informações entre órgãos institucionais (Abreu, 2009).

Através da rede, a comunicação era desenvolvida de modo que qualquer computador pudesse se conectar a esta, enviando informações que eram codificadas e decodificadas. Este processo, além de demorado, era também restrito, não só às pessoas que possuíam acesso – professores, cientistas e pesquisadores –, mas também aos países, já que esta era uma tecnologia a princípio excludente, que em 1975 possuía cerca de dois mil usuários, sendo estes de universidades ou da Força Armada americana. Posteriormente, conforme esta tecnologia foi se aprimorando, ela adquiriu caráter comercial. Abreu (2009) resume esse histórico:

CompuServe foi o primeiro provedor de serviços comerciais on-line, iniciou suas operações em 1979, nos Estados Unidos e tendo como sócio o Grupo Time/Warner. Grupos alemães e franceses perceberam o “novo negócio” e ligaram-se à American OnLine (AOL), fazendo surgir o segundo provedor. Na seqüência, Prodigy surge como um novo provedor dos serviços comerciais online no mercado norte-americano (Abreu, 2009, p.3).

Depois que a internet se desenvolveu como um campo comercial e rentável, sua ampliação tornou-se incalculável quando, em 1989, o físico e cientista da computação Tim Berners-Lee criou em seu laboratório uma rede capaz de conectar mundialmente os computadores, desenvolvendo assim o que chamamos de *World Wide Web* (Rede Mundial de Computadores) (Briggs; Burke, 2006, apud Abreu, 2009, p. 4).

Berners-Lee tinha a intenção de tornar a internet um meio de comunicação em massa que não fosse controlado por investidores, mas que todos os usuários tivessem livre acesso, em contrapartida do que desejavam os demais investidores da área da comunicação. Podemos dizer que o objetivo de Berners-Lee – de certo modo – foi alcançado, prova disso foi que em 1996 a internet já podia ser conectada através da rede telefônica e se desdobrava em ações desenvolvidas nas escolas

---

da própria União Soviética (1991). É considerada “fria” justamente por ser uma guerra de cunho política, tecnológica, social, etc. que nunca teve um confronto propriamente dito, chegando a ter momentos neutros na década de 60 e momentos tempestivos na década de 70, que não poderia se resolver num embate devido a possibilidade de um confronto nuclear. O Sputnik foi o primeiro artefato a ir ao espaço, mostrando o poder e o nível em que se encontrava a tecnologia espacial.

(Abreu, 2009). A partir de então, houve um crescimento enorme, que posteriormente também pôde alcançar países menos desenvolvidos.

Sem dúvida podemos afirmar que colhemos inúmeras vantagens do advento da internet, no entanto, como já mencionamos, existem consequências involuntárias dessa corrida tecnológica por parte do Estado. Uma destas, tal como aponta Castells (1999), está relacionada ao fato de que com o advento da internet (a partir da década de 40), elaborado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos<sup>27</sup>, criou-se um descontrole deste tipo de tecnologia, que acabou por ser utilizada não só pelos norte-americanos, mas também pelos seus concorrentes em potenciais, de modo que a internet deixou de ser uma ferramenta importante para a Guerra Fria, tomando proporções bem divergentes do objetivo inicial. Giddens (2007) também aponta para este fato, questionando afinal, quem eram agora os inimigos, depois da Guerra Fria.

Algumas tecnologias, como a internet, acabam por se tornar praticamente instáveis devido ao intenso uso de diversas formas, por inúmeras pessoas de todo o mundo, fugindo do controle de seus criadores. Isso nos mostra que a sociedade, apesar de não ser capaz de dominar o alcance de uma tecnologia, desempenha importante papel no desenvolvimento desta. Nesse sentido, uma sociedade capaz de controlar completamente o alcance de suas tecnologias seria capaz de controlar o seu próprio destino. Castells (1999, p. 26) comenta os fatores referentes à habilidade ou inabilidade dessa dominação: “a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico”.

Claramente, o advento da internet na década de 40, nos mostra como a sociedade controla e também se descontrola a partir do surgimento de uma inovação, gerando uma maior sinergia na produção de conhecimento que tem se tornado uma moeda de relevante troca nas atuais sociedades. De certo, o tipo de tecnologia em cada época capaz de impulsionar mudanças radicais dentro da sociedade, tal como a internet o fez, normalmente são aquelas de cunho estratégico,

---

<sup>27</sup> O Departamento de Defesa dos Estados Unidos foi criado em 1958 por militares em conjunto com pesquisadores tendo em vista os avanços tecnológicos da União Soviética, especialmente no que se refere a pesquisas espaciais. O Darpa tem como objetivo a vigilância constante sobre novas tecnologias elaboradas por inimigos potenciais. Atualmente a agência possui sede Virgínia (EUA) comandada pelo diretor Arati Prabhakar.

ou seja, ligadas ao controle de forças estatais e/ou de guerras – ainda que a maioria das tecnologias seja criada com o intuito de controlar/vencer alguma batalha.

Cabe salientar ainda que todo o desenvolvimento da internet acabou por transformar, de forma profunda, o sistema capitalista, o que levou à radicalização da lógica do consumo, tal como será visto mais adiante. O conhecimento, sobretudo o conhecimento técnico e científico dado à importância que assume nesse novo paradigma, evidentemente que não escapa a essa lógica do capital, tanto no que diz respeito a sua produção como ao seu consumo.

Uma ressalva a ser feita, é que nas nações menos desenvolvidas, como as da América Latina, nas décadas de 70 e 80 ainda havia uma forte escassez de tecnologias. Assim, podemos dizer que apenas a partir da década de 80 começa a se erguer nessas regiões uma nova estrutura social, a qual, segundo Castells (1999), é originada pelo novo modo de desenvolvimento, denominado informacionismo.

Já apresentamos a internet como uma das diversas tecnologias de informação que foram decisivas para a emergência do paradigma tecnológico da sociedade da informação. Da mesma forma, buscamos demonstrar que o desenvolvimento de inovações tecnológicas capazes de alterar profundamente a vida social geralmente nasce de ações estratégicas adotadas, sobretudo, pelo Estado. Com efeito, adotamos aqui como marco histórico para a emergência do informacionismo os anos 70, década marcada pela criação de uma série de tecnologias vitais ao desenvolvimento do paradigma tecnológico da sociedade global.

Em 1971, ocorreu o lançamento dos microprocessadores<sup>28</sup>, sendo o primeiro destes desenvolvido pela empresa Intel. Com o passar do tempo, tornou-se cada vez mais evidente a sua funcionalidade, de modo que foram adaptados em versões mais modernas e de maior capacidade. Quatro anos após, em 1975, foi criado o primeiro microcomputador, sendo produzido comercialmente somente em 1977, pela empresa Apple.

Outra importante inovação, porém na área da saúde, que foi possibilitada pela inserção de novas tecnologias nos laboratórios, foram os estudos acerca do DNA, os

---

<sup>28</sup> Os microprocessadores são equipamentos utilizados na realização de cálculos e na tomada de decisão dos computadores, sendo a parte central de uma máquina, definindo os resultados, sendo dividido em diversas outras unidades.

quais puderam ser aprofundados. A esse respeito, são pertinentes as palavras de Pereira e Silva (2010, p. 158):

Houve, portanto, uma corrida para a abertura de empresas comerciais com a finalidade de explorar esse segmento mediante a instalação de laboratórios de pesquisa e pesados investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). No entanto, as pesquisas enfrentaram uma série de dificuldades como problemas técnicos e obstáculos legais, em decorrência das questões éticas e de segurança, retardando, dessa forma, a revolução biotecnológica na década de 80.

Obviamente, todas as dificuldades depreendidas dos primeiros cientistas envolvidos em pesquisas genéticas relacionadas ao DNA foram apenas iniciais, comuns a qualquer avanço que envolva a vida e que traga grandes inovações para a sociedade envolvendo a saúde dos indivíduos. Neste tipo de batalha, os sociólogos podem depreender o desejo dos sujeitos pela evolução e, de certo modo, sua insatisfação – que constitui também uma força motriz para o avanço. Como bem denotou Castells (1999, p. 67): “Eles sinalizam um ritmo acelerado na difusão e no aprofundamento da revolução genética”. Este argumento faz-nos perceber que dentro de um paradigma tecnológico, aliás, a emergência deste e de qualquer paradigma é um aglomerado de outras pequenas e grandes revoluções que acontecem de uma forma extremamente rápida, de modo que apenas um grupo muito restrito da sociedade é capaz de acompanhar, levando muito tempo na aceitação e naturalização do processo para a sociedade como um todo.

Ao discutirmos alguns marcos tecnológicos que construíram o paradigma informacional e de conhecimento, acabamos por perceber que a tecnologia, apesar de sua importância, não raramente acaba por esbarrar em questões éticas. Estas, no entanto, geralmente são superadas pela necessidade da sociedade em se autossuperar, em ultrapassar as gerações anteriores, alegando a importância destas inovações, que muitas vezes se concentram em um país restrito por um longo tempo até acessar outras partes do mundo, este fato deve-se a dinâmica das transformações tecnológicas e ao contexto social destas.

Sendo assim, podemos compreender porque a década de 70 é considerada um divisor da era tecnológica, não apenas no campo da computação, mas em diversas outras áreas. Observaremos a partir de agora, como estes e outros fenômenos se comportaram em outros setores.

Por fim, ressaltamos que a partir da Sociologia não podemos prever o resultado histórico da dinâmica de transformações oriundas do novo paradigma tecnológico. Entretanto, por meio de uma investigação sociológica, é possível identificar os primórdios destas mudanças e o modo como estão relacionadas ao contexto atual das sociedades. Sendo assim, o próximo capítulo irá discutir alguns pontos referentes ao impacto de todas estas transformações em outro setor da sociedade, a economia.

### **3.2.2 A mudança político-econômica como força transformadora do trabalho**

Ao pensarmos nos efeitos da globalização, seja em um nível mundial ou apenas no caso do Brasil, começamos a perceber pequenos elementos que esse fenômeno trouxe, mas que revolucionaram a economia de tal modo, que é quase impossível se pensar em como eram realizadas anteriormente coisas que hoje fazemos de uma maneira extremamente fácil e rápida, como uma transferência de dinheiro entre contas bancárias, por exemplo. Podemos então pensar em uma globalização econômica, tal como sugeriu Giddens (2007).

Para que o mercado financeiro de um país subdesenvolvido consiga sobreviver, ele precisa encarar certas restrições. Uma delas consiste em não concentrar sua economia apenas na venda de um pequeno número de produtos em mercados mundiais, por exemplo. Neste ponto, cabe compreender que cada economia deve controlar o nível de inserção no mercado financeiro mundial. Esse aspecto, segundo Giddens (2007, p. 27), de “resistir à globalização econômica, optando pelo protecionismo econômico, seria uma tática equivocada tanto para as nações ricas quanto para as pobres”. Em outras palavras, queremos dizer que a economia nacional e suas políticas já não conseguem ser tão eficientes a ponto de proteger e não serem atingidas pelos efeitos da globalização, sendo estes positivos ou não.

Outra questão importante é que na sociedade globalizada, há uma cada vez maior interdependência entre política, economia e trabalho, de modo que essas esferas sociais não podem ser analisadas de forma isolada e todas elas em graus diferentes e momentos diferentes dependem, mais que em qualquer outro momento do conhecimento, da tecnologia, de um amplo know-how. As transformações na economia política do capitalismo acabaram gerando novas formas de trabalho,

novos produtos foram criados, abrindo assim, espaço para outros segmentos comerciais, estes completos de processos tecnológicos, com empresas em redes e *e-commerce* (comércio eletrônico). Simplesmente, são inegáveis as mudanças na forma de produção e comercialização dos produtos. Em sua análise, David Harvey (1992) traz alguns aspectos interessantes no que se refere a estas mudanças. Segundo o autor, apesar de ter ocorrido uma série de transformações nos campos da economia, da política e do trabalho, estes campos continuam mantendo a sociedade em direção ao lucro. Harvey ainda questiona outro problema que ao final do século XX ainda gera alguns transtornos:

Há duas amplas áreas de dificuldade num sistema econômico capitalista que têm de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas (Harvey, 1992, p.118).

A primeira parte desse problema, os comerciantes conseguem controlar através de decisões relacionadas à produção (lei da oferta e da procura), levando em conta os custos e restrições orçamentárias, no entanto, a outra parte torna-se mais complicada, pois se refere às falhas do próprio mercado, estas que em sua grande maioria ocorrem mesmo com todo o controle dos produtores. É exatamente nesse ponto que entra o Estado como regulador dessas falhas, que não se referem somente aos prejuízos, mas também aos danos causados pela produção, sejam danos sociais ou ambientais. A partir desse ponto, o Estado entra como regulador para evitar excessos, como monopólio em alguns setores econômicos, fornecimento de condições básicas como educação, segurança e até mesmo dignidade. De certo modo, o Estado regula estas funções, de forma impositiva. Porém, esta pressão sobre o mercado financeiro globalizado não vem somente dele, mas também de instituições sociais, como sindicatos dos trabalhadores, organizações sem fins lucrativos que defendem patrimônios culturais, questões ambientais, questões políticas entre outras (Harvey, 1992, p. 118).

Poderíamos discutir diversos aspectos que a política econômica e o trabalho tiveram de moldar com o avanço da globalização, mas, sem dúvida, a familiarização com o assalariado é o que nos chama atenção, não só por todo o percurso histórico que se trilhou até existir um sujeito assalariado, mas pela coleção de novos

sentimentos sociais – se é que podemos chamar assim. Harvey (1992, p.119) cita algum desses elementos que se criaram com a nova mudança do trabalho: “[...] a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional [...]”. Essa é a transformação do capitalismo sobre o trabalho, que está interligada à criação de novas políticas, as quais, já dissemos, serão reguladas pelo Estado.

Nessa perspectiva de demandas que competem aos governos nacionais, outro aspecto do processo de globalização que também afetou grande parte dos países capitalistas desenvolvidos foi o desemprego e o subemprego. Estes fenômenos, em virtude das crises econômicas, tornaram-se comuns, exigindo ações por parte do governo, como a criação de indenizações e benefícios para os desempregados, medidas estas, as quais, dentro das políticas de governos capitalistas, tornaram-se prioridade. Porém, este não é o único aspecto no qual a globalização exige dos governos políticas específicas. Sobre isso, destacamos as palavras de Claus Offe (1994, p. 20):

Outro fator que influencia diretamente a política do governo é o fato de que o desemprego e as respectivas perdas de parte dos rendimentos da população incidem diretamente no lado da receita do orçamento público e, conseqüentemente, afetam o Estado com um “imposto pago pelo Estado”.

Offe (1994) mostra que toda a preocupação em formular políticas econômicas por parte do Estado não significa que o governo esteja preocupado com a humanização do trabalho, mas sim com seus eventuais prejuízos. Os sindicatos que também deveriam se preocupar com os trabalhadores, possuem seus interesses próprios. Offe argumenta que dentro estes interesses, os sindicatos defendem ao menos três: o aumento do salário, as condições de trabalho e o alto nível de emprego. No entanto, por mais forte que seja um sindicato, ele não pode vencer todas as lutas, uma vez que se o fizesse, sua própria existência estaria em jogo. Se um sindicato defendesse um aumento salarial de valor X e este aumento fosse alcançado integralmente, isso poderia afastar importantes membros de organizações. Da mesma forma, se ele, em defesa da diminuição de demissões de uma empresa, optasse pelo não pagamento de salários dos funcionários por alguns meses, tal ação ameaçaria a sua imagem frente aos trabalhadores. De qualquer modo, esses resultados valem somente para sindicatos trabalhistas, pois “quanto maior o alcance da ação organizacional do sindicato [...] mais fortes [serão] os

incentivos políticos e as possibilidades do sindicato defender metas de emprego para a política econômica pública” (Offe, 1994, p. 21). No caso de sindicatos filiados a doutrinas religiosas, ou políticas, os exemplos dados anteriormente não afetam sua existência, mas sim o poder que um partido político, ou doutrina religiosa possui dentro do governo.

Discutiremos agora estes reflexos de políticas econômicas e trabalho no Brasil, que também não ficou de fora das mudanças ocorridas na década de 70, na qual o governo brasileiro optou por criar políticas, como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava dentre seus objetivos, o controle das dívidas internas. Para alcançar esse intuito, o PND propunha estratégias para o aumento de endividamento externo da forma mais rápida possível, pois as dívidas internas mantinham o Brasil em uma época de altos juros e inflação elevada.

Dupas (1999) argumenta que o crescimento econômico e a diminuição do desemprego se relacionavam de uma forma incomum, principalmente na década 80. Isto, segundo o autor, devia-se à realidade “da forte instabilidade econômica e das mudanças acentuadas de paradigma na economia brasileira a partir dos anos 80” (Dupas, 1999, p. 124). Este fator ocorreu também porque na década de 80 o regime militar ainda comandava – mesmo que de forma enfraquecida – o país, tendo que fazer ajustes e entrando em recessão.

Com a crise mexicana em 1982 e a dificuldade em conseguir crédito externo, o país entrava em regime de exceção, ou seja, um total estado de negação dos direitos aos indivíduos. Nesta mesma época, o desemprego bateu recorde de 8%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, essa relação (crescimento econômico e desemprego) se dava de uma forma incomum, pois em 1990 a taxa de desemprego, segundo o IBGE, teve queda de 4% e o desempenho em exportação já começava a se recuperar. Já na metade da década de 90, as exportações entravam em declínio novamente, afetando as taxas de desemprego. Dupas (1999, p. 124) alerta para uma percepção sobre essa nova instabilidade econômica: “dado o novo paradigma do mercado de trabalho, a recuperação do crescimento econômico garantirá uma tendência de estabilização no nível de desemprego e não, necessariamente, da redução do mesmo”. Tal instabilidade também afetou o Brasil geograficamente, ocorrendo uma forte urbanização decorrente da intensa tecnologia nos campos, aumentando, conseqüentemente, a pobreza nas metrópoles – em outras palavras, a pobreza

agora era a metrópole. A mudança geográfica no país acabou por gerar uma mudança no trabalho, de modo que a queda de empregos industriais incentivou o aumento de empregos informais, levando em conta também que muitas indústrias se deslocaram para cidades menores onde os sindicatos faziam acordos mais lucrativos.

A flexibilização do trabalho no Brasil atingiu toda a estrutura da economia de tal modo que a sociedade teve mudanças não só psicológicas, mas também sociais. Isto porque, tais resultados não foram em números pequenos, mas em dados numéricos de grande escala jamais visto no país. Dupas (1999, p. 128) levanta esses dados para termos uma noção:

A observação [...] mais uma vez mostra um comportamento muito diferente após 1990, ano que mais e mais se caracterizará como um momento de ruptura do antigo paradigma do mercado de trabalho. O número de empregos gerados com carteira assinada passa de um crescimento de 23% (1986-1990) para uma queda de 27% (1991-1998). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira vão de um modesto crescimento de 5% (1986-1990) para um salto de 30% (1991-1998). Este movimento significou, nos últimos sete anos, uma perda de 2,1 milhões de postos de trabalho no setor formal e um ganho de 1,6 milhões de postos no setor informal [...]. No total do intervalo analisado, os trabalhadores com carteira perderam 4% dos postos, enquanto os sem carteira ganharam 35% e os por contra própria saltaram 61% acima do nível que apresentavam em 1985.

No fim, esses dados possuem dois lados, em um deles, a situação não precisa ser considerada negativa, pois, após 1985, a renda dos trabalhadores informais foi a que teve o maior aumento, tendo se mantido estável, diferente de outros tipos de trabalho. No entanto, por outro lado, a sensação de desamparo, incerteza e o sentimento de exclusão social aumentaram proporcionalmente. Este fato deve-se à precarização das condições de trabalho – algo que, certamente, não foi um fator que surgiu com a globalização – que não ocorreu somente no Brasil, mas também em outros países capitalistas. A diferença, segundo Dupas (1999), é que no Brasil existe uma enorme dificuldade em se determinar as causas desse processo.

Em resumo, esses e outros aspectos da economia e da política, acabaram por remodelar a lógica e a mudança do paradigma do trabalho, que agora possui uma grande sensação de instabilidade com o “novo”. Tal sensação também é notada em outros países, como os Estados Unidos, onde existiu um forte incentivo ao empreendedorismo, como mencionado. Essa forte iniciativa individual, a

“liberdade” de não ser mais o empregado de alguém, apresenta o encargo de ser o empregado de si próprio, tornando o trabalhador o seu próprio “carrasco”.

Tais mudanças ocorridas nos setores da economia e do trabalho afetaram também outras dimensões da vida social, como veremos a seguir.

### **3.2.3 Sociedade e cultura globalizada**

Compreender e descrever o que tem se tornado a globalização, por um viés sociológico, constitui-se uma tarefa árdua, devido às diversas linhas que podem ser seguidas para compreender este fenômeno. O mundo parece dividido em um mundo linear e um mundo descontínuo. Se por um lado temos Castells caracterizando este novo mundo como uma sociedade da informação, ou sociedade do consumo, e mostrando a continuidade e a sequência de todos os fatores que fizeram chegar ao estágio atual, que alguns chamam de modernidade, por outro lado, temos pensadores como Kumar (1997), o qual argumenta que nos encontramos em um processo final, chamado de pós-modernidade ou sociedade pós-industrial. Para esta discussão tentaremos não entrar em um aspecto institucional da globalização, mas sim os efeitos sentidos nos sujeitos, sem definir se realmente estamos em uma modernidade ou pós-modernidade.

O primeiro aspecto que observamos com relação aos modos de vida dos sujeitos é que estes, segundo Giddens (1991, p. 14) fogem a qualquer ordem social e tradições existentes; além disso, manter uma identidade no mundo globalizado é extremamente difícil, visto que o próprio processo desse fenômeno é carregado por desterritorialização. No entanto, a perda de identidade, da cultura, é como a perda das próprias referências de cada povo. O segundo aspecto diz respeito às proporções que tomaram cada ação individual – que agora já não são tão individuais assim. Uma mera ação particular pode estar relacionada a toda uma dimensão global. A simples atitude de comprar um produto para o cabelo, por exemplo, pode estar carregada de elementos que foram introduzidos na cultura das sociedades. Giddens (1997, p. 75) reflete sobre esse problema:

Hoje em dias as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais. Não somente afeta a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas pode contribuir para um processo de deterioração

ecológica quem em si tem consequências potenciais para toda a humanidade.

Com a mudança no impacto das ações de cada indivíduo dentro da sociedade, o Estado acaba tendo de se reorganizar em torno dessas transformações, as quais, agora, são compostas de diversas oportunidades, mas da mesma forma, possuem certo perigo. Neste sentido que Giddens (1991) traz um importante elemento para a discussão: o fator risco. O risco ao qual se refere Giddens é um pouco diferente do risco que nós estamos acostumados a enfrentar. De fato, sempre fomos obrigados a lidar com o risco, no entanto, a palavra da forma que empregamos é relativamente nova<sup>29</sup>. Risco está relacionado aos “infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras” (Giddens, 1997, p. 33).

O termo se refere à sociedade globalizada, que volta todo o seu planejamento para o futuro, diferente das culturas anteriores que não atribuíam o risco ao seu cotidiano, de modo que qualquer evento, planejado ou não, constituía-se em um desígnio de forças ocultas (deuses, espíritos, maldições). Essas concepções ainda não saíram da nossa sociedade, porém, já não são usadas como o eram em épocas passadas. Em nossa era moderna, já não se atribui o destino à religião ou à tradição de alguma cultura, antes disso, o indivíduo passa a assumir o risco de suas escolhas, o que é algo relativamente inovador.

A tradição também é um ponto importante a ser discutido dentro da cultura, isto porque ela, a partir da globalização, continuará a ser uma construção social, no entanto, será composta tanto por elementos locais, quanto de outras culturas, ainda que nem sempre isso esteja muito claro. Sobre isso, Silva (2006, p. 3) afirma que:

O surgimento das sociedades modernas transfere as relações sociais para um território mais amplo onde as fronteiras desaparecem e, ao mesmo tempo, colocam à disposição das coletividades um conjunto de referências resultado da mundialização da cultura. Cada grupo social, na elaboração de suas identidades coletivas, irá se apropriar destas das mais variadas maneiras. A sociedade global, longe de incentivar a igualdade das identidades está marcada por uma hierarquia clara e injusta. As identidades são diferentes e desiguais porque as instâncias que as constroem têm distintas posições de poder e de legitimidade.

---

<sup>29</sup> A palavra risco apareceu primeiramente por volta do século XVI, referindo-se às explorações do ocidente em viagens não cartografadas, ou seja, por caminhos que ainda não tinham sido desbravados. Posteriormente, foi utilizada para referir-se a transações de investimento e a uma série de situações de incertezas com relação ao resultado.

Tal processo de construção da identidade do sujeito dá-se conforme o indivíduo se relaciona com o mundo e como o interpreta, no entanto, não leva em conta apenas suas aspirações, mas também sua necessidade em sentir-se aceito na comunidade em que vive.

Quando pensamos em cultura e tradição, fazemos alusão a costumes, vestimentas, entre outros, que são passados de geração para geração, e que estão em uma determinada cultura há um longo tempo, atravessando, décadas, séculos, talvez. Porém, a realidade, na maioria das vezes, é bem diferente. Cultura e tradição não passam de invenções criadas socialmente. Giddens (2007, p. 48) descreve um bom exemplo sobre como se dá esse tipo de construção. Segundo o autor, em uma pesquisa sobre a cultura indiana, foi descoberto que até 1860 não existia diferenciação entre a farda dos soldados indianos e a dos britânicos, no entanto, os britânicos exigiam que os indianos se caracterizassem de modo que parecessem indianos, desta forma, os uniformes foram modificados, com a inclusão de turbantes, que até hoje são considerados um patrimônio cultural do país.

Apesar do amplo contexto em que é construída grande parte das tradições, elas não podem ser ignoradas, muito menos compreendidas com desdém, pois, remetem a algo que é passado de geração para geração em uma base de confiança (Giddens, 2007, p. 49). Porém, não podemos esquecer também que o termo tradição, apesar de remeter há algo antigo, é relativamente novo. Da mesma forma que a noção de risco, o termo não existia. Isso não quer dizer que a tradição não existia e sim que a forma como era concebida no passado era diferente do modo como é vista nos dias de hoje. A tradição era o presente; agora, ela é o passado. A criação ou ressignificação de termos e conceitos é algo comum, sobretudo quando se referem a elementos da realidade cultural que passaram por transformações, a ponto de necessitarem de uma nova nomenclatura.

Mas, a globalização não mexe somente com a questão da cultura; ela tira da “zona de conforto” e estabilidade um sem número de conceitos que até pouco tempo atrás nem se pensava em ser discutidos. A própria concepção de mulher pode ser tomada como exemplo. Afinal, o que significa ser mulher? Uma infinidade de questões, como a sexualidade, identidade, gênero, seu papel dentro da sociedade e da família, questões estas as quais precisam ser necessariamente discutidas quando se aborda o ser mulher. Além disso, a questão é ainda mais complexa quando se trata de uma mulher transexual, por exemplo. A própria concepção de

família acaba sendo alterada à medida que a visão sobre o ser mulher adquire novos significados.

Essa é exatamente uma das principais consequências da globalização: a mudança. Estas não abalam somente as grandes economias e os sistemas distantes dos sujeitos, elas afetam diretamente o próprio indivíduo. No caso da mulher, a mudança acontece não só nestes aspectos mais particulares, mas também no campo do trabalho. Pela primeira vez tem se discutido fortemente sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse campo, alguns estudos<sup>30</sup> mostram que a carga horária da mulher – somada ao trabalho doméstico – ultrapassa a carga horária masculina; além disso, as mulheres não possuem cargos iguais, e tampouco recebem o mesmo salário. Isso mostra que o pensamento de que a globalização é apenas um fenômeno que aumentou a desigualdade nos países subdesenvolvidos e aumentou o poder dos países desenvolvidos em uma perspectiva global, está muito equivocado. Giddens (2007, p.23) afirma que: “A globalização não é portanto um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica”.

Outro ponto que ainda devemos levantar é a exclusão social, tema que foi bastante discutido no final do século XX. Os estudos sobre exclusão mostram que ela não ocorre apenas em um nível macro; ela se dá também de forma individual, no interior de pequenos grupos dentro da sociedade, podendo ser motivada por diversos fatores: pela raça, pela sexualidade, ou mesmo pela renda. Este último é o fator que mais torna um sujeito excluído da sociedade, isso porque, os valores que tornam uma pessoa excluída mudaram. Dupas (1999, p.17) salienta que: “a sociedade contemporânea criou um sério problema ao centrar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social”.

Mas o conceito de exclusão vai muito além de uma dimensão econômica. Ele também leva em conta fatores sociológicos, culturais. Além disso, cada sociedade possui parâmetros próprios que definem quem é incluído/excluído da ordem social. Dupas (1999) disserta sobre três tipos de paradigmas em que uma sociedade pode se encaixar conforme o modo como define a exclusão social: “o paradigma da solidariedade”, o “paradigma da especialização” e o “paradigma do monopólio”. No

---

<sup>30</sup> Dados do IBGE (junho de 2015), relatório da Organização das Nações Unidas (ONU- abril de 2014) e alguns estudos como o de Carvalho (2005), Marcon (1997), Maciel (2001), Cavalieri (1998) discutem essas questões vinculando trabalho e mulher.

paradigma da solidariedade, o vínculo social entre o sujeito e a sociedade é quebrado e o Estado é o responsável por intervir com práticas que incentivem a ressocialização. No paradigma do monopólio, os próprios grupos sociais que se criam acabam por excluir aqueles sujeitos que não se encaixam ou não se adaptam em nenhum dos grupos, o que poderia ser solucionado com uma cidadania social-democrática que incluísse todos. Já no paradigma da especialização, a exclusão social se converteria em discriminação, sendo o Estado responsável por permitir que os sujeitos transitem em categorias sociais de forma livre. Esse quadro psicossociológico exhibe que a exclusão não é um problema somente dos indivíduos em si, mas também do Estado. Mas, afinal, quem seriam os excluídos na perspectiva da globalização? Dupas (1999), embasado nos estudos de outros autores<sup>31</sup> argumenta que:

Entre outras, estão: os desempregados de longo prazo; os empregados em empregos precários e não-qualificados, os velhos e os não-protegidos pela legislação; os pobres que ganham pouco; os sem-terra; os sem-habilidades, os analfabetos, os evadidos da escola; os excepcionais físicos e mentais; os viciados em drogas; os delinquentes e presos; as crianças problemáticas e que sofreram abusos; os trabalhadores infantis; as mulheres; os estrangeiros, os imigrantes e os refugiados; as minorias raciais, religiosas e em termos de idiomas; os que recebem assistência social; os que precisariam mas não têm direito à assistência social; os residentes em vizinhanças deterioradas; os pobres que têm consumo abaixo do nível considerado de subsistência (sem-tetos e famintos, entre outros); aqueles cujas práticas de consumo e lazer são estigmatizadas; os que sofreram mobilidade para baixo; os socialmente isolados; os sem-amigos ou sem-família (Dupas, 1999, p.21).

Em suma, este subcapítulo buscou apresentar alguns aspectos sociais e culturais que se transformaram com a globalização. Sem dúvida, a exclusão social é um dos fatores que merece grande atenção devido às inúmeras acepções pelas quais o termo pode ser compreendido. Os impactos globais não são sentidos da mesma forma em todos os cantos do mundo, logo, com a exclusão não poderia ser igual. Cabe agora discutirmos esse e outros elementos da globalização no ensino e nas universidades.

#### **3.2.4 As novas formas de conhecer, o ensino e a universidade**

---

<sup>31</sup> Garry Rogers, Charles Gore e José Figueiredo.

Sem dúvida não deixaríamos de discutir a globalização dentro da perspectiva da educação, a qual também passou por mudanças, assim como os outros setores das sociedades. O final do século XX, apesar de trazer novas tecnologias que alteram positivamente a vida social, também trouxe consequências nem tanto satisfatórias para alguns setores. No entanto, o setor de educação parece ser o que tem menos a reclamar, visto que em nenhum outro momento da história o conhecimento e a informação tiveram tanta relevância social, tampouco tinham revolucionado um novo paradigma como nesse passar de século. Obviamente, não podemos ser de um todo otimistas, pois aqueles que anunciavam com a globalização e com novas tecnologias o fim da fome, da desigualdade e de outros problemas sociais, enganaram-se, nesse sentido, talvez a globalização tenha aumentado essa diferenciação.

Se formos discutir no plano do enriquecimento cultural, ficaremos perplexos pela integração de diversas culturas, pelas informações, gostos, linguagens, entre outros, que são compartilhados atualmente. Por um lado, nunca soubemos tanto sobre as coisas, enquanto que por outro lado, nunca soubemos tão superficialmente frente à grandiosidade e à complexidade do mundo. Os Estados nacionais, no interior da sociedade informacional, têm como um de seus grandes desafios reduzir a exclusão social. Nessa empreitada, o conhecimento e a educação são fundamentais, nesse sentido, destacamos as palavras de Tancredi (1998):

Para diminuir os efeitos nefastos dessa realidade, é preciso centrar esforços na educação da população. Dada a crescente concentração de renda e de poder, propiciada pelo acesso ao conhecimento e à informação, cabe à escola um papel de destaque na diminuição da desigualdade existente. É preciso que a educação escolar seja tal que possibilite à população, além do acesso ao mercado de trabalho e de consumo, uma reflexão crítica e fundamentada sobre a avalanche de informações e de modelos de vida que lhe chegam cotidianamente. Sendo o veículo principal da disseminação do conhecimento científico sistematizado, a escola pode favorecer o acesso a uma informação mais confiável e o desenvolvimento da capacidade de discernir e analisar diferentes aspectos do mundo moderno, o que evitaria que a população fosse facilmente manipulável por aqueles que detêm esses conhecimentos e informações (Tancredi, 1998, p. 2).

O combate à exclusão não é tarefa apenas das instituições de educação básica; essa é uma tarefa central para as universidades, as quais precisam encontrar formas de incluir os grupos excluídos da educação superior. Em países de capitalismo desenvolvido, como os Estados Unidos, não vemos muitas práticas voltadas para este sentido, talvez por possuírem uma cultura meritocrática que não

vê com bons olhos políticas assistenciais. No entanto, muitos países e órgãos internacionais preocupam-se com essa temática. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), visando essas questões, estabeleceu, em 1996, que a educação deveria se guiar por quatro parâmetros: “aprender a pensar, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver junto”. Em 1992, na Conferência de Joëntiem (Tailândia) foram discutidas também as necessidades básicas para a aprendizagem.

Nesse sentido, o Brasil, na década de 90, encontrava-se despreparado para essas mudanças. Tancredi (1992, p. 4) explica que: “Além de a população não estar preparada para usufruir e participar criticamente da modernização rápida e crescente, a escola ainda não sabia ensinar bem a todos que nela ingressavam”. Perdeu-se muito tempo acreditando que a forma como o conhecimento era passado e o conteúdo ensinado, eram os mais adequados, fugindo das incertezas que traziam o final do século XX. Isso refletiu profundamente não só no ensino básico, como também nas universidades brasileiras. Segundo Buarque (1994, p.17), o sentimento que havia dentro das instituições de educação superior era de espanto, frente a todas as mudanças, às pequenas revoluções, à enorme diversidade, espanto esse que o autor torna compreensível, mas que deve ser superado para a melhoria do ensino. Sobre esse sentimento da universidade, o autor afirma que: “Ela tem de gostar dos sustos que está tomando no final do século XX, tem de ver o século XXI e sua civilização como um oceano desconhecido a ser enfrentado no mesmo momento que é construído”.

As melhorias no ensino brasileiro vieram aos poucos, em um processo lento de compreensão das necessidades sociais, com aceitação de programas assistenciais, para que a exclusão pudesse ser diminuída. No ensino básico, a mudança voltou-se para o aumento de número de vagas no ensino fundamental e médio, o que veio em conjunto com um número menor de reprovações de alunos. Esse resultado só pode acontecer com a união de diversos professores e as secretarias estaduais e municipais que criaram projetos de inclusão e aceleração do aprendizado. Tancredi (1998) apresenta o exemplo do estado de São Paulo, no qual as Secretarias Estaduais de Educação implantaram um sistema para avaliar o rendimento dos alunos. O autor apresenta os resultados:

Os resultados não têm sido muito animadores, apesar de a Secretaria indicar uma melhoria sensível na aprendizagem dos alunos que se submeteram a esses processos avaliativos. As provas aplicadas mostram que, de modo geral, os alunos sabem muito pouco e que tanto eles como as escolas estão “desaprendendo” (se isso é possível) a lidar com o conhecimento sistematizado e ainda não conseguiram desenvolver as outras competências e habilidades que hoje, mais do que nunca, cabe à escola ajudar as crianças e os jovens a adquirir (Tancredi, 1998, p. 73).

Essa dificuldade no ensino não só dos alunos, como dos próprios professores é decorrente da dificuldade em se adaptar ao processo de mudança, que envolve diversos aspectos, como alterações na grade curricular, o aumento da carga horária das escolas, a necessidade de inserção das novas tecnologias informacionais. No entanto, essas mudanças muitas vezes esbarram em questões orçamentárias, ou, quando isso não acontece, acabam tendo pouco impacto no resultado de rendimento dos alunos. Outro ponto que o Estado vem levando em consideração para a melhoria do ensino é a utilização de práticas como “reciclagem” dos professores, com projetos de formação continuada, buscando também outros profissionais com maior qualificação profissional, o que não tem sido uma tarefa fácil, já que em sua maioria, as condições de trabalho e o salário não permitem que os profissionais invistam em sua carreira (Tancredi, 1998, p. 76).

No âmbito das universidades brasileiras, o cenário é um pouco distinto do que nas escolas de ensino básico. Se na década de 30 a universidade assumia o papel de consolidar a revolução tecnológica e informacional – empreendimento que não foi criado por ela –, em meados do século XX seu papel se relegava apenas a justificar e legitimar sem contestar esse novo futuro. As discussões acerca das mudanças que ocorriam sequer chegavam a romper alguma barreira ideológica. No contexto nacional, nas áreas de ciências exatas, as universidades tornaram-se um forte centro de produção científica; já nas áreas das ciências sociais, apenas se repetiu os padrões internacionais, adotando-se modelos teóricos de autores estrangeiros e tentando encaixá-los com a realidade brasileira.

Claramente, esses problemas são decorrentes do fato de a construção do ensino universitário ser muito recente no Brasil. Barreto e Filgueiras (2007) narram que no século XX o que existiam eram na verdade alguns colégios de ensino superior ou o que se chamavam de escolas profissionais. A verdade é que a carência de ensino, principalmente superior, já era precária desde o Brasil colonial. Os profissionais que atuavam no Brasil geralmente tinham diploma da Europa, onde

já havia universidades há séculos, como a Universidade de Coimbra, fundada em 1288. O processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil sem dúvida foi e tem sido um processo lento.

Outro ponto que não podemos deixar de passar com relação às universidades brasileiras, é a questão do investimento. No capítulo a seguir discutiremos as políticas que foram criadas no século XX para a qualificação do ensino, no entanto, por agora, gostaríamos de ressaltar alguns problemas que perduram até hoje, dificuldades estas que são vistas não só no que tange à qualidade da produção científica, mas à própria falta de investimento em pesquisas que tornariam nosso país competitivo. Essa falta de incentivo tem sido denunciada por diversos pesquisadores nacionais<sup>32</sup>. Segundo alguns deles, as universidades monopolizaram de tal forma o conhecimento, controlando o que é aceito ou não, que se torna difícil a aceitação de ideias revolucionárias dentro do conhecimento, simplesmente por serem controversas do que se tem ensinado e aprendido e por isso ocorre toda essa falta de apoio. Deste modo, as pesquisas acabam sendo realizadas em institutos fora das universidades, o que demonstra sua relevância, sendo assim, são aceitas e continuam dentro do meio acadêmico. Buarque demonstra o resultado dessas dificuldades para as universidades:

Como se não bastasse, o mundo, entendendo a dimensão da crise, perde parte do respeito e veneração pela universidade: as massas despossuídas a ignoram, os quadros de classe média deixam de vê-la como um passaporte à riqueza, os capitalistas optam por institutos isolados. [...] A universidade perde sua direção, fica perplexa e se diz em crise. Os alunos perdem o interesse nos cursos, mudam de opções profissionais, com o argumento de que o mercado já não apresenta a facilidade de emprego nem lhes oferece os salários anteriormente pagos. Os professores perdem a motivação, dando como pretexto que os salários são insuficientes e as verbas para pesquisas limitadas (Buarque, 1994, p.30).

Tais fatores também revelam que no fim, talvez essa falta de interesse e admiração pela universidade – tanto por parte dos professores, como dos alunos – deve-se porque esta já não demonstra estar de acordo com os propósitos sociais de avançar o conhecimento.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE GLOBALIZAÇÃO

---

<sup>32</sup> Fritjof Capra discute os impasses de suas pesquisas na área da física em seu livro *Sabedoria Incomum*, publicado em 1992.

Nesse capítulo, procuramos dissertar da forma mais breve e clara possível sobre alguns aspectos que demarcaram as mudanças que a sociedade teve e continua a enfrentar com o advento da globalização. Esta reflexão nos faz perceber que a mudança de paradigma criou o que Castells (1999) denominou de sociedade da informação e acabou – ainda que de forma descontínua em alguns setores – por criar outros paradigmas. Assim, estamos sobre um novo paradigma na cultura, no trabalho, na economia, na política, entre outros. No meio de todos esses paradigmas, a questão da inclusão social se torna muito importante em todos os aspectos, pois é através dela que daremos grandes passos em direção a níveis mais elevados de cidadania e participação social.

A universidade, no século XXI, deverá encarar esse cenário, e já o está fazendo, pelo menos no quesito acesso. Na busca pela democratização do ensino, têm sido criadas políticas importantes, como o sistema de cotas sociais e raciais. Também têm sido adotadas medidas visando a permanência de alunos e o respeito à diversidade cultural brasileira. Com efeito, a nosso ver, o país tem avançando, principalmente se olharmos para algumas décadas atrás e vislumbrarmos o modelo tradicional de universidade extremamente elitista. No entanto, Castells (1999) e Buarque (1994) alertam – em exemplos distintos – que se as universidades não mudarem suas percepções com relação à realidade social em que vivem, tenderão a desaparecer. É necessário avançar para esse outro paradigma ao qual o conhecimento tem levado alunos e professores, permitindo que essas discussões sejam mais aprofundadas, levando em conta todo o contexto histórico do ensino superior no Brasil – que será discutido no capítulo a seguir através da análise das políticas de incentivo que a educação superior tem recebido no país e a forma de avaliação que tem se dado através dos periódicos científicos.

## 4 AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA CAPES A PARTIR DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA

### 4.1 INTRODUÇÃO

Fundamentados na Sociologia Clássica de Merton (1968) e nos Estudos Sociais da Ciência, estabelecendo que a sociologia possa estar de certo modo, autorizada a tratar da ciência como seu objeto de investigação, passamos então, a delimitação deste objeto, ou seja, às políticas de publicação da CAPES. Os estudos das políticas de publicação, neste sentido, têm o propósito de repensar estas como meio de ampliação da cidadania<sup>33</sup>, tentando compreender a mudança destas políticas e sua relação com a ampliação (ou não) dos direitos dos pesquisadores no que tange a qualidade e reconhecimento de suas publicações. Congruente a este ponto, o presente Capítulo visa conhecer e problematizar sobre que base de natureza teórica/social e qual paradigma/perspectiva tais políticas de publicação dão estabelecidas, levando em consideração os próprios dados da Capes com relação à quantidade de produção e a qualidade desta. Por certo que a Capes possui um controle desta produção, no caso é o sistema *Webqualis* (que será apresentado posteriormente). A partir deste, desenvolve suas políticas com o propósito de alcançar suas metas e objetivos referentes aos periódicos – desenvolvendo estas políticas como uma forma de controle –, que será descrito no decorrer deste capítulo.

Sendo assim, os subcapítulos estão divididos por temas específicos desta tônica, no qual o primeiro irá apresentar como se dá a construção dos periódicos e

---

<sup>33</sup> O termo cidadania neste ponto deve ser compreendido não no seu sentido formal, mas sim no seu sentido substancial, dos cidadãos na posse de seus direitos políticos e sociais.

políticas de publicação nos países que possuem dados em nível de excelência no que se refere ao impacto normalizado, relevância, colaboração internacional e visibilidade. Esta perspectiva será apresentada a partir dos conceitos de diferenciação e identidade existentes dentro da ciência e propostos por Neves (2009) sendo estes a ciência central, ciência periférica e ciência marginal.

O segundo subcapítulo tratará desta perspectiva – de ciência periférica, central e marginal – a partir da realidade da produção do conhecimento científico no Brasil, levando em consideração todos os critérios estabelecidos pela CAPES, o sistema WebQualis, a classificação dos conceitos estabelecidos para os periódicos, e por fim, o fator de impacto das publicações dos autores, através do índice H. Este segundo capítulo também abordará conjuntamente aspectos da história institucional da CAPES bem como as mudanças que foram ocorrendo para que se chegasse a atual construção de avaliação.

#### 4.2 OS PERIÓDICOS E AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO NOS PAÍSES EM NÍVEL DE EXCELÊNCIA

Atualmente, muito se tem discutido sobre a discrepância entre qualidade e quantidade das publicações em periódicos, não só do Brasil, mas de outros países que são demarcados por uma ciência periférica<sup>34</sup>, como a China, Índia e Rússia. Os fatores que colocaram estes países como periféricos, vinculam-se a uma série de questões, tais como: problemas no desenvolvimento econômico; falta de investimento em pesquisas que estejam em um nível global, restringindo os pesquisadores a estudos locais; o propósito das pesquisas e sua desvinculação com os interesses econômicos dominantes em nível real. Porém, estes fatores estão longe de afetar os países que são considerados *mainstream science*, no caso, Canadá, França, Estados Unidos e boa parte da Europa. O Quadro 2 expõe o ranking de países *mainstream science* (ou ciência central) e os países periféricos:

---

<sup>34</sup> Conceito de Neves (2009).

**Quadro 2 – Ranking dos países considerando a qualidade e quantidade de artigos científicos publicados (2013)**

| Quantidade de artigos científicos |               | Qualidade das publicações |               |
|-----------------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
| Posição                           | País          | Posição                   | País          |
| 1º                                | <b>EUA</b>    | 1º                        | Suíça         |
| 2º                                | <b>China</b>  | 2º                        | Dinamarca     |
| 3º                                | Reino Unido   | 3º                        | Holanda       |
| 4º                                | Alemanha      | 4º                        | Bélgica       |
| 5º                                | Japão         | 5º                        | Suécia        |
| 6º                                | França        | 6º                        | Israel        |
| 7º                                | Índia         | 7º                        | Austrália     |
| 8º                                | Canadá        | 8º                        | Cingapura     |
| 9º                                | Itália        | 9º                        | Reino Unido   |
| 10º                               | Espanha       | 10º                       | Irlanda       |
| ...                               | ...           | 13º                       | <b>EUA</b>    |
| 13º                               | <b>Brasil</b> | 39º                       | Índia         |
| ...                               | ...           | 42º                       | <b>Brasil</b> |
| 16º                               | <b>Rússia</b> | 45º                       | <b>China</b>  |
| ...                               | ...           | 48º                       | <b>Rússia</b> |

**Fonte:** Scimago Journal & Country Ranking, 2013.

Como pode ser observado no Quadro 2, em alguns casos como Brasil, Rússia e China, a quantidade da produção é inversamente proporcional à qualidade desta, confirmando o que diversos estudos têm levantado sobre este tema. Sendo assim, quando se discute sobre países produtores de ciência central, ciência periférica e ciência marginal, é imprescindível não somente observamos a quantidade, mas a qualidade.

No entanto, a questão não fica apenas nesta divisão “quanti-qualitativa”, há outro ponto que define a qualidade desta ciência: o objeto de investigação de cada uma destas. Mas vamos por partes, diferenciando estes três tipos de ciência as quais os países podem ser classificados. Filgueiras (2001) define a ciência central de forma bastante consensual:

A ciência central, ou "mainstream science", constitui o paradigma científico vigente, inicialmente na Europa, estendendo-se aos poucos a todos os continentes, até sua completa mundialização: esta ciência apresenta características nítidas, como uma hierarquização e uma ligação estreita com os interesses econômicos dominantes. Sua prática pressupõe atualmente várias regras, entre as quais podem apontar-se: trabalho em equipe, cooperação e colaboração, divulgação ampla dos resultados em uma língua franca internacional (que tem variado com o tempo, do latim ao francês ou alemão, agora o inglês), avaliação constante pelos demais praticantes da ciência, e alguma ligação com as necessidades econômicas e sociais da sociedade onde ela se desenvolve (Filgueiras, 2001, p.709).

Deste modo, podemos compreender o motivo pelo qual os países de ciência central (EUA, França e outros) são considerados assim se observados os fatores descritos por Filgueiras (2001), levando-nos a observar a dificuldade que se tem quanto a mudança de status.

Com relação à definição de ciência periférica (caso de países como o Brasil e China) devemos começar pela definição do termo "periférico", que faz alusão justamente à periferia, ou seja, uma ciência que fica às margens, porém, como salienta Santos (2010), o termo não deve ser compreendido de forma pejorativa, ou até mesmo como forma de caracterizar uma ciência retardatária, tampouco deve ser entendido como: "uma adjetivação comparativa que venha a subestimar o nível, a qualidade e o potencial científico das regiões caracterizadas como periféricas, ou mesmo excluídas, segundo critérios de desenvolvimento econômico" (Santos, 2010, p. 100).

Podemos compreender assim, que toda ciência que não for central, deve ser periférica ou marginal (Filgueiras, 2001). Porém, uma ciência periférica é diferente de uma ciência marginal, se é que esta última pode ser chamada de ciência, já que é definida como um conhecimento que pode vir a se tornar uma ciência. No entanto, nada impede que uma ciência dita central, ou periférica possa a vir se tornar uma ciência marginal, pois se esta não resistir às fortes críticas e aos novos critérios de ciência propostos, acaba por ficar legada a uma marginalidade (Filgueiras, 2001, p.711). Este ponto pode ser corroborado com os argumentos de Torres (1996) quando este diz que...

A ciência periférica está sempre prestes a se tornar uma ciência marginal, se não for de fato. A questão é se esses perigos podem tornar-se eventualmente em risco por encontrar um "caminho periférico" em si, ou a marginalidade é inerente às posições periféricas. Em outras palavras, se a ciência periférica e ciência marginal são conceito intercambiáveis ou não são (Torres, 1996, p.07).

A citação anterior apresenta a mobilidade que uma ciência pode vir a ter, dependendo não só das questões econômicas que foram colocadas anteriormente, mas também das questões referentes às mudanças dos próprios critérios de demarcação que ocorrem na definição de ciência e não ciência. Desta forma, ao ocorrer uma revolução científica, ainda que o país possua uma economia estável, tal fator não é o suficiente para manter sua ciência no mesmo patamar.

Após definirmos os tipos de ciência, podemos ir ao outro ponto que torna uma ciência central ou periférica, o objeto de estudo desta, que sem dúvida é o ponto de legitimação e divulgação das pesquisas realizadas em torno deste objeto. Deste modo, temos de ter em mente o que Neves (2014) afirmou ser crucial para compreensão da hierarquização – mesmo este usando uma abordagem sistêmica –, ou seja, o sistema científico e seu entorno, pois o sistema é totalmente sensível ao seu entorno, de modo que “Os sistemas são sensíveis aos seus respectivos ambientes em função das possibilidades de observação que engendram” (Neves, 2014, p.558). Estas possibilidades podem ser dadas através das organizações (políticas, jurídicas, econômicas) que estão no entorno, facilitando assim, o financiamento e a chance de estar no topo desta hierarquização científica.

Outro ponto, talvez central, para compreendermos a distinção do objeto de estudo da ciência periférica para o da ciência central, é a existência de uma agenda que determina quais são os objetos de estudos de uma ciência em uma época distinta, na qual a comunidade científica irá determinar o que é ou não conhecimento (Neves, 2014).

A agenda de países como Estados Unidos, Austrália e Canadá, está voltada para pesquisas mais amplas, diferentes de países de ciência periférica os quais possuem uma agenda de pesquisas regionais, que inclusive só recebem investimentos se suas investigações se pautarem a objetos da própria região da instituição. Não significa, porém que pesquisadores de laboratórios de investigações periféricas não possam capacidade de realizar pesquisas de âmbito central, mas existe não só o desencorajamento por parte das instituições sobre estes pesquisadores, como também a visão do “entorno” que ainda classificará estas pesquisas como regionais ainda que estas sejam de cunho central. Nunes e Gonçalves (2001) afirmam que:

Alguns laboratórios possuem a capacidade para utilizar ou reproduzir conhecimentos produzidos nas regiões centrais do sistema, nos centros de cálculo. Outros produzirão conhecimento que, apesar de novo ou mesmo inovador, será declarado pelos centros de cálculo como de interesse local ou regional (NUNES, GONÇALVES, 2001, p. 28 apud Neves e Costa Lima, 2012, p.270).

O reflexo dessa agenda de investigações, dessa setorização da ciência acaba sendo exposto no Fator de Impacto<sup>35</sup> (FI) dos periódicos científicos de qualquer área, os quais estão massivamente no topo dos rankings, sendo estes exclusivamente produtos de países de ciência central, como demonstra o Quadro 3 a seguir, que para fins de delimitação, apresenta apenas o fator de impacto dos periódicos científicos mundiais na área de sociologia:

**Quadro 3 – Ranking das revistas de Sociologia com maior FI do mundo**

| POSIÇÃO | PERIÓDICO  | PAÍS        | FI    |
|---------|--|-------------|-------|
| 1º      | Research on Language & Social Interaction  | EUA         | 2.387 |
| 2º      | World Development  | EUA         | 1.733 |
| 3º      | Global Networks  | EUA         | 1.255 |
| 4º      | Maritime Policy & Management: The flagship journal of international shipping and port research | EUA         | 0.816 |
| 5º      | Historical Materialism   | Inglaterra  | 0.654 |
| 6º      | Australasian Journal of Environmental Management   | Austrália   | 0.567 |
| 7º      | British Journal of Middle Eastern Studies  | Inglaterra  | 0.459 |
| 8º      | Australian Journal of Public Administration  | Austrália   | 0.435 |
| 9º      | Information Technology for Development   | EUA         | 0.378 |
| 10º     | Innovation: The European Journal of Social Science Research                                    | Reino Unido | 0.375 |

Fonte: Edanz Journal Selector<sup>36</sup>, 2015.

Como estão expostos no Quadro 3, os países de ciência central dominam toda a primeira parte do ranking de periódicos com maior número de citação. Se observado as 30 primeiras posições de qualquer área, o resultado será muito similar, ou seja, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, França e Reino Unido estarão nas primeiras posições.

O padrão dos países de ciência central que temos observado é de cada vez mais estes permanecerem nesta posição e os de países periféricos não conseguirem se equiparar a uma ciência central – mesmo estes melhorando

<sup>35</sup> Medida que reflete o número de citações de um artigo científico publicado em um periódico.

<sup>36</sup> O *Edanz Journal Selector* é uma base orientada que agrupa diversos periódicos do mundo, da maior relevância científica e expõe um ranking baseado apenas nas revistas cadastradas no sistema, este que é composto por 7,5 milhões de periódicos.

gradualmente – o que acaba por reproduzir sempre a mesma diferença científica. Outro ponto que contribui para essa diferenciação é o fato de que a maioria das revistas de países de ciência central, são revistas que cobram por suas publicações e pelo acesso aos usuários, muito diferente de países periféricos nas quais algum órgão – normalmente a instituição ou o governo – custeia a ciência publicada.

É notório que alguns periódicos científicos brasileiros, por exemplo, têm alcançado padrões da ciência central, é o caso dos periódicos do “RAP (Revista de Administração Pública)” e “Cadernos EBAPE.BR”, porém casos como estes, além de poucos, demonstram de algum modo, a capacidade da ciência de países periféricos em produzir periódicos com padrões internacionais, apesar de todos os entraves colocados para que isso ocorra. O que devemos questionar é quem coloca estes entraves, se são as próprias instituições de fomento ou as políticas que estas estabelecem. Sendo assim, delimitamos-nos agora a apresentar o processo de publicação nos periódicos no Brasil que, diferente dos países de ciência central citados anteriormente, são regulamentados através da CAPES.

#### 4.3 CAPES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A história da Capes como instituição que ao longo de seus 64 anos tem atuado com ações voltadas para à educação no Brasil é indissociável da história da pós-graduação. A Capes foi fundada em 1951 na era do Governo Vargas (no segundo mandato) com o intuito de ser uma campanha de democratização da educação (Capes, 2011). Com o passar dos anos, como forma de aumentar seu investimento e seu desenvolvimento agora não somente como uma campanha, mas como um órgão governamental, promoveu acordos de colaboração científica com os Estados Unidos (Fundação Ford), Reino Unido e Alemanha. Tais acordos visavam o intercâmbio de acadêmicos e acesso aos grupos de pesquisas que existiam nestes países (Capes, 2011). Porém, em 1978 em conjunto com a França, ocorreu o primeiro acordo para um projeto de pesquisa em conjunto, denominado Cofecub (Comitê Francês de Avaliação Universitária e Científica com o Brasil).

A década de 70 foi marcada na Capes por fortes investimentos à Pós-Graduação, não só no que se refere à criação de novos cursos, ampliação de vagas, acordos de cooperação internacional, mas também a avaliação destas práticas, com

o surgimento do sistema de avaliação da Pós-graduação, criado em conjunto com o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) e as bolsas de estudo que permitiam os pesquisadores realizarem parte do seu doutorado fora do país (Capes, 2011).

Já a década de 80 teve-se o aumento do número de mestrados profissionais com intuito de instrumentalizar os pesquisadores de determinadas áreas. Tendo em vista que as responsabilidades, o investimento e os objetivos da Capes cada vez mais se elevavam, a partir de meados da década de 80 e 90, notou-se a necessidade de uma transformação por parte da própria instituição que acabou por se extinguir e se reinventar como uma Fundação (Capes, 2011).

A partir dos anos 2000, o enfoque foi dado para as publicações em periódicos, como forma de aglomerar todas as revistas científicas nacionais e internacionais criando-se o Portal de Periódicos – Capes (11 de novembro de 2011), com intuito de tonificar as pesquisas realizadas pelas Pós-graduações brasileiras nas bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. Na mesma época, também foi criado o PAAP (Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos) que incentivava as instituições a adquirir as revistas científicas do seu interesse. De início, o portal de periódicos contava com menos de 2.000 revistas científicas; na época, as editoras começavam o processo de digitalização de seus acervos, o que acabara por facilitar e incentivar esta iniciativa da Capes (Capes, 2015).

Em 2001, o Portal de Periódico foi regulamentado pela Portaria nº34 a qual define que o PAAP...

"um empreendimento cooperativo coordenado pela CAPES, com o objetivo de planejar, coordenar e executar ações que têm a finalidade de facilitar e promover o acesso à informação científica e tecnológica nacional e internacional a instituições de ensino superior e pesquisa do país. (Portaria Capes nº 34, 2011).

Esta portaria foi o marco regulatório, até os dias de hoje, para todas as ações que se seguiram de 2011, no que tange às instituições de ensino superior. Estas ações que foram complementadas pelo repasse de investimentos, passaram a ser centralizados pelas mãos da Capes, ao invés de ser repassado diretamente às universidades. Em 2002, parte deste investimento foi destinado ao treinamento de profissionais bibliotecários para que estes repassassem seus conhecimentos sobre o portal para usuários e profissionais das instituições. Como resultado desta prática, no mesmo ano o portal recebeu o Prêmio Institucional do Conselho Regional de Biblioteconomia 7ª Região (Capes, 2015).

Nos anos 2003 a 2004, o ponto marcante foi a criação do Banco de Teses e Dissertações (BDTD) com extensa capacidade de recuperação de arquivos das bases, coletando teses e dissertações desde 1987. A partir de então, como alternativa de expansão e consolidação, o Portal vinculou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Consórcio de Periódicos Eletrônicos (Copere) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), promovendo o acesso a mais de 15 bases referenciais, que foram aumentando gradativamente, conforme o Quadro 4:

**Quadro 4 – Aumento das bases referenciais da Capes**

| Bases referenciais 2002  | Bases referenciais 2003   |
|--|---|
| <b>Biological Abstracts; CAB Abstracts; Compendex; Derwent Innovations Index (DII); Econlit; Food Science and Technology Abstracts (FSTA); Georef; MATHSCI; MLA International Bibliography; Philosopher's Index; PsycINFO; Sage Race Relations Abstracts; Sociological; Virtual Journal of Applications of Superconductivity: A Multijournal Compilation in Superconducting Electronics, Materials and Large-Scale Systems; Virtual Journal of Biological Physics Research: A Multijournal Compilation of the Latest Research on Biological Physics; Virtual Journal of Nanoscale Science and Technology: A Weekly Multijournal Compilation of the Latest Research on Nanoscale Systems; Virtual Journal of Quantum Information: A Multijournal Compilation of the Latest Research in Quantum Computing, Cryptography and Communication; Virtual Journal of Ultrafast Science: A Multijournal Compilation of the Latest Research on Ultrafast Phenomena in Physics, Optics, Chemistry and Biology; Web Of Science (WoS).</b> | Biological Abstracts; CAB Abstracts; COMPENDEX EI Engineering Index; Derwent Innovations Index (DII); Econlit; Energy; ERIC - Educational Resources Information Center; Food Science and Technology Abstracts (FSTA); Georef; Guide to Computing Literature; Handbook of Latin American Studies: HLAS Online; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs); MATHSCI; MEDLINE/PubMed via Ovid; MLA International Bibliography; NAL Catalog; AGRICOLA; NASA Astrophysics Data System (ADS); The Digital Library for Physics, Astrophysics and Instrumentation; Philosopher's Index; Polymer Contents; PsycINFO; Sage Race Relations Abstracts; Scirus: For Scientific Information Only; Sociological; Virtual Journal of Applications of Superconductivity: A Multijournal Compilation in Superconducting Electronics, Materials and Large-Scale Systems; Virtual Journal of Biological Physics Research: A Multijournal Compilation of the Latest Research on Biological Physics; Virtual Journal of Nanoscale Science and Technology: A Weekly Multijournal Compilation of the Latest Research on Nanoscale Systems; Virtual Journal of Quantum Information: A Multijournal Compilation of the Latest Research in Quantum Computing, Cryptography and Communication; Virtual Journal of Ultrafast Science: A Multijournal Compilation of the Latest Research on Ultrafast Phenomena in Physics, Optics, Chemistry and Biology; Web Of Science (WoS). |

Fonte: Capes, 2015.

O aumento substancial no número de base de dados referenciais, apresentado no Quadro 4, foi crucial para que os usuários tivessem maior

conhecimento das pesquisas realizadas internacionalmente, ponto que favorece de forma ímpar a ciência publicada em periódicos brasileiros e, facilita os usuários a obter uma percepção dos padrões internacionais, já que é a partir destes que as políticas de publicação da Capes são formuladas.

No ano de 2003 a 2004, a atenção foi voltada para o aumento extremo de periódicos (8.500) indexados na base, sem contar com o aumento em larga escala de bases de dados referenciais que haviam praticamente dobrado em relação ao ano anterior, e o aumento do número de instituições participantes (133) que atuaram ativamente no Portal e nos eventos elaborados por este (Capes, 2015).

Em 2005, além da assinatura de novos títulos nacionais e internacionais, houve o retorno para áreas específicas que até anteriormente não eram contempladas com tanto esforço como para as áreas das ciências naturais, sendo o caso das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas que começaram a desenvolver-se de forma mais efetiva, atendendo as demandas dos pesquisadores destas áreas (Capes, 2015).

Com o aumento do número de periódicos – não somente os indexados no Portal de Periódicos, mas todos os produzidos por universidades públicas e particulares – a Capes notou a necessidade de estabelecer políticas que padronizassem (ao menos tentassem) as publicações destes. Deste modo, os periódicos passaram a ser classificados entre os conceitos A e B. Tal classificação tornou a ciência um campo de disputa, no qual o Qualis se tornou o objeto principal de avaliação, não só das pesquisas produzidas nos periódicos, mas também nas Pós-Graduações como um todo.

Tendo em vista que 50% a 80% da produção dos Programas de Pós-Graduação brasileiros estavam em periódicos de maior qualidade, logo, para visibilizar a diferença qualitativa entre estes – ou criar uma – o melhor seria estratificar os conceitos A e B em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Além disso, o novo fator de impacto definia que um dado número de artigos em um extrato inferior poderia ser contabilizado junto em um estrato superior da seguinte forma: “para uma determinada área, 2 artigos B1 equivaleriam a 1,2 artigo A1; 1 artigo B1 + 1 artigo A2 equivaleriam a 1,4 artigo A1; 3 artigos B2 equivalem a 1,2 A1” (Editorial ABEC, 2010, p.132). Neste cálculo era levado em conta que os periódicos deveriam ter seu fator de impacto calculado através do Institute for Scientific Information (ISI), sendo o valor destes apresentados no Quadro 5.

**Quadro 5 – Valores do fator de impacto para cada estrato do Qualis**

| <b>Estrato</b> | <b>Valor</b>  |
|----------------|---|
| <b>A1</b>      | Igual ou superior a 3,800                                     |
| <b>A2</b>      | Entre 3,799 e 2,500   |
| <b>B1</b>      | Entre 2,499 e 1,300   |
| <b>B2</b>      | Entre 1,299 e 0,001   |
| <b>B3</b>      | Indexado na MEDLINE, SCIELO, LILACS<br>(sem fator de impacto) |
| <b>B4</b>      | Indexado na MEDLINE, SCIELO, LILACS<br>(sem fator de impacto) |
| <b>B5</b>      | Indexado na MEDLINE, SCIELO, LILACS<br>(sem fator de impacto) |
| <b>C</b>       | Peso 0  |

**Fonte:** Bastos, 2011.

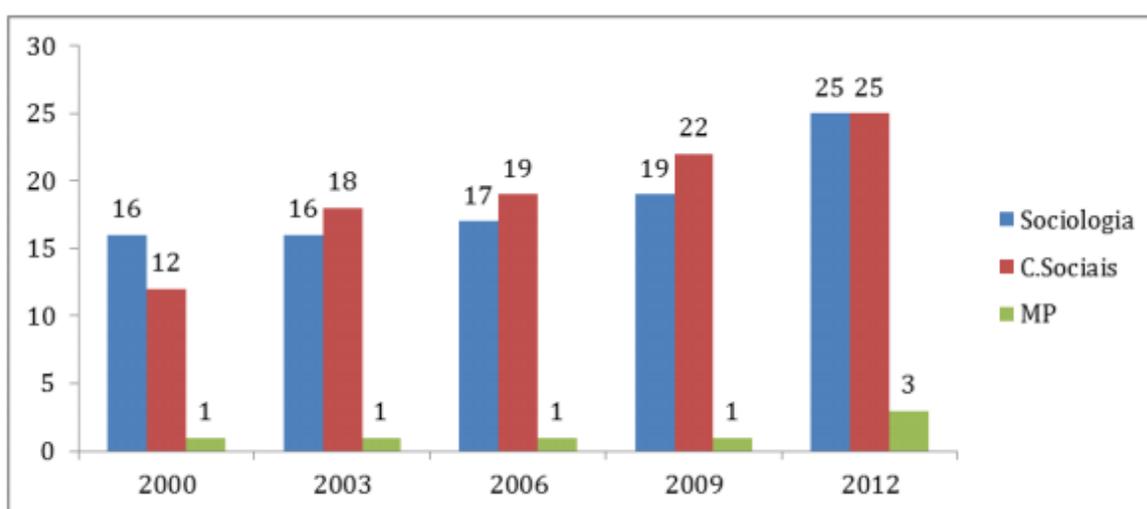
A estratificação do qualis, apresentada no Quadro 5, a partir de 2010 foi automatizada através do sistema WebQualis. Neste, os periódicos foram agrupados por áreas do conhecimento, sendo estas: Sociologia, Filosofia, Farmácia, Administração (agrupada conjuntamente com Ciências Contábeis e Turismo), Medicina (I, II e III), Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva, Engenharias (I, II, III e IV), Geociências, Ciências Biológicas (I, II e III), Antropologia (agrupada com Arqueologia), Arquitetura (agrupada com Urbanismo), Matemática (agrupada com Probabilidade e Estatística), etc. No total, são 50 áreas de avaliação, podemos perceber que para fins de facilitar esta triagem, algumas disciplinas foram agrupadas com outras conforme suas afinidades. Outras disciplinas que não possuíam uma área a qual se agrupar, tratando-se de áreas bem específicas, foram inseridas na disciplina Interdisciplinar, sendo avaliadas dentro desta divisão.

Sendo este balanço realizado de forma trienal e por área, os critérios de avaliação também são distintos conforme a disciplina. Já foram realizadas duas avaliações, uma do ano de 2007-2009 e a última realizada no ano 2010-2012. Cada avaliação gera um documento de área, neste documento consta o triênio da avaliação, a área avaliada, o coordenador de área, o coordenador-adjunto de área e o coordenador-adjunto de mestrado profissional. Apresentaremos aqui como

exemplo, resumidamente, o caso da avaliação de Sociologia, para demonstrarmos brevemente como essa avaliação é feita e os levantamentos que são realizados desta para constituir nos critérios que uma determinada área recebe.

O primeiro ponto a ser levantado é número de cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado. Este valor é importante para observar a expansão da disciplina no âmbito nacional, por exemplo, no caso da Sociologia, existem no país 17 cursos de mestrado, 3 cursos de mestrado profissional, 1 de doutorado e 33 programas de mestrado e doutorado. A Figura 1 apresenta estes dados conforme avaliação do WebQualis, além de mostrar a evolução e aumento do número de cursos na área de Sociologia, principalmente no triênio 2007-2009 devido ao REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que facilitou este aumento.

**Figura 1 – Expansão dos cursos de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil (2012)**



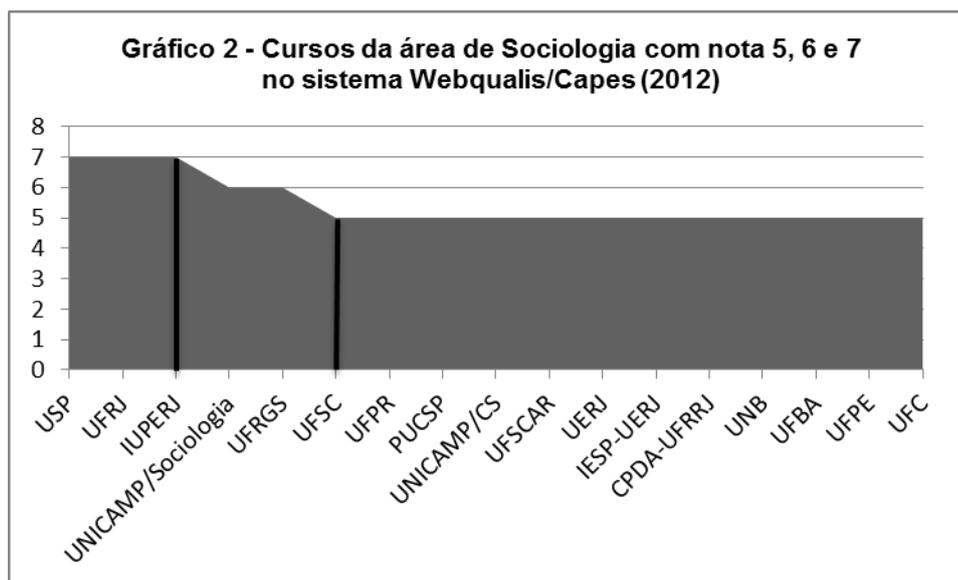
**Gráfico 1 – Distribuição Geográfica dos Programas de Pós-Graduação Área de Sociologia e Ciências Sociais – 2012**

Fonte: Capes, 2012.

Outro quesito que é avaliado pelos coordenadores da área, é a distribuição geográfica dos programas e cursos. No caso da Sociologia, a maior concentração dá-se na área do Nordeste (14), em seguida no Sul (10), e posteriormente ficam as regiões do Rio de Janeiro (9), São Paulo (8), Sudeste (6), Norte (3) e Centro oeste (3). Dentro deste contexto, ainda são investigados em que tipo de instituições estes cursos estão inseridos. No nosso caso a maior está em instituições públicas, sendo 71,7% em federais, 15% em estaduais, 9,4% em confessionais e 3,8% em privadas.

Em seguida, são dadas as notas conforme cada curso de cada universidade e posterior a estas notas são apresentados os argumentos sobre estas. A Figura 2 apresenta os cursos por notas 6 e 7 no ano de 2012, conforme o qualis, não sendo o apresentado os cursos com notas inferiores para fins de delimitação e como forma de apresentar quais são os critérios que estes tem de atingir no que concerne às políticas de publicação.

**Figura 2 – Gráfico de cursos da área de Sociologia**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Há diversos fatores com relação aos cursos que possuem notas inferiores a 6 e 7, entre elas, o curso ser novo na área, logo a primeira nota de um curso que se encontra em fase de instalação sempre será 3. Outro ponto refere-se à produção qualificada bibliográfica da área, podendo ser livros, capítulos de livros ou em periódicos.

Existem outras questões que são apresentadas no documento trienal por área, como a questão da interdisciplinaridade, a formação do Ensino Fundamental e Médio. Quanto à área de pós-graduação – parte que interessa-nos – como forma de incentivar a quantidade e qualidade das publicações, a Capes (2012) faz as seguintes exigências para um programa de mestrado acadêmico e doutorado em sociologia: estrutura curricular com disciplinas obrigatórias de teoria sociológica, clássica, contemporânea e metodológica; No mínimo 70% do corpo docente com formação e atuação na área de Sociologia ou Ciências Sociais; linhas de pesquisa com especificidades conforme as áreas e com professores distribuídos de forma

uniforme entre estas; linhas de pesquisa adequada à formação dos professores; mestrado deve possuir no mínimo nota 4 para solicitar pedido de aprovação de doutorado. Os aspectos citados anteriormente podem variar se for para área de Ciências Sociais, ou para um mestrado profissional, tendo em vista a preocupação da Capes em especificar conforme a realidade de cada disciplina.

As considerações do Qualis do documento de 2013, definem primeiramente o que pode ser qualificado como periódico científico, este que...

[...] é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter, obrigatoriamente, os seguintes itens: Editor Responsável; Conselho Editorial; ISSN; Linha editorial (expediente: missão, foco, temático, periodicidade e forma de revisão); Normas de submissão; Periodicidade e regularidade (pelo menos um número do ano anterior publicado); Avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; Resumo (s) e descritores (Capes, 2013).

Dentre todos os itens exigidos ainda não é considerado obrigatório que os periódicos possuam formato digital com acesso *on line*, porém é recomendável, quando este acesso não existe, o periódico deve conter obrigatoriamente um site com todas as informações necessárias para os autores.

Na área da Sociologia e Ciências Sociais, tendo em vista que grande parte dos periódicos não possuem indicadores de impacto, a forma de aferir a qualidade dos periódicos concentrou-se em dois pontos: “proporção de autores externos à instituição responsável pela edição, e inserção em indexadores bibliográficos que aferem qualidade da publicação”. Dentro destes indexadores, foram escolhidos a Scielo e o Redalyc latino-americano.

Com relação aos qualis, o valor de cada um para área de Sociologia e Ciências sociais varia conforme os oito estratos os quais tem peso 100 (A1), 85 (A2), 70 (B1), 60 (B2), 40 (B3), 30 (B4), 10 (B5) e zero (C). Para atribuir cada nota, é necessário que todas as informações estejam expostas e atualizadas na homepage do periódico científico. As exigências para cada estrato na área de Sociologia estão descritas no Quadro 6.

**Quadro 6 – Exigências para cada estrato do qualis na área de Sociologia (2013)**

| <b>Estrato</b> | <b>Crítérios</b>   |
|----------------|--|
| <b>A1</b>      | Periódicos destacada qualidade, devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente e superiores a todas exigências estabelecidas para o Estrato A2. Entre essas exigências, presença, além do SciELO, ao menos em mais dois indexadores listados como exigências para o estrato anterior.  |
| <b>A2</b>      | (a ) Ser publicado por instituição com Pós-Graduação strictos sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguintes; (b) Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março; (c) Disponibilidade em mais de um dos indexadores e/ou bases de dados além do SciELO e Redalyc, do tipo SCOPUS, Sociological Abstracts, EBSCO, Internacional Bibliography of the Social Sciences, Social Sciences Citation Index (SSCI) Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/Policy & Development Abstracts[...]; (d) Periodicidade mínima semestral; (e) Publicar pelo menos 18 artigos por ano; (f) Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes daquelas edita o periódico por volume; (g) Publicar pelo menos um artigo, por volume. |
| <b>B1</b>      | (a ) [Item idêntico ao do Estrato A2]; (b) Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março do ano seguinte; (c) Disponibilidade em mais de um dos indexadores e/ou bases de dados além do SciELO e Redalyc e outros correspondentes internacionais; (d) Publicar pelo menos 18 artigos por volumes; (e) Publicar pelo menos 60% dos artigos com autores de pelo menos quatro instituições diferentes; (f) Periodicidade mínima semestral.   |
| <b>B2</b>      | (a ) Ser publicado por instituição com Pós-Graduação strictos sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguintes; (b) Publicar pelo menos 45% dos artigos com autores de pelo menos três instituições diferentes; (c) Presente em pelo menos uma das bases de dados: Data Índice, Hispanic American, CLASE ou LATINDEX, etc.   |
| <b>B3</b>      | Ser publicado por instituição com Pós-Graduação strictos sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguintes; (b) Publicar pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos três instituições diferentes.  |
| <b>B4</b>      | Publicar pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos três instituições diferentes.   |
| <b>B5</b>      | Periódicos que atendam aos critérios mínimos de uma publicação científica, sem cumprir qualquer das exigências adicionais descritas nos estratos subsequentes. Periódicos dicentes.  |
| <b>C</b>       | Periódicos considerados impróprios, ou que não atendam aos critérios explicitados nos estratos acima. Periódicos com publicações encerradas. Periódicos não acadêmicos.  |

Fonte: Adaptado de Capes (2013)

O documento de 2013 também apresenta diretrizes para avaliação dos livros, porém esta não será apresentada por não ser objeto de estudo desta pesquisa. A Capes também deixa claro que a produção dos docentes dos cursos de pós-graduação representa 50% do qualis de uma instituição.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO SOBRE A CAPES

Com todos os dados apresentados neste capítulo, procuramos estabelecer ainda que de forma breve, um panorama da situação das políticas de publicação no Brasil em conjunto com uma contextualização da história da Capes que apresentasse a necessidade da emergência de uma avaliação da ciência brasileira e até mesmo de uma padronização deste tipo de publicação.

Compreendemos também a importância de buscar em outras instâncias da Capes que estabelece tais políticas como um todo, tendo em vista que nos relatórios do qualis de cada área é apresentada apenas a comissão que exerceu o papel de consultores de sua área. Saliemos neste capítulo a importância não só da Capes como instituição que regulamenta tais políticas, mas do próprio meio acadêmico, dos produtores de artigos científicos, dos professores de pós-graduação que sem dúvida são os atores sociais capazes de alcançar os padrões internacionais aos quais a Capes espelha-se para elaborar as políticas de publicação brasileiras. Sem dúvida, a realidade da ciência brasileira só poderá ser modificada quando não só a quantidade de artigos melhorarem, bem como a qualidade destes.

## 5 MÉTODOS, TÉCNICAS, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

### 5.1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o foco de nossa pesquisa – as políticas de publicação de periódicos, especificamente na área de Sociologia –, o capítulo em questão busca apresentar a operacionalização dessa investigação, partiremos dos métodos definidos, de como serão analisados os dados, e por fim, a discussão dos resultados. Deste modo, caracterizamos a princípio, a pesquisa como de cunho qualitativo, utilizando a análise documental e a partir dessa a análise de conteúdo.

Buscamos em nossa investigação, baseados em uma abordagem qualitativa, apresentar o processo de modo mais completo possível, que envolve as políticas de publicação em periódicos. Estamos conscientes de que os dados, em qualquer pesquisa, podem ser abordados e sistematizados de maneiras diferentes. Nessa perspectiva, pretendemos, entretanto, sistematizá-los de forma como entendemos mais adequados no conjunto de nossa investigação.

Assim, apresentamos como operacionalizamos a nossa pesquisa, neste capítulo de metodologia:

- a) Apresentação do método de análise documental e posteriormente a análise dos documentos em questão;
- b) Sujeitos da pesquisa;
- c) Apresentação do método de análise de conteúdo seguida da aplicação do método;
- d) Considerações finais da análise de dados.

Em primeiro momento, acreditamos ser necessário apresentar alguns trechos de documentos oficiais referentes à formulação destas políticas, estes que de algum modo traduzem não só nossos questionamentos, como também remetem ao nosso referencial teórico previamente estabelecido e ancorado na Sociologia da Ciência. Deste modo, os dados referentes à formulação de políticas de publicação extraídos dos documentos da Capes serão produtos da primeira parte de nossa análise de dados qualitativa.

Posterior à apresentação e discussão relativa aos documentos oficiais da Capes, no caso, especificamente o volume I do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), apresentaremos como segundo ponto dois recortes documentais de

áreas distintas, o primeiro recorte refere-se ao documento da Diretoria de Avaliação da Capes da área de Ciências Biológicas e o segundo documento do mesmo departamento refere-se à área da Sociologia. Como nosso objetivo não foi à realização de um estudo comparativo entre a quantidade e qualidade da área de Ciências Biológicas versus a área de Sociologia, não realizaremos uma comparação dos documentos como um todo, mas sim um recorte documental no que tange às considerações acerca dos critérios sobre o Qualis-Periódicos para os artigos. Nesta parte buscamos discutir criticamente as diferenças na adoção de critérios de uma área para outra, criando categorias de análise de conteúdo para então compreender quais são as diferenças e quais os impactos produzidos por estas em cada área.

Por último e não menos importante, através do método de análise de conteúdo, fizemos a análise das entrevistas concedidas por membros de alguns setores Capes, seja estes específicos da área de Sociologia ou que prestem assistência a outros setores de avaliação. Esta análise também seguirá as entrevistas concedidas por membros da Associação Brasileira de Editores Científicos, como modo de investigar como os editores avaliam a formulação de políticas de publicação como um todo. Para tal análise criamos categorias analisando a presença, ausência e frequência das unidades de registro, para então podermos discutir criticamente qual o panorama das políticas de publicação da Capes.

## 5.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS MATERIAIS

Para a realização da investigação optamos, primeiramente, pelo uso da análise documental, técnica que consiste na seleção e no recorte de documentos pertinentes à pesquisa. O método de análise documental, segundo Cellard (2008, p.295), “[...] favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros”.

Em princípio, utilizamos a análise documental para construir um diagnóstico acerca da Capes, no que diz respeito à pós-graduação e, mais especificamente, às suas políticas de publicação em periódicos. Cabe ressaltar, que a partir da referida técnica, foi possível definir o tipo do conteúdo que deveria estar nos diferentes

questionários que foram utilizados como instrumento para coletar as informações dos órgãos envolvidos com as políticas de publicação, ligados direta ou indiretamente à Capes.

Frente aos questionamentos suscitados, nossa pesquisa selecionou primeiramente, o documento do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) como peça central de apresentação dos propósitos da Capes para a ciência produzida nas universidades. Através da análise desse documento observamos os primeiros elementos, para então nos aprofundarmos nos sujeitos desta pesquisa. Optamos pelo Plano Nacional, justamente por ele fazer uma análise crítica dos anos anteriores dos mais variados elementos da pós-graduação brasileira, além de estabelecer critérios para melhoria da ciência a longo prazo.

Tendo em mente que nosso foco para investigação das políticas de publicação da Capes era a área de Sociologia, o Plano Nacional e as informações oficiais do site da Capes acerca da Pós-Graduação no Brasil caracterizaram os sujeitos da pesquisa, os quais estavam envolvidos, de algum modo, com as políticas de avaliação da Coordenadoria – tais sujeitos serão discutidos no próximo capítulo.

O segundo documento em que aplicamos o método de análise documental, foi o material de avaliação trienal da área de Ciências Sociais e Sociologia, elaborado em 2013, pela Diretoria de Avaliação da Capes (DAV). Tal documento é formulado com a identificação dos coordenadores, atualizado com as considerações gerais a respeito da área, tais como: número de cursos de graduação e pós-graduação; os seminários realizados na área; a distribuição dos cursos pelo país; considerações sobre o Qualis-periódico; entre outras. Em comparação à área de Sociologia, investigamos um terceiro material, no caso, o documento de avaliação trienal da área de Ciências Biológicas I. Esta comparação foi realizada com o propósito de identificar se os critérios de avaliação de periódicos variam conforme cada área. Neste sentido, escolhemos as Ciências Biológicas I devido a sua distinção em relação a área de Sociologia – pelo menos à primeira vista – no que concerne à forma de avaliação e publicação, o que, conseqüentemente, poderia refletir nas políticas de publicação. Assim, no Quadro 7, podemos observar os documentos que foram investigados.

**Quadro 7 – Documentos selecionados para análise documental**

| Instituição | Setor                        | Espécie de Documento                                     |
|-------------|------------------------------|--|
| Capes       | Conselho Superior (CS)       | Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)              |
| Capes       | Diretoria de Avaliação (DAV) | Documento de Área – Ciências Biológicas I (2013)         |
| Capes       | Diretoria de Avaliação (DAV) | Documento de Área – Sociologia e Ciências Sociais (2013) |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Apresentamos a seguir a primeira parte da análise documental que se refere ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020).

### 5.2.1 Análise documental do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)

Os dados qualitativos que apresentaremos nas próximas linhas foram cruciais para nos situarmos dentro do contexto de formação de políticas da Capes, principalmente no que tange aos objetivos desta fundação. Além deste fato, os dados a seguir servem como apresentação do Plano Nacional de Pós-Graduação, este que é elaborado a cada intervalo mínimo de cinco anos, com intuito de traçar não só um panorama do estágio atual da pós-graduação brasileira, em níveis de progresso, como também para propor um direcionamento de onde se pretende chegar. Deste modo, como já havíamos apresentado na introdução, elaboramos um recorte documental para apresentar os temas que refletem os propósitos da Capes e que, conseqüentemente, aludem ao nosso referencial teórico proposto. Tais temas, da mesma forma, se traduzem em pontos importantes para nossa discussão com relação aos objetivos da Coordenadoria. Sendo assim, os dados a seguir buscam destacar os seguintes pontos:

- a) Perfil da ciência produzida nos periódicos científicos e na ciência como um todo, incluindo até mesmo o perfil dos pesquisadores, tal como ilustrado no Quadro 8;
- b) Estratégias para a melhoria do sistema de políticas de desenvolvimento, como mostra o Quadro 9;
- c) Políticas de cooperação internacional de acordo com o Quadro 10;

- d) Avaliação e qualidade do desempenho da pós-graduação, como reflete o Quadro 11;
- e) Número de cursos de pós-graduação como apresentado na Tabela 1;
- f) O sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, como destacado no Quadro 12.

#### Quadro 8 – Perfil da ciência produzida nas universidades

| Recortes documentais sobre o perfil da ciência  | Página |
|---|--------|
| [...] antes mesmo de deflagrar as avaliações periódicas, a Agência e os Comitês <b>deverão ter em mente o tipo de profissional ou de pesquisador que se deseja formar</b> , considerando-se a diversidade da sociedade do conhecimento e das suas demandas. | 129    |
| Todas as áreas deverão ser mobilizadas de tempos em tempos e pôr na agenda a <b>discussão acerca do ethos intelectual</b> , pesquisador, técnico e cientista que as universidades têm a incumbência de formar.  | 129    |
| [...] sociólogo americano <b>Robert K. Merton</b> , que tinha definido o <b>ethos da ciência</b> , mediante quatro traços ou caracteres fundamentais: Universalismo, Comunalismo, Desinteresse e Ceticismo Organizado.                                      | 129    |
| Mais tarde, consciente de que o <b>ethos mertoniano</b> , o ethos da ciência acadêmica, se encontram fraturados e em processo de dissolução, sendo substituídos por uma mentalidade empresarial e taylorista (o cientista empreendedor) [...].              | 130    |
| A CAPES deverá adotar, como um dos <b>parâmetros de avaliação</b> , a comparação com programas internacionais considerados de referência, sem qualquer cota [...].  | 130    |
| Isso implica na necessidade de <b>um novo contrato entre ciência e sociedade</b> , um trabalho voltado para a garantia de que o progresso científico se oriente para a resolução dos reais problemas que afetam a humanidade.                               | 157    |
| [...] tradicionalmente, <b>os pesquisadores das instituições acadêmicas trabalham com enfoque de longo prazo</b> , enquanto as empresas, devido ao mercado globalizado, necessitam de resultados em curtíssimo prazo.                                       | 180    |
| [...] <b>cerca de 70% do total de matrículas na educação superior no Brasil estão nas áreas de ciências humanas e sociais</b> , enquanto apenas 11% correspondem às engenharias e ciências tecnológicas [...].  | 191    |
| <b>A presença da ciência brasileira no cenário internacional</b> pode ser aferida, senão quantitativamente, mas pelo menos qualitativamente, pela atuação de cientistas brasileiros nas principais instituições internacionais de ciência.                  | 231    |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf> . Acesso em: 13/03/2016.

Como podemos observar, a partir do Quadro 8, o primeiro recorte refere-se ao padrão de profissional/pesquisador que a Capes exige dos programas de pós-graduação. Nesse sentido, a Coordenadoria crê que este seja um ponto fundamental para o avanço da ciência, colocando outros critérios como avaliação, reuniões sobre

os comitês, dentre outros, em segundo plano. O segundo recorte reforça esta ideia, principalmente, quando em conjunto com alguns outros recortes em seguida, a respeito do *ethos* da ciência, conceito proposto por Merton que já discutimos em capítulos anteriores. Este ponto é interessante para nossa investigação, pois não só demonstra o alinhamento de nosso referencial teórico com os propósitos de ciência estabelecido pela Capes, como também apresenta, de certo modo, uma autocrítica, já que a fundação acredita que o *ethos* da ciência esteja em dissolução, em um processo no qual a ciência é afetada por uma visão de empreendedorismo.

Outro ponto que nos chama atenção nos recortes do Quadro 8 é a questão da internacionalização da ciência, elemento que parece ser um quesito bastante apreciado pela Capes. Sendo assim, o recorte, a princípio, torna claro, de algum modo, que o padrão de ciência requerido pela fundação, além de ser embasado em princípios da Sociologia da Ciência, também tem o objetivo de que a ciência publicada em periódicos se equipare a uma ciência internacional, sem qualquer espécie de cota para tal.

Um terceiro e último ponto que nos chama a atenção no Quadro 8 é um padrão na ciência brasileira no que concerne ao número de acadêmicos por área. No caso das ciências humanas e sociais, estas correspondem a 70% de matriculados. Tal fato gera preocupação da Capes com relação ao baixo número de matriculados em outras áreas que carecem de profissionais, como a área das engenharias, por exemplo. Essa preocupação desdobra-se em outra parte do recorte. O baixo número de matriculados reflete em um baixo número de formados para algumas áreas, que, por sua vez, implica na falta de profissionais em empresas, as quais têm suas necessidades estabelecidas em curto prazo, ao contrário da ciência. Este é um problema que, a princípio, a Capes demonstra dificuldade em solucionar através de suas políticas.

Sendo assim, já podemos ter, em partes, uma noção superficial das necessidades da ciência – na visão da Capes –, além de compreendermos para onde avançaremos e a que pé de desenvolvimento científico se está no que diz respeito à pós-graduação. Passamos então para a observação do quesito de estratégias para a melhoria de sistema da Capes apresentado pelo Quadro 9.

**Quadro 9 – Estratégias para a melhoria do desempenho do sistema**

| <b>Estratégias</b>   | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| Ao longo das audiências realizadas pela Comissão encarregada de elaborar o <b>PNPG 2005-2010</b> , foi praticamente uma unanimidade a <b>necessidade de equacionar os problemas das assimetrias</b> .  | 30            |
| [...] <b>Sem dúvida, a harmonização entre as ações desenvolvidas pela CAPES e pelo o CNPq apresentou significativa melhora nos anos que antecederam o Plano</b> . Todavia, tornara-se necessário ampliar o relacionamento e a articulação entre essas duas agências.   | 30            |
| Foi também necessário envolver a FINEP nessa articulação estratégica, pela sua importância como gestora dos fundos setoriais e promotora de <b>políticas de investimentos estruturantes nas instituições de pesquisa e pós-graduação</b> .   | 31            |
| Foram necessários, durante a vigência desse Plano, o esforço das agências federais <b>em institucionalizar parcerias com os governos estaduais e um maior envolvimento dos governos estaduais</b> , através de programas estratégicos específicos, vinculados com a política nacional de pós-graduação.                          | 31            |
| Sugeriu-se a criação de novas tipologias regionais, diversas das existentes, com dados desagregados, <b>permitindo diagnósticos e análise mais detalhados. O resultado desse procedimento permitiu uma melhor política indutora</b> assim como também permitiu a criação de redes e de parcerias na pesquisa e na pós-graduação. | 31            |
| <b>Com relação ao sistema federal, definiu-se no Plano que seria imperativo restaurar a infraestrutura para a pesquisa nas universidades por ele mantidas</b> , pelo fato de que elas são responsáveis pela maioria dos programas de pós-graduação, formando uma rede que abrange todo o território nacional.                    | 32            |
| [...] <b>Estimular a formação de parcerias e consórcios entre programas de regiões distintas</b> , de forma a promover a desconcentração do sistema nacional de pós-graduação, utilizando-se para isso a parceria federal-estadual no financiamento, particularmente em áreas estratégicas e multidisciplinares.                 | 32            |
| <b>Agilizar a gestão dos recursos das Agências de Fomento</b> por meio de delegação de competência aos colegiados dos programas.   | 33            |
| <b>Contemplar a parceria nos intercâmbios internacionais</b> na busca de mecanismos alternativos para a ampliação do número de bolsas, como na viabilização de financiamento aos alunos, a ser pago após absorção dos mesmos pelo mercado de trabalho.   | 33            |
| A perspectiva de diversificação exigiu que o sistema de pós-graduação <b>fosse mais dinâmico e capaz de incorporar novos indicadores ao processo da avaliação [...]</b> .  | 34            |
| <b>A redefinição do papel do mestrado reforçou a iniciação científica na formação de pesquisador</b> , sugerindo-se a atribuição de créditos às atividades que resultassem em produção científica ou tecnológica.  | 34            |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 13/03/2016.

Na primeira parte do Quadro 9, podemos notar que a Capes realiza um processo de reflexão dos planos anteriores – especificamente do Plano 2005-2010 – para observar os avanços realizados, as necessidades e falhas do sistema atual. Deste modo, o PNPG atual já visa à correção das percepções anteriores agregando novos elementos a elas. O primeiro dos elementos a ser corrigido, seria a maior

parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ponto que foi avaliado pela Capes como positivo para o desenvolvimento da Pós-Graduação. No sentido da articulação com outros órgãos, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) foi definida como umas das empresas de fomento à ciência a qual a Capes deveria articular de forma permanente para melhoria do desempenho do sistema.

De um modo geral, a Coordenadoria buscou pela institucionalização das parcerias, não somente com agências de fomento, mas também com os governos estaduais, de modo a ter mais contato com os dados regionais, além de, no âmbito federal, ter definido um plano que para a melhoria da infraestrutura das universidades como forma de incentivo às pesquisas elaboradas. No âmbito regional, a Capes tem procurado estimular parcerias entre os próprios programas de pós-graduação, de modo que estes articulem em atividades como palestras, seminários, eventos, pesquisa e publicação. Na questão de parcerias, o Quadro 9 aponta juntamente para o fortalecimento de vínculos com universidade internacionais, através de intercâmbios. Muitos programas como o “Ciência Sem Fronteiras”, por exemplo, têm sido fortemente discutidos e desenvolvidos dentro dos limites orçamentários do governo.

Tratando-se da gestão dos recursos financeiros voltados para o desempenho do sistema, como apresenta o Quadro 9, a Capes tem optado por delegar a responsabilidade pela distribuição dos recursos aos próprios colegiados dos programas, fato que auxilia a fundação na dispersão de algumas tarefas as quais acabam por ficar de inteira responsabilidade dos programas.

Outro fator que o Quadro 9 aponta, é para a redefinição do papel do mestrado como elemento de maior incentivo para a área de ciência e tecnologia. Neste sentido, acreditamos que tal aspecto reflita no aumento de mestrados acadêmicos o que, segundo a Coordenadoria, traz boa parte do retorno dos investimos em pesquisa para o mercado de trabalho.

No quesito desempenho do sistema, de um modo geral, o Quadro 9 aponta para a inserção de novo indicadores que possam aumentar a dinamização do sistema, fator que auxilia a Capes no monitoramento dos parâmetros estabelecidos. Tendo em vista que um dos parâmetros visto como “termômetro” da ciência brasileira são os acordos internacionais, apresentamos o Quadro 10 com recortes referentes ao assunto.

**Quadro 10 – Políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior**

| <b>Políticas de cooperação internacional</b>  | <b>Página</b> |
|---|---------------|
| Dever-se-ia <b>estimular a cooperação internacional por intermédio das universidades</b> , de tal forma que o intercâmbio entre alunos e professores fosse institucionalizado, permitindo inclusive a apresentação de projetos de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais.   | 35            |
| Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, <b>bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores</b> e estágios para recém-doutores.  | 36            |
| [...] <b>apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores</b> , tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido.  | 46            |
| Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao <b>compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país.</b>   | 36            |
| <b>A colaboração internacional é de importância vital para o avanço científico de qualquer nação.</b> Cientistas, instituições, ministérios e suas agências de fomento, e as FAPs, compartilham com entusiasmo deste princípio, refletindo-se no fato de a colaboração científica do Brasil estar crescendo lado a lado com o avanço que a ciência brasileira tem experimentado em época recente.                                 | 233           |
| [...] os principais parceiros do Brasil, que inclui países tradicionais, de reconhecido nível científico, os mais notórios sendo <b>Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha, e vários de nossos vizinhos, com destaque para a Argentina.</b>  | 236           |
| É oferecido aos pesquisadores brasileiros um conjunto de oportunidades para: 1) iniciar uma nova colaboração por meio da mobilidade de pesquisadores inseridos; em projetos de pesquisa conjunta; 2) consolidar parcerias institucionais efetivas; 3) coordenar colaborações por meio de redes internacionais; ou 4) <b>estruturar parcerias com laboratórios virtuais como os laboratórios internacionais associados (LIAs).</b> | 239           |
| <b>Entretanto um número crescente de empresas vem adotando políticas de inovação</b> , beneficiando-se da crescente capacitação da Universidade e Institutos de Pesquisa brasileiros. Algumas destas já apresentam atuação internacional expressiva.  | 249           |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 13/03/2016.

O Quadro 10 apresenta alguns pontos importantes para nossa investigação no que concerne ao padrão de ciência buscado pela Capes, além da visão que a mesma possui sobre a formação de recursos humanos no exterior e as estratégias que possui para tal. A partir do exposto, o recorte apresenta que a Coordenadoria possui inúmeras políticas para o estímulo da cooperação internacional, tais como intercâmbio de alunos e professores, bolsas sanduíches, apoio a estágio após o doutorado, dentre outras. Tais elementos agregados mostram que talvez poucas considerações possam ser feitas a essas estratégias da Capes, tendo em vista a formulação minuciosa para as referidas questões. Se no caso há alguma ressalva a ser feita no que concerne à ausência de algum elemento, seria no sentido de que

algumas políticas de cooperação internacional são claramente voltadas para a área da saúde e das ciências exatas – como exemplo temos o programa Ciência sem Fronteiras –, não considerando a área de Ciências Humanas e Sociais, principalmente se pensarmos na perspectiva da graduação.

O recorte em questão aponta, igualmente, para a importância atribuída à colaboração internacional como meio para o avanço científico do Brasil, apresentando o progresso que essa parceira tem gerado com alguns países e refletido na ciência publicada em periódicos ou livros do Brasil. Além do mais, o Quadro 10 aponta para uma série de oportunidades dadas aos pesquisadores brasileiros de modo que estes se sintam encorajados a colaborar cientificamente, fenômeno que podemos atribuir aos desdobramentos do efeito da globalização.

Assim, todas as estratégias elaboradas pela Capes, como forma de mapear e incentivar a ciência brasileira, precisam ser avaliadas de diversas maneiras. Com efeito, a Coordenadoria também elabora uma série de estratégias de avaliação e questionamentos, os quais podemos observar no Quadro 11.

**Quadro 11 – Avaliação e qualidade da pós-graduação**

| <b>Recortes sobre avaliação e qualidade</b>  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| A <b>avaliação deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados</b> , na especificidade das áreas de conhecimento e no <b>impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial</b> e na sociedade.                               | 36            |
| A pós-graduação deveria ser aferida pela <b>qualidade da produção científica e tecnológica</b> dos grupos de pesquisa que a compõem.   | 36            |
| A <b>interação da pós-graduação com o setor empresarial</b> , para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de mestrado, deveria ser valorizada, uma vez que indica uma maior inserção daquela na sociedade.                   | 37            |
| [...] <b>preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação brasileira</b> , como um sistema de certificação e referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa.                                | 37            |
| Consideração de <b>impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto)</b> e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação). | 37            |
| Incentivo à inovação através da adoção de novos indicadores, que estimassem o aumento do valor agregado de nossos produtos e <b>a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado</b> .   | 37            |
| Introdução de <b>processos de avaliação qualitativa</b> dos produtos dos programas de doutorado e mestrado, <b>incluindo na avaliação produtos até hoje subavaliados, como: os livros, nas áreas de Humanidades</b> .                                | 37            |
| Na avaliação do conjunto do sistema, outra recomendação é que os Comitês – ao considerarem a produção docente – <b>computem as revistas classificadas no sistema Qualis da CAPES, fazendo-se os destaques cabíveis</b> , em termos de periódicos.    | 142           |
| [Recomendações] Apoio e valorização das publicações <b>nos principais periódicos nacionais de qualidade</b> ;  | 305           |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 13/03/2016.

Os recortes do Quadro 11 apresentam a forma como a Capes compreende avaliação do sistema nacional de pós-graduação. A partir do exposto, a Coordenadoria interpreta que a avaliação deve-se fundamentar através de uma abordagem qualitativa, observando o impacto produzido na comunidade científica. No entanto, a Capes estende este impacto para além dos campos acadêmicos, abarcando também os setores empresariais, na tentativa de criar uma interação entre tais setores a pós-graduação. Logo, a Coordenadoria compreende que a qualidade não pode se restringir à produção científica, mas também à produção tecnológica.

Outra questão retratada no Quadro 11 nos retrata é a perpetuação do sistema nacional de avaliação da qualidade da pós-graduação, aspecto relevante, tendo em vista que a avaliação é fundamental para o estabelecimento – aumento ou corte – de recursos financeiros entre os programas. Nessa linha de raciocínio, a Capes determina que o fator principal das avaliações são os critérios quantitativos, mais precisamente, o índice de impacto e índice de citação. No entanto, a Coordenadoria acredita que seria fundamental a inserção de processos de avaliação qualitativa nesta etapa. Tal ponto nos deixa com mais dúvidas do que esclarecimentos, tendo em vista que a fundação não explica quais tipos de avaliações qualitativas poderiam ser feitas, já que estas apesar de serem usadas comumente fora do Brasil, ainda possuem certas restrições devido ao alto custo do investimento a ciência brasileira.

Por fim, a Capes credita boa parte dessa avaliação ao sistema Qualis de periódicos o qual é responsável, através dos critérios de cada área do conhecimento, por destacar as revistas de maior qualidade e prestígio.

Sabemos que outros elementos, além dos citados acima, interferem na ciência brasileira e exigem da Capes tamanho controle, muitas vezes de cunho quantitativo, devido ao grande número de cursos pós-graduação no Brasil. Nestes casos, a fundação tem processo exaustivo de acompanhar inúmeras funções: se os programas estão desempenhando suas funções, o que produzem e onde publicam, se atendem aos critérios que são criados justamente para que haja um padrão mínimo de exigência. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta o número de cursos em atividade no país.

**Tabela 1 – Número de cursos em atividade**

| Nível                        | 1976       | 2004         | 2009         | Crescimento (%) |              |
|------------------------------|------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|
|                              |            |              |              | 2009/1976       | 2009/2004    |
| <b>Mestrado</b>              | 518        | 1.793        | 2.436        | 370,3%          | 35,9%        |
| <b>Mestrado Profissional</b> | 0          | 119          | 243          | -               | 104,2%       |
| <b>Doutorado</b>             | 181        | 1.058        | 1.422        | 685,6%          | 34,4%        |
| <b>Total</b>                 | <b>699</b> | <b>2.970</b> | <b>4.101</b> | <b>486,7</b>    | <b>38,1%</b> |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 13/03/2016.

Os números da Tabela 1 além de mostrarem o avanço e crescimento dos cursos de pós-graduação, também apontam para o surgimento e expansão dos mestrados profissionais – cursos que possuem estrutura voltada para o setor de ensino e para o mercado de trabalho – os quais passaram a existir a partir de 1988 e estão entre uma das principais preocupações da Coordenadoria.

Outro fator importante para nossa investigação é observar a distribuição do número de matriculados por área, para que possamos estabelecer alguma relação entre o número de matriculados e o número de publicações em periódicos. A Tabela 2 apresenta a distribuição de matriculados por grande área de pós-graduação.

**Tabela 2 – Distribuição de alunos matriculados na pós-graduação por grande área (2009)**

| Grande Área                        | Nº de matriculados | Matriculados (%) |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| <b>Ciências Biológicas</b>         | 12.267             | 8%               |
| <b>Ciências da Saúde</b>           | 23.333             | 14%              |
| <b>Ciências Exatas e da Terra</b>  | 15.608             | 10%              |
| <b>Ciências Humanas</b>            | 26.738             | 17%              |
| <b>Ciências Sociais Aplicadas</b>  | 19.913             | 12%              |
| <b>Engenharias</b>                 | 23.821             | 15%              |
| <b>Linguística, Letras e Artes</b> | 10.011             | 6%               |
| <b>Multidisciplinar</b>            | 13.542             | 8%               |
| <b>Ciências Agrárias</b>           | 15.835             | 10%              |

**Fonte:** Coleta Capes. Acesso em: 13/03/2016.

Na Tabela 2 podemos perceber como se dá a concentração de matriculados na pós-graduação, observando que as áreas de maior agrupamento são as Ciências

Humanas seguida das Engenharias. Ainda assim, é fundamental levar em consideração que essa relação de número de matriculados por área de conhecimento não faz conexão com o número de formados, ou quantidade de cursos de pós-graduação. Em média, 70% dos alunos – como já mencionamos – se encontram em cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, enquanto que nas Engenharias, esse número corresponde a somente 11%. Logo, apesar do número de matriculados das duas áreas ser bem próximo, há um afastamento quando se trata do número de formados. Como geralmente estes dados apresentam às peculiaridades de cada curso, conseqüentemente, a avaliação e os critérios estabelecidos são distintos, conforme cada área do conhecimento. Nesse aspecto, é fundamental observar como se dá o sistema de avaliação da Capes como um todo.

**Quadro 12 – Sistema de avaliação da pós-graduação brasileira**

| Recorte documental  | Página |
|---|--------|
| <b>O sistema de avaliação da CAPES é uma experiência bem sucedida, a despeito das imperfeições, e pode ser aperfeiçoado</b> , ajustando-se às mudanças e <b>necessidades do conjunto das áreas</b> do conhecimento.   | 125    |
| O sistema de pós-graduação foi implantado a partir dos anos 70, tendo por arcabouço jurídico a Reforma Universitária de 1968, <b>por modelo a universidade americana (cursos estruturados)</b> e por missão a formação de professores e pesquisadores.  | 125    |
| O sistema federal de pós-graduação teve dois grandes momentos que acabaram por repercutir na avaliação: 1 – <b>a criação dos cursos de mestrado</b> , a partir dos anos 70, que eram verdadeiros mini-doutorados; 2 – <b>a criação do doutorado</b> , a partir dos anos 80, e especialmente 90.   | 126    |
| Historicamente, houve a hegemonia ou a predominância de critérios, <b>culturas e procedimentos das ciências exatas e naturais</b> , as quais migraram para outras áreas e <b>funcionaram como uma camisa de força [...]</b> .   | 127    |
| No curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do publish or perish invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, <b>com o predomínio da quantidade sobre a qualidade</b> .  | 127    |
| Além das medidas protocolares que a CAPES poderá adotar para impedir o enquistamento do sistema e a ação dos lobbies das diferentes áreas, com seus particularismos, <b>recomenda-se a contratação de consultores internacionais tanto para monitorar o sistema de avaliação da CAPES</b> , tomando a agência como objeto ou alvo, quanto para acompanhar a avaliação dos cursos [...]. | 129    |

**Fonte:** Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 13/03/2016.

Os recortes do Quadro 12 refletem sobre o sistema de avaliação de periódicos da Capes. Nesse sentido, a fundação avalia seu sistema como uma experiência positiva e promissora, que tem seus parâmetros calcados no molde internacional, norte-americano de pós-graduação. Com relação a este aspecto, a Coordenadoria expõe os principais motivos os quais influenciaram o

desenvolvimento do sistema de avaliação: a criação de cursos de mestrado e de doutorado. Tal necessidade levou a Capes a estabelecer critérios para avaliação e expansão dos cursos. Nesse sentido, a fundação admite, de certo modo, que as regras de classificação – independente da área de conhecimento – estão engessadas conforme os critérios estabelecidos pelas áreas de ciências exatas e naturais. Conseqüentemente, as especificidades de cada área, acabam sendo desconsideradas, o que pode prejudicar áreas como as Ciências Humanas e Sociais, por exemplo, que são avaliadas segundo critérios que não correspondem a sua realidade.

Outro ponto relevante presente no Quadro 12 é aquilo que a Capes concebe como *taylorismo intelectual*, ou seja, um fenômeno amplamente discutido na ciência, o qual consiste na pressão para que os pesquisadores racionalizem ao máximo suas pesquisas de modo que produzam mais em menor tempo, dentro de um sistema que gratifica aqueles pesquisadores com maior número de publicações, sem levar em conta a qualidade do conteúdo e a relevância para a ciência. Agregado a este fator, o recorte em questão aponta conjuntamente para o fenômeno conhecido como *publish or perish*, que se caracteriza por um modismo internacional, no qual os pesquisadores se submetem a produzir em larga escala inúmeros artigos de conteúdo repetitivo, com o fim único de se manterem sempre em evidência.

Contudo, a Capes acredita que a mudança desse cenário nas publicações em periódicos pode melhorar com a contratação de consultores internacionais que possam monitorar o sistema de avaliação como forma de alcançar o objetivo de uma ciência internacional, como requerido pela fundação.

Em resumo, podemos observar que alguns elementos estabelecidos em nossas hipóteses e objetivos, já se revelam, de algum modo, através da análise do PNPG (2011-2020), como a questão da internacionalização da pesquisa e os objetivos que a Capes tem como relação à ciência publicada nos periódicos científicos. A seguir, apresentamos a análise documental dos critérios de avaliação da área de Sociologia, em comparação com a área de Ciências Biológicas I.

### **5.2.2 Análise documental dos critérios de avaliação de periódicos da área de Sociologia e da área de Ciências Biológicas I**

Neste subcapítulo, apresentamos agora os últimos documentos a serem analisados, isto é, o documento da área de Sociologia e Ciências Sociais e o documento da área de Ciências Biológicas I. Esses materiais são elaborados em um período trienal pela Diretoria de Avaliação da Capes, a qual tem como objetivo estabelecer critérios que tornem o sistema avaliativo padronizado estabelecendo, para cada área do conhecimento, uma análise do que vem sendo realizado, no que concerne a projetos, publicações, dentre outros. Sendo assim, independente da área, o documento possui os seguintes elementos: a identificação dos coordenadores; considerações gerais sobre o estágio atual da área; requisitos e orientações para propostas de novos cursos; considerações gerais sobre a avaliação trienal; considerações sobre Qualis-Periódico e critérios para estratificação e uso do mesmo na avaliação; considerações e definições sobre a internacionalização/inserção internacional da área; ficha de avaliação do triênio. Nesse sentido, como meio de delimitação para focarmos nas políticas de publicação – assunto que nos interessa –, faremos o recorte do documento restringindo a nossa investigação às considerações sobre o Qualis-Periódico de duas áreas: Sociologia e Ciências Biológicas I.

A escolha pelas áreas a serem investigadas leva em conta, primeiramente, o fato de que nossa pesquisa se encontra no âmbito da Sociologia. Com efeito, buscamos investigar como estão dispostos os critérios de avaliação desta área. De maneira comparativa, optamos por observar as diferenças dos critérios do documento da Sociologia em relação à área de Ciências Biológicas I. Tal escolha deve-se ao fato de que a análise do PNPG revelou que os critérios oriundos das áreas de ciências exatas e naturais (como as Ciências Biológicas I) acabaram por engessar a produção de outras áreas (como a Sociologia). Nesse sentido, as especificidades do Qualis das duas áreas poder ser observadas no Quadro 13.

**Quadro 13 – Comparativo das Especificidades do Qualis da área de Sociologia e Ciências Biológicas I (CBI)**

| <b>Especificidade</b>                                 | <b>Área</b>           | <b>Recorte</b>  |
|---|-----------------------|---|
| <b>Tipo de publicação</b>                             | Sociologia            | Para ser considerado um periódico, o mesmo deve conter, obrigatoriamente os seguintes itens: Editor responsável; Conselho Editorial; ISSN; Linha editorial; Normas de submissão; <b>Periodicidade e regularidade (pelo menos um número do ano anterior publicado)</b> ; Avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; Resumos e descritores.  |
|   | Ciências Biológicas I | [...] a <b>publicação de periódicos é um dos produtos mais frequentes</b> da CBI. Deve ser ressaltado que a produção de produtos, patentes e correlatos e a publicação de <b>livros e capítulo de livros também é relevante para área, embora, via de regra, percentualmente seja em menor proporção.</b>   |
| <b>Fator de impacto</b>                               | Sociologia            | Considerando que poucos títulos de periódicos, no domínio das Ciências Sociais e da Humanidades, contam com indicadores de impacto, <b>optou-se por classificar os títulos da área a partir da indexação em banco de dados e indexadores de referência</b> e qualificação bibliográfica. <b>O fator de impacto é levado em conta, quando existente (principalmente nas revistas internacionais), mas não condiciona a avaliação</b>   |
|   | Ciências Biológicas I | Os critérios para definição dos estratos Qualis Periódicos da CB I baseiam-se na Mediana dos <b>Fatores de Impacto (FI)</b> dos periódicos utilizados pelo conjunto de PPGs [...] e o fator de impacto dos periódicos atualizado de acordo com <b>Journal of Citation Reports (JCR)</b> .   |
| <b>Padrão de corte para os estratos no Qualis</b>     | Sociologia            | O Conselho Técnico Científico de Educação Superior (CTC-ES) definiu a seguinte ponderação: <b>A1: 100; A2: 85, B1: 70, B2: 60; B3:40; B4:30; B5:10; C: Zero</b>   |
|   | Ciências Biológicas I | A partir do valor da Mediana de FI dos artigos publicados pelos PPGs da CB I (2,0) foi aplicado o seguinte padrão de corte para os estratos no Qualis: <b>A1: <math>\geq 4,3</math>; A2: <math>\geq 3,1</math> e <math>&lt; 4,29</math>; B1: <math>\geq 2,0</math> e <math>&lt; 3,09</math>; B2: <math>\geq 1,6</math> e <math>&lt; 1,99</math>; B3: <math>\geq 1,1</math> e <math>&lt; 1,59</math>; B4: <math>\geq 0,51</math> e <math>&lt; 1,09</math>; B5: <math>&lt; 0,5</math>; C: produção considerada não relevante</b> para avaliação na CB I; Scielo: classificadas pelo FI. |
| <b>Limite de publicação em um determinado estrato</b> | Sociologia            | <b>Não estabeleceu limite</b> , no entanto os pesquisadores têm de publicar pelo menos um artigo por triênio.   |
|   | Ciências Biológicas I | Os artigos publicados em periódicos <b>dos estratos B3 e inferiores terão um limite máximo</b> [...] de cinco produtos para a produção docente no triênio da avaliação.   |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O quadro 13 apresenta, primeiramente, o tipo de publicação de cada área, ou seja, periódicos, livros e outros. Nesse sentido, observamos que na Sociologia os periódicos conforme algumas exigências, tais como: editor, conselho editorial, ISSN,

entre outros. Quanto aos livros, eles têm alguns padrões semelhantes, que não expomos por motivos de este não ser o foco de nossa pesquisa. Já na CB I observa-se que o documento revela que a maior parte de seus critérios e fonte de publicações são os periódicos científicos.

A segunda parte do Quadro 13 refere-se ao Fator de Impacto (FI) – medida que reflete o número de citações de um artigo científico publicado em um periódico – de cada área. Em relação a este elemento, na área de Sociologia, tendo em vista que o recorte do Quadro 13 apresenta o baixo número de periódicos com FI, foram escolhidos outros critérios para ser feita a avaliação da qualidade dos periódicos, como a indexação em banco de dados e indexadores de referência, como Data Índice, Hispanic, American Periodical Index, Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE), LATINDEX, Sumários Correntes Brasileiros, entre outros. Em contrapartida ao cenário da Sociologia, na área de Ciências Biológicas I, devido ao grande número de periódicos com FI, este critério acabou por se tornar o parâmetro para definição dos estratos do Qualis, conjuntamente com o JCR. Consequentemente, os valores das medianas de cada área são diferentes – ainda que esta divergência não seja desproporcional -, exceto para os periódicos considerados de nível C, para os quais é mantido o mesmo critério e valor.

A última parte do Quadro 13 refere-se ao limite de publicação por estrato, tanto na área de Sociologia, quanto na área de Ciências Biológicas I, há a exigência de que os pesquisadores dos programas de pós-graduação devam publicar no mínimo um artigo durante a avaliação trienal. No entanto, a diferença é que, na área de Sociologia, as pesquisas podem ser publicadas em periódicos de qualquer nível, já na área de Ciências Biológicas I há um limite de cinco pesquisas em revistas B3 e inferiores.

Em resumo, o Quadro 13 buscou apresentar, de algum modo, as especificidades das políticas de avaliação de periódicos das áreas supracitadas, comparando-as. Nessa perspectiva, pudemos perceber que, de um modo geral, existem semelhanças no que concerne ao padrão geral de estratificação. No entanto, existem diferenças no modo como estas avaliações são elaboradas devido às dissemelhanças nos critérios definidos para o FI. Cabe ressaltar ainda que a área de Sociologia e Ciências Sociais não despreza o FI, muito pelo contrário, este é levando em consideração pela Capes no momento de avaliação, todavia, ele é mais utilizado em periódicos da área das Exatas, da Saúde e afins.

Sem dúvida, observamos que independente da área, e tendo em mente o recorte documental do PNPG, ainda que a Capes busque realizar uma avaliação qualitativa, esta continua a ser elaborada através de métodos quantitativos. Doravante, cabe-nos agora, compreender estas políticas através dos indivíduos envolvidos na construção destas. Sendo assim, apresentamos a seguir a análise dos questionários elaborados para os sujeitos respondentes.

### 5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA FALA DOS SUJEITOS

A análise de conteúdo já se justificou por essa técnica auxiliar no direcionamento dos dados. Como método, tornou-se útil por contemplar todo o material, além de se apresentar como uma metodologia que não permanece estática. Bardin (2009, p. 47) apresenta tal como uma abordagem que “[...] tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados”. A autora ainda atenta para a importância da escolha dos documentos, estabelecendo quatro requisitos no que tange à escolha destes:

1. Pertinência: os documentos devem conter dados e informações de interesse do estudo.
2. Exaustividade: para maior precisão, julga-se adequado inúmeros documentos.
3. Homogeneidade: os documentos precisam conter características entre si.
4. Representatividade: O recorte ou amostra do material (Bardin, 2000).

A análise de conteúdo foi realizada dentro de suas etapas<sup>37</sup> de pré-análise (organização dos documentos encontrados); exploração dos documentos (análise do material, criação de hipóteses, percepção de possíveis controvérsias e codificação das unidades recortadas); sistematização dos resultados e interpretação destes (classificação das unidades de registros, interpretação dos resultados e repetição de termos que caracterizem as políticas). No entanto, esse método, na sua exaustão, foi aplicado somente em alguns documentos e não a todo material coletado, pois parte dele foi feita somente a análise documental – a qual já foi apresentada –, tendo em vista que em alguns documentos julgamos não ser necessária toda a exaustividade do método. O Quadro 14 elucida estas etapas de forma sistemática.

---

<sup>37</sup> Etapas propostas por Bardin (2001).

**Quadro 14** – Etapas da análise de conteúdo aplicada aos documentos

| <b>1. ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE</b>                                    | <b>UTILIZADAS</b> |
|---|-------------------|
| <b>A. Pré-análise (Leitura flutuante)</b>                           | X                 |
| Leitura flutuante   | X                 |
| Escolha de documento  | Não               |
| Formulação das hipóteses ou objetivos                               | Não               |
| Referenciação dos índices e elaboração de indicadores               | X                 |
| Preparação ou edição do material                                    | Não               |
| <b>B. Tratamento dos resultados e interpretação</b>                 | X                 |
| <b>2. CODIFICAÇÃO</b>   |                   |
| <b>A. Recorte (escolha das unidades)</b>                            | X                 |
| Unidade de registro   | X                 |
| Palavra   | X                 |
| Tema (um conceito)  | X                 |
| Unidade de contexto   | X                 |
| <b>B. Enumeração (regras de contagem)</b>                           | X                 |
| Presença ou ausência da unidade                                     | X                 |
| Frequência e/ou frequência ponderada                                | X                 |
| Intensidade e direção   | Não               |
| Não Ordem e co-ocorrência   | Não               |
| <b>3. Categorização</b>   | X                 |
| <b>A. Inventário (isolar elementos)</b>                             | X                 |
| <b>B. Classificação (dividir elementos para ordenar a mensagem)</b> | X                 |
| <b>4. Inferência</b>  | X                 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir do método de Bardin.

No item A do Quadro 14 (pré-análise) foi levado em consideração que o discurso dos respondentes – que adiante apresentaremos – de certo modo, apresentou um vínculo com as hipóteses e objetivos, porém não foi realizada uma preparação ou edição do material, tendo em vista que o formato no qual este se encontra (questionários impressos) não restringiu nenhuma análise a respeito deste. No que tange às demais etapas de organização da análise dispostos no item A, utilizamos apenas a leitura flutuante dos questionários, ou seja, a leitura que buscou captar as primeiras impressões do discurso e, através desta, estabelecemos alguns indicadores os quais serão apresentados. Quanta a escolha do documento e a formulação de hipóteses e objetivos, estes foram desconsiderados, por não se tratarem de documentos, mas sim a fala dos sujeitos dessa pesquisa. Sendo assim, através da organização desenvolvida, realizamos o item B do Quadro 14, que se refere a interpretação propriamente dita dos resultados.

No item 2 (codificação) do Quadro 14, realização primeiramente a parte de recorte das unidades de registro que se referissem às políticas de publicação. Sendo

assim, foram excluídos termos como: pronomes, artigos, advérbios, verbos e outros elementos textuais que não eram pertinentes para uma análise mais profunda destes documentos. Neste sentido, de observar a profundidade e pertinência das informações, procuramos detectar o assunto, os personagens, a frequência e presença (ou ausência) de certas unidades, dentre outras codificações possíveis, excluindo apenas a codificação de não ordem ou de co-ocorrência, tendo em vista que não julgamos a relevância desta para os discursos em questão. Posterior a tal etapa, realizamos a enumeração, contabilizando a presença ou ausência de unidades, conjuntamente com a frequência destas, porém, desconsiderando intensidade, direção e não-ordem, por tais elementos não caracterizarem o foco de nossa investigação.

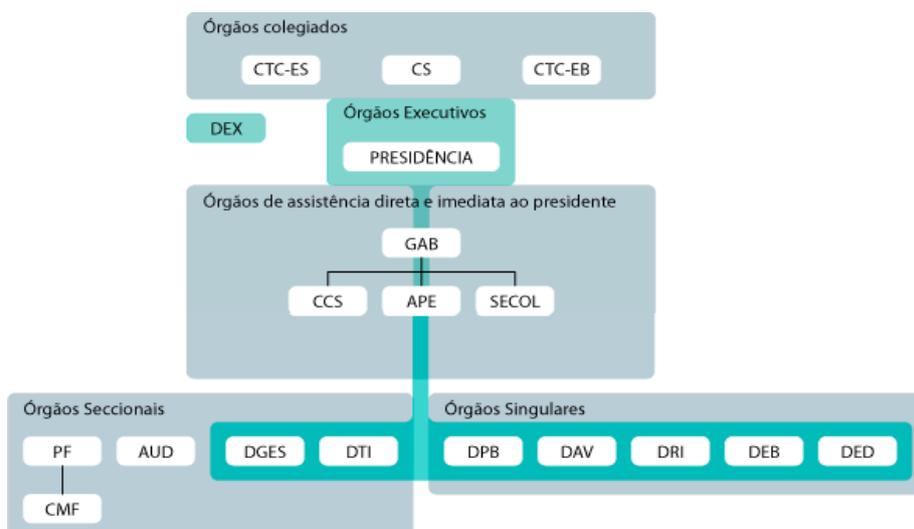
Na terceira parte do Quadro 14 (categorização), isolamos todos os termos em sua codificação e classificamos estes para ordenar a mensagem – por exemplo, termos sobre as políticas que se refiram à avaliação, ficarão em um grupo A, termos que façam alusão aos periódicos ficarão em um grupo B e assim por diante.

Por fim, ao final do inventário, com as categorias já estabelecidas, discutimos todos os dados, procurando as controvérsias, se existentes, contextualizando estas com a revisão bibliográfica estabelecida, procurando responder todas as hipóteses que foram criadas sobre as políticas de publicação da Capes.

### **5.3.1 Sujeitos respondentes**

Para selecionarmos os sujeitos respondentes do vasto campo de atores sociais envolvidos, de algum modo, nas políticas de publicação de periódicos, observamos primeiramente a distribuição dos órgãos da Coordenadoria, para então, compreender qual destes órgãos possuía vínculo direto com tais questões. Nesse sentido, apresentamos a Figura 3, com a estrutura organizacional da Capes, a qual foi investigada.

**Figura 3 – Estrutura Organizacional da Capes**



**Fonte:** Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5419-estrutura-organizacional>. Acesso em: 05 de março de 2016.

A partir da Figura 3, através de investigações em cada setor Oda Coordenadoria, podemos definir que entre os órgãos colegiados, alguns elementos referentes às políticas de periódicos passavam pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) e pelo Conselho Superior (CS). O Conselho Técnico Científico de Educação Básica (CTC-EB), por não se envolver nas questões acerca da pós-graduação, não foi selecionado atores sociais deste setor. No que tange aos órgãos executivos, no caso a presidência, esta não interferia de forma ativa nas políticas de periódicos e sim em outras políticas mais abrangentes no que concerne à ciência brasileira. Deste modo, a visão deste órgão foi descartada. Quanto aos demais órgãos de assistência direta e imediata ao presidente, estes por não estarem envolvidos diretamente ao foco de nossa investigação não foram investigados. No entanto, dentre os órgãos singulares da Coordenadoria, dois órgãos se destacaram por estarem atuando de forma ativa na formulação das políticas de periódicos, sendo o primeiro o Diretório de Avaliação, o qual é responsável por toda avaliação da ciência brasileira, no âmbito da graduação e pós-graduação. Tal órgão é dividido por áreas do conhecimento, como forma de delegar a cada uma destas a responsabilidade de mapear como se distribui os periódicos científicos, a qualidade e políticas de publicação de cada. Dentro desta divisão, optamos por investigar a área que se restringe a avaliação da Sociologia – objeto de nosso estudo – responsabilidade da Coordenação de Avaliação e Acompanhamento de Área I (CAA I). A partir da investigação do CAA I, encontramos alguns documentos que

trouxeram à tona um órgão que apesar de não pertencer a Capes, apresenta a visão dos editores dos periódicos científicos, a respeitável Associação Brasileira de Editores Científicos, a qual busca estabelecer diálogo com a Coordenadoria de modo a levar a visão dos editores. Sendo assim, apresentamos a Figura 4 que estabelece em nível hierárquico os envolvidos a serem questionados.

**Figura 4 – Sujeitos da pesquisa**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Na primeira parte da pirâmide da Figura 4 encontra-se o Conselho Técnico Científico do Ensino Superior, a tal órgão compete à responsabilidade de assessoramento a Diretoria Executiva, no tocante à criação de políticas para o sistema de pós-graduação. Nesse sentido, consideramos fundamental questionar o CTC para investigar o nível das ligações com a formulação de políticas de publicação em periódicos. Neste ponto, a assessoria do CTC respondeu o questionário formulado para a área, o que auxiliou nosso detalhamento.

Sabemos, a princípio, que as resoluções sobre avaliações são repassadas do CTC para o Diretório de Avaliação (DAV), este que é subdividido por diversas áreas do conhecimento, entre estas se encontra a área de Sociologia a qual é composta por 3 coordenadores: Coordenador (a) Geral, Coordenador (a) Adjunto e Coordenador (a) Adjunto de Mestrado Profissional. Logo, devido à importância desta área, julgamos a necessidade de aplicar questionário aos representantes dela. Nesta área, tanto a Coordenadora Geral, quanto o Coordenador Adjunto de Mestrado se prontificaram a responder o questionário.

Por último nessa pirâmide, encontra-se a Associação Brasileira de Editores Científicos, esta que julgamos pertinente questionar – ainda que não seja um órgão ligado diretamente a Capes – por ser representante em potencial dos editores de

periódicos científicos. Nessa posição, os representantes da ABEC podem passar a impressão que estes possuem acerca das políticas de publicação como um todo, além de trazer alguns elementos sobre a visão dos próprios editores. Neste sentido, a ABEC mostrou-se solícita em auxiliar nossa pesquisa, sendo o questionário respondido tanto pelo diretor quanto pela vice-diretora. A seguir, apresentamos no Quadro 15 os documentos e áreas investigadas e método aplicado.

**Quadro 15** – Sujeitos das instituições a serem investigados

| <b>INSTITUIÇÃO</b> | <b>Sujeitos</b>   | <b>Classificação</b> |
|--------------------|---|----------------------|
|                    | Questionário respondido pelo Diretório de Avaliação da Capes      | Sujeito 1            |
|                    | Questionário respondido pela Coordenação da Área de Sociologia    | Sujeito 2            |
|                    | Questionário respondido pelo Conselho Técnico Científico          | Sujeito 3            |
| <b>ABEC</b>        | Questionário respondido pelo presidente (a) e vice-presidente (a) | Sujeito 4            |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Além da análise de conteúdo apresentada, utilizamos questionários como parte do nosso método para captar a fala dos atores sociais envolvidos, logo, é através destes que poderemos buscar complementar nossa compreensão acerca da formulação das políticas que envolvem os periódicos científicos, especificamente na área Sociologia.

Sendo assim, buscamos compreender as respostas dos atores sociais entrevistados, observando se estes atuam com a mesma visão proposta pelos documentos, os quais já investigamos através da análise documental. Neste sentido, a entrevista nos auxiliou por esta trazer elementos que não podem ser encontrados em documentos oficiais, apresentando o elemento da visão pessoal dos atores sociais o que, sem dúvida enriquece nossa investigação. Apresentamos a seguir as análises de cada questionário.

Para realizarmos o recorte empírico dos questionários, buscando através deste procedimento, mantermo-nos aliados aos nossos objetivos e hipóteses, deste modo, apresentamos o Quadro 16, o qual retoma nosso foco.

**Quadro 16 – Síntese dos objetivos e justificativa para conhecer as políticas de publicação da Capes**

| <b>Objetivos</b>   | <b>Justificativa</b>   |
|--|--|
| Investigar as políticas no Brasil que envolvem diretamente a Capes.  | Investigar, de um modo geral, sob quais acordos se constroem as políticas da Capes para os diversos setores da educação brasileira é fundamental para observarmos a existência de um padrão.   |
| Observar as possíveis mudanças e oscilações de uma área para outra no que se refere às políticas de publicação da Capes para a Sociologia. | Compreender, de modo comparativo, como ocorre a construção das políticas de publicação na área de Sociologia e em uma área distinta, poderá nos trazer uma nova percepção, inclusive pode nos auxiliar para percebermos as semelhanças e diferenças. |
| Conhecer os atores que estão envolvidos (que definem/influenciam) na formulação de tais políticas e sob quais acordos elas se dão          | Será fundamental investigar se os próprios pesquisadores de uma determinada área definem as políticas ou se estas são determinadas pela Coordenadoria e repassada a estes, sem qualquer possibilidade de interferência destes.                       |
| Compreender quais são os objetivos da Capes no que tange aos periódicos científicos brasileiros  | A compreensão dos planos da Coordenadoria para os periódicos é parte importante de nossa investigação para que possamos estabelecer não somente o que é feito, mas também o porquê das ações.  |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Tendo em mente o Quadro 16 que apresenta a síntese de nossos objetivos e justificativos, podemos então aplicar a primeira parte da análise de conteúdo (pré-análise), estabelecendo os indicadores de relevância. Ainda que esta fase do método seja preenchida com o elemento da intuição, tal parte tem por objetivo ser precisa construindo um esquema analítico do nosso método. Sendo assim, apresentaremos o Quadro 17 com os indicadores, que possivelmente nos apresentarão novas hipóteses, além das suscitadas.

**Quadro 17 – Indicadores selecionados para identificação de relevância**

| <b>Categoria Inicial</b> | <b>Indicadores de relevância</b>   |
|--------------------------|--|
| Políticas                | Formulação de políticas; criação de políticas; acordos; regras.                        |
| Sociologia               | Especificidades da área; periódicos de Sociologia; Ciências Humanas; Ciências Sociais. |
| Objetivo                 | Objetivos da Capes; plano; projeto.  |
| Periódicos               | Fator de impacto; qualidade; quantidade; Webqualis; Sucupira.                          |
| Internacional            | Políticas; acordos; cooperação, periódicos internacionais.                             |
| Atores sociais           | Editores; coordenadores; atores sociais; envolvidos; diretores.                        |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A partir de agora, sendo expostas as categorias de análise, podemos avançar para a análise de conteúdo de cada questionário aplicado, comparando com os indicadores.

### 5.3.2 Análise de conteúdo do questionário respondido pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES)

A análise de conteúdo do questionário respondido pelo CTC (Capes) nos possibilitará identificar em até que ponto este órgão está envolvido na formulação de políticas de publicação. Além disso, é possível que este setor nos apresente quais são os objetivos da Coordenadoria para o Ensino Superior, tendo em visto que este é um papel o qual certificamos que tal órgão está envolvido. Para tanto, identificaremos o respondente como Coordenador “A”, apresentando a seguir o Quadro 18 com o recorte das unidades de registro e a frequência destas (F), conforme as regras já especificadas de nosso método.

**Quadro 18 – Recorte das unidades de registro do questionário do CTC.**

| Unidade               | F | Unidade                         | F | Unidade                  | F |
|-----------------------|---|---------------------------------|---|--------------------------|---|
| Conhecimento          | 1 | Investimento                    | 1 | Sociologia               | 1 |
| Atividades            | 1 | Nível internacional             | 1 | Área I                   | 1 |
| Avaliação             | 4 | Metas                           | 1 | Parte técnica            | 1 |
| Capes                 | 4 | Objetivos                       | 2 | Outros países            | 1 |
| CTC                   | 5 | Periódicos                      | 3 | Setores administrativos  | 1 |
| DAV                   | 2 | Cooperação Internacional        | 1 | Melhoria                 | 1 |
| Divisão               | 1 | Plano Nacional da Pós-Graduação | 1 | Expansão                 | 1 |
| Ensino Superior       | 2 | Áreas de conhecimento           | 2 | Ciência                  | 1 |
| APE                   | 1 | Doutorado                       | 1 | Intercâmbios             | 1 |
| Parcerias             | 1 | Publicações internacionais      | 1 | Cada área                | 2 |
| Planejamento          | 1 | Laboratórios                    | 1 | Produção                 | 1 |
| Projetos              | 1 | Universidades internacionais    | 1 | Intenção                 | 1 |
| Questões de avaliação | 1 | Graduação                       | 1 | Qualidade                | 4 |
| Webqualis             | 2 | Acordos                         | 1 | Critérios                | 3 |
| Peculiaridades        | 1 | Políticas                       | 1 | Padrão                   | 1 |
| Revistas              | 1 | Padrão internacional            | 1 | Mudanças                 | 1 |
| Ciência               | 1 | Fora do país                    | 1 | Cooperação internacional | 1 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Apresentamos no Quadro 18 o recorte das unidades de registro, tais que foram escolhidas conforme a exclusão de elementos textuais que não atribuíam nenhum significado para a interpretação do documento (artigos, pronomes, verbos,

entre outros). No total, foram selecionadas 54 unidades de registro, as quais tiveram a frequência estabelecida dentre 1 e 5. Para que possamos posteriormente discutir a frequência e outras características do documento, apresentamos o Quadro 19 com a relação entre as unidades de registro e os indicadores já estabelecidos anteriormente.

**Quadro 19 –** Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância

| <b>Índice</b>         | <b>Unidades de registro</b>   |
|-----------------------|---|
| <b>Políticas</b>      | Mudanças; políticas; Critérios; padrão; questões de avaliação; CTC;   |
| <b>Sociologia</b>     | CTC; área I; áreas de conhecimento; Sociologia; Dav; setores administrativos.   |
| <b>Objetivos</b>      | Intercâmbios; Plano Nacional de Pós-graduação; publicações internacionais; nível internacional; outros países; ações; graduação; doutorado; laboratórios; projetos; intenção; metas; objetivos; investimento; |
| <b>Periódicos</b>     | Revistas; Peculiaridades; Avaliação; Publicações internacionais; Webqualis; qualidade; produção; expansão; periódicos; divisão.   |
| <b>Internacional</b>  | Cooperação internacional; padrão internacional; universidades internacionais; nível internacional; parcerias; outros países.  |
| <b>Atores sociais</b> | CTC; APE; Dav; Capes; ciência; cada área; área I; setores administrativos.  |

**Fonte:** Elaborados pelos autores.

De acordo com a relação entre os índices e as unidades de registros apresentadas no Quadro 19, podemos inferir que, com relação à política, o respondente 1 apresentou que estas se dão conforme alguns critérios, além de existir um padrão para cada área, ou seja, cada área do conhecimento estabelece quais serão as políticas, os quesitos de avaliação, entre outros aspectos. Nesse sentido, o respondente 1 deixou claro que o CTC não se envolve nessa formulação, tendo controle apenas da parte técnica da instituição. No que concerne a área de Sociologia, o respondente 1 afirmou que o CTC não possui nenhum controle com relação às políticas e especificidades da área. No Quadro 19, com relação à Sociologia, talvez outro órgão da Coordenadoria – no caso o Dav – tem maior controle das formulações de políticas dessa e de outras áreas.

Com relação ao indicador de objetivos, o respondente 1 apresentou diversas unidades que se referem a graduação e pós-graduação, sendo estas o foco da Capes, além de aspectos voltados para a internacionalização da ciência, tal questão que apareceu diversas vezes ao longo da fala do respondente. Já no que concerne a questão dos periódicos, as unidades de registro demonstraram que na visão do respondente 1, a Capes parece não deter um controle total da formulação de políticas de periódicos, repassando tal demanda para cada área do conhecimento,

que conforme alguns critérios gerais, fica responsável por definir as políticas de publicação e avaliação. Ainda neste aspecto dos periódicos, ressaltou-se a questão da internacionalização dos periódicos e da necessidade e foco da Coordenadoria para o alcance de um padrão internacional.

A questão dos atores sociais, nos apresentou alguns setores da Capes, estabelecendo que o trabalho da Coordenadoria possui uma vasta divisão afim de se manter um controle de cada área. Sendo assim, o respondente um nos revelou uma extensa divisão, definindo que questões focadas na avaliação, estariam a encargo de outro setor da Coordenadoria, no caso, a Diretoria de avaliação da Capes (Dav).

Em resumo, de modo geral, os pontos destaques do questionário do respondente 1, são a questão da internacionalização, que nos parece bastante visível, assim como a setorização da Coordenadoria. Podemos então, compreender a partir de alguma das unidades de registros apresentadas, que os próximos setores da Capes estarão ligados de forma mais expressiva às formulações de políticas, tendo em vista que o CTC, conforme análise, não apresentou tal característica. Deste modo, apresentamos a seguir, a análise do respondente 2, a Diretoria de Avaliação da Coordenadoria.

### **5.3.3 Análise de conteúdo do questionário respondido pela Diretoria de Avaliação (DAV)**

A análise de conteúdo do questionário respondido pela Dav nos possibilitará observar de forma mais específica como se dão as políticas de publicação da Capes, tendo em vista que tanto a análise de conteúdo do questionário respondido pelo CTC, como a análise documental do PNPG, apresentou tal órgão como responsável pela organização e avaliação de como cada área do conhecimento estabelece suas políticas de publicação e avaliação. Sendo assim, apresentamos o Quadro 20 com o recorte das unidades de registro e sua frequência.

**Quadro 20** – Recorte das unidades de registro do questionário do Dav.

| Unidade                | F | Unidade                  | F  | Unidade                   | F |
|------------------------|---|--------------------------|----|---------------------------|---|
| Membro adjunto         | 1 | Avaliação                | 10 | Ensino                    | 2 |
| Coordenadoria          | 1 | Membros                  | 1  | Coordenadores             | 4 |
| Coordenadores adjuntos | 1 | Área (s)                 | 9  | Problema (s)              | 2 |
| Críticas               | 4 | Construtivas             | 1  | Dav                       | 2 |
| Editores científicos   | 1 | Seminários               | 2  | Ação/ Ações               | 1 |
| Documentos             | 1 | Erros                    | 1  | Plataforma Sucupira       | 3 |
| Concentração           | 1 | Cooperação internacional | 1  | Mudança (s)               | 2 |
| Necessidade (s)        | 1 | Dificuldade (s)          | 1  | Comum                     | 1 |
| Humanas                | 1 | Pouco                    | 1  | Artigos                   | 1 |
| Fator de impacto       | 1 | Critério (s)             | 3  | Realidade                 | 2 |
| Capes                  | 3 | Padrão                   | 1  | Modificável               | 1 |
| Bônus                  | 1 | Programa (s)             | 3  | Mobilização internacional | 1 |
| Chave                  | 1 | Processo                 | 1  | Gratificada               | 1 |
| Fator                  | 1 | Criticado                | 1  | Responsabilidade          | 2 |
| Qualidade              | 2 | Viável                   | 1  | Próximos anos             | 1 |
| Número                 | 1 | Periódico (s)            | 5  | Qualis A                  | 1 |
| Políticas              | 1 | Foco                     | 1  | Acordos                   | 1 |
| Conhecimento           | 2 | Avaliadores              | 2  | Envolvimento              | 1 |
| Tecnológicas           | 1 | Evolução                 | 1  | Visão quantitativa        | 1 |
| Ciência                | 1 | Aumento expressivo       | 1  | Exaustiva                 | 1 |
| Verdade                | 1 | Blogs                    | 1  | Espaço                    | 1 |
| Propício               | 1 | Plataforma SEER          | 1  | Gratuita                  | 1 |
| Complicação            | 1 |                          |    |                           |   |

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A partir do exposto no Quadro 20, observamos primeiramente um total de 68 unidades de registro, as quais variaram ente frequência 1 e 10. Nesse sentido, compreendemos que para dar sentido a unidades escolhidas, seguiremos os passos de nosso método, apresentando assim, a relação das unidades de registro com os indicadores estabelecidos, aspecto exposto no Quadro 21, a seguir.

**Quadro 21** – Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância

| Índice                | Unidades de registro   |
|-----------------------|--|
| <b>Políticas</b>      | Mudanças; avaliação; plataforma Sucupira; responsabilidade; programa; qualidade; visão quantitativa; ciência; aumento expressivo; periódicos; exaustiva; verdade; critérios; área; blogs; plataforma SEER; gratuita; complicação; avaliadores; problema; críticas construtivas; Dav; erros; documentos; editores científicos; seminários de acompanhamento; ações. |
| <b>Sociologia</b>     | Área; mudanças; necessidades; dificuldades; humanas; artigos; fator de impacto; critério; avaliação; realidade; Capes; padrão; modificável.  |
| <b>Objetivos</b>      | Próximos anos; bônus; mobilização internacional; Qualis A; periódicos.   |
| <b>Periódicos</b>     | Artigos; gratificada; plataforma Sucupira; critério; avaliação; políticas; avaliação; Qualis A; próximos anos.   |
| <b>Internacional</b>  | Cooperação internacional, mobilização internacional;   |
| <b>Atores sociais</b> | Membro adjunto; coordenadoria; coordenadores adjuntos; membros; coordenadores; Capes; Dav; editores científicos;   |

**Fonte:** Elaborados pelos autores.

Como podemos observar no Quadro 21, na relação entre recorte e indicadores, grande parte das unidades de registro se referiram ao índice de políticas, especificamente à avaliação dos periódicos, fato que demonstra a relevância de ter questionado o Dav, tal setor que apresentou características mais vinculadas aos nossos objetivos do que o CTC. Nesse sentido, o respondente 2 declarou que o setor em questão é comandado por outros atores sociais, os quais possuem cargos de coordenador ou coordenador-adjunto, estes que por sua vez irão representar cada área de avaliação. No que se refere às possíveis críticas realizadas às políticas de publicação, o respondente 2 que estas sempre ocorrem, principalmente nos Seminários de Acompanhamento realizados pela Capes. Nestes eventos, são construídos documentos sobre os eventuais erros da Plataforma Sucupira<sup>38</sup> e discussões sobre eventuais críticas, dentre estas, o respondente 2 denotou que estas ocorrem acerca da plataforma e até mesmo sobre questões de cooperação internacional. Outro ponto que o respondente 2 nos revelou acerca das críticas, é que muita destas tem suscitado a possibilidade dos programas de pós-graduação ganharem um bônus de acordo com o incentivo à mobilização internacional de cada um.

No que se refere às unidades de registro que aludem a área de Sociologia, o respondente 2 revelou-nos que em tal área do conhecimento, assim como nas demais, ocorrem algumas mudanças nas políticas de publicação, no entanto, tais mudanças variam de acordo com as especificidades de cada área. Nesse sentido, o respondente 2 caracterizou que na área de humanas, um dois critérios de avaliação não utilizado, seria o fator de impacto, tendo em vista o não uso das ferramentas para tal medida.

Quanto a referência dos objetivos da Capes com as unidades de registro coletadas, o respondente 2 apresentou que o setor Dav tem o propósito de aumentar a mobilidade internacional, e, a longo prazo, aumentar o número de periódicos com Qualis A, tendo em vista que as políticas de publicação se concentravam nesta questão. Sendo assim, percebemos que o foco na ciência internacional foi decorrente não só nos objetivos como no decorrer do questionário.

---

<sup>38</sup> A Plataforma Sucupira é um recurso online da Capes que possibilita o processo de coleta/envio de dados das instituições de Ensino Superior, proporcionando visibilidade das atividades, proporcionando uma maior integração com o sistema acadêmico de cada universidade.

Consideramos até agora que tanto a análise documental, como a análise de conteúdo tem complementando uma a outra, construindo um campo de observação homogêneo. Sendo assim, apresentamos abaixo a análise de conteúdo do questionário respondido pela área de Sociologia, chegando assim, ao foco de nossa análise.

#### 5.3.4 Análise de conteúdo do questionário respondido pela Coordenação da Área da Sociologia (CAA I)

A análise de conteúdo do questionário respondido pela Coordenação de Área da Sociologia nos fará chegar enfim no núcleo de nosso objetivo, no caso, a investigação específica de como se estabelece os acordos e formulações referente às políticas de publicação. Sendo assim, apresentamos primeiramente indicadores estabelecidos, aspecto exposto no Quadro 22.

**Quadro 22 – Recorte das unidades de registro do questionário CAA I.**

| Unidade                     | F | Unidade          | F | Unidade                    | F |
|-----------------------------|---|------------------|---|----------------------------|---|
| <b>Capes</b>                | 3 | Publicação (ões) | 4 | Periódicos                 | 6 |
| <b>Políticas</b>            | 2 | Avalia           | 2 | Avaliação                  | 6 |
| <b>Publicado</b>            | 1 | Período          | 1 | Artigos                    | 2 |
| <b>Docentes</b>             | 1 | Discentes        | 1 | Programas de Pós-Graduação | 2 |
| <b>Área (s)</b>             | 4 | Sociologia       | 2 | Crítérios                  | 4 |
| <b>Revistos</b>             | 1 | Triênios         | 1 | Quadriênios                | 1 |
| <b>Desenvolvimento</b>      | 1 | Formas           | 2 | Seleção                    | 1 |
| <b>Claros</b>               | 1 | Objetivos        | 1 | Submissão                  | 1 |
| <b>Suficientes</b>          | 1 | Qualificar       | 1 | WebQualis                  | 5 |
| <b>Indexador</b>            | 1 | Pautas           | 1 | Discussões                 | 1 |
| <b>Consideradas</b>         | 1 | Materializadas   | 1 | Avaliadas                  | 1 |
| <b>Incorporadas</b>         | 1 | Sugestões        | 1 | Comunidade acadêmica       | 1 |
| <b>Conjunto</b>             | 1 | Aplicados        | 1 | Indicadores                | 2 |
| <b>Qualidade</b>            | 5 | Soma             | 1 | Quantitativo               | 2 |
| <b>Qualitativo</b>          | 1 | Comparação       | 1 | Insuficiente               | 1 |
| <b>Item</b>                 | 1 | Fator de impacto | 1 | Revistas                   | 4 |
| <b>Internacionalmente</b>   | 2 | Condição         | 1 | Diversidade                | 1 |
| <b>Agenda internacional</b> | 1 | Pesquisa (s)     | 2 | Aumento                    | 1 |
| <b>Nacionais</b>            | 1 | Importante       | 2 | Internacionais             | 1 |
| <b>Pesquisadores</b>        | 1 | Individualmente  | 1 | Inserção                   | 1 |
| <b>Brasileiras</b>          | 1 | Processo         | 2 | Lento                      | 1 |
| <b>Contínuo</b>             | 1 | Crescente        | 1 | Melhore                    | 1 |
| <b>Mantendo</b>             | 1 | Periodicidade    | 1 | Incentivo                  | 1 |
| <b>Melhora</b>              | 1 | Veículos         | 1 | Observados                 | 1 |
| <b>Recentemente</b>         | 1 | Grande           | 1 | Número                     | 1 |
| <b>B1</b>                   | 1 | Entrada          | 1 | Estratos                   | 1 |
| <b>Elevados</b>             | 1 | Valorizados      | 1 |                            |   |

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 22 apresentou as unidades de registros selecionadas do questionário respondido por um dos membros da Coordenadoria da Área de Sociologia. Tais unidades traduziram o documento nos apresentando elementos importantes para conclusão de nossa visão a respeito da formulação de políticas. Nesse sentido, foram encontradas 80 unidades de registro, nas quais a frequência variou entre 1 e 6. Apresentamos então, a relação das unidades encontradas com os indicadores de relevância no quadro a seguir.

Quadro 23 – Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância

| <b>Índice</b>         | <b>Unidades de registro</b>  |
|-----------------------|--|
| <b>Políticas</b>      | Capes; políticas; publicação; avalia; periódicos; publicado; período; avaliação; artigos; docentes; discentes; programas; pós-graduação; área; Sociologia; WebQualis; indexador; pautas; discussões; materializadas;   |
| <b>Sociologia</b>     | Avaliação; Capes; WebQualis; indicadores; soma; quantitativo; qualitativo; comparação; insuficiente; item; área; Sociologia; fator de impacto; revistas; produzidos; internacionalmente; condição; periódicos; diversidade; agenda internacional; pesquisa; aumento; qualidade; revistas; nacionais; importante; publicação; internacionais; avalia; programas; inserção; pesquisas; brasileiras; processo; lento; contínuo; qualidade; crescente; melhorem; mantendo; periodicidade; incentivo; melhora; veículos; B1; entrada; estratos; elevados; valorizados; processo |
| <b>Objetivos</b>      | [Não caracterizado]  |
| <b>Periódicos</b>     | Critérios; revistos; todos; triênios; quadriênios; avaliação; desenvolvimento; área; próximas; periódicos; formas; seleção; artigos; claros; objetivos; submissão; suficientes; qualificar; outras; formas; avaliadas; incorporadas; sugestões; comunidade; acadêmica; WebQualis; conjunto; critérios; aplicados; publicações; indicadores; qualidade.   |
| <b>Internacional</b>  | Internacionalmente; internacionais; agenda internacional.  |
| <b>Atores sociais</b> | Capes; docentes; discentes; comunidade acadêmica.  |

**Fonte:** Elaborados pelos autores.

A respeito do Quadro 23, no qual apresentamos a relação dos recortes linguísticos selecionais e os indicadores, podemos observar que a maior parte dos registros se referiam aos periódicos e a Sociologia, como de certo modo, já era esperado devido a área do respondente 3. No que concerne às políticas, o respondente 3 deixou claro que a Capes como órgão, não estabelece as políticas, avaliando somente os periódicos de acordo com os critérios, desde que respeitado o período de avaliação, levando em consideração a produção discente e docente de Sociologia. Quanto aos critérios da área de Sociologia, segundo o respondente 3, são revistos em todos triênios/quadriênios de avaliação, observando o desenvolvimento não só da área como também das áreas próximas. Outra parte referente às políticas é a questão do que poderiam fazer os periódicos para a melhoria de seu conceito, tal que o respondente 3 acredita que seja possível com

uma melhora seleção de artigos e clareza nos critérios e objetivos para submissão. Ainda assim, tendo em vista os conceitos estipulados pela Capes para qualificar os periódicos – A1 a C – o respondente acredita que tal forma é suficiente para subdividir todas as qualidades dos periódicos.

Quanto às pautas e discussões da Capes – referentes às políticas de publicação, o respondente 3 afirmou que todas são consideradas, desde que estejam dispostas nas próprias políticas dos periódicos. Além disso, com relação a outras possíveis formas de avaliação da área de Sociologia, o respondente afirmou que outras formas são incorporadas, tendo em vista as sugestões da academia. Para o nosso respondente, a avaliação de cada área, soma o quantitativo e o qualitativo, considerando o WebQualis um importante item dessa avaliação – ainda que não tenha surgido um aumento na frequência dessa unidade –.

No que tange a internacionalização da ciência, como objetivo da Coordenadoria, apesar da unidade ter tido baixa frequência, as demais ficaram, de algum modo, condicionadas a ela. Nesse aspecto, o respondente ressaltou não só a importância de publicar em revistas internacionais – apesar de afirmar este como um processo lento, porém contínuo – mas também de valorizar as publicações nacionais em revistas brasileiras. Ainda nesse sentido, o respondente 3 afirmou que a melhoria já ocorre, tendo em vista as diversas revistas que passaram para o conceito B1, bastando apenas que essas melhorem a qualidade para que mais revistas na área de Sociologia passem para o conceito A1.

Em resumo, tal análise agregou elementos interessantes para nosso arcabouço metodológico, o qual será discutido de forma ampla ao final de todas as análises realizadas. Sendo assim, apresentamos por fim, a análise de conteúdo dos questionários respondidos pela ABEC.

### **5.3.5 Análise de conteúdo dos questionários respondido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC)**

A análise de conteúdo dos questionários respondidos pela ABEC será fundamental para no apresentar uma visão externa da Capes, isto porque tal Associação, responsável pelas demandas e discussões dos editores científicos, tem como objetivo observar o padrão das publicações científicas brasileiras, mantendo contato com as instituições nacionais e internacionais e divulgados eventuais

análises. Nesse sentido, dois membros da referida associação responderam nosso questionário, logo, apresentamos a seguir o Quadro 24, com os recortes destes.

**Quadro 24 – Recorte das unidades de registro do questionário CAA I.**

| Unidade               | F | Unidade        | F | Unidade            | F |
|-----------------------|---|----------------|---|--------------------|---|
| Vice-presidente       | 1 | Diretoria      | 2 | Majoria            | 1 |
| Adequados             | 1 | Periódico (s)  | 8 | Aspectos           | 1 |
| Forma                 | 1 | Conteúdo       | 1 | Política editorial | 1 |
| ABEC                  | 4 | Capes          | 4 | Questões           | 1 |
| Classificação         | 2 | Brasileiros    | 1 | Meta               | 1 |
| Atual                 | 1 | Razoável       | 1 | Número             | 3 |
| Mínimo                | 1 | Artigos        | 1 | Relevante          | 1 |
| Nenhuma               | 1 | Reunião (ões)  | 3 | Avaliação          | 1 |
| Proposta              | 1 | Anteriormente  | 1 | Debatida           | 1 |
| Associados            | 2 | Presidente     | 1 | Grande             | 4 |
| Critério (s)          | 3 | Revistas       | 1 | Publicadas         | 1 |
| Empresas              | 1 | Exterior       | 1 | Política (s)       | 2 |
| Gestão                | 1 | Agressiva      | 1 | Dinheiro           | 1 |
| Investimento          | 1 | Qualidade      | 2 | Auxílio            | 1 |
| Indexação             | 1 | Divulgação     | 1 | Qualis             | 1 |
| Exclusivamente        | 1 | Cursos         | 1 | Pós-Graduação      | 1 |
| Completamente         | 1 | Heterogênea    | 1 | Áreas              | 2 |
| Comitê                | 1 | Opiniões       | 1 | Pares              | 1 |
| Pesquisador           | 1 | Brasileiro     | 1 | Motivação          | 1 |
| Qualquer              | 1 | Pesquisa       | 1 | “Forçado”          | 1 |
| Editados              | 1 | Fora           | 1 | Brasil             | 1 |
| Amplamente            | 1 | Discutido      | 1 | Prejuízo           | 1 |
| Quantidade            | 1 | Longe          | 1 | Discussões         | 1 |
| Tempo                 | 1 | Infelizmente   | 1 | Momento            | 1 |
| Oportuno              | 1 | Possibilidades | 1 | Apresentadas       | 1 |
| Sempre                | 1 | Tema           | 1 | Workshops          | 1 |
| Congressos            | 1 | Pesquisadores  | 1 | Cursos             | 1 |
| Agências regulatórias | 1 | Experiência    | 1 | Grupo              | 1 |

**Fonte:** Elaborados pelos autores.

Como podemos observar no Quadro 25, foram captados 84 unidades de registro, nas quais houve uma frequência de 1 a 8, tendo a unidade “periódico” com mais destaque entre e as demais. Sendo assim, para compreendermos tais unidades dentro de um contexto, apresentamos o Quadro 26 com a relação dessas unidades e os indicadores que estabelecemos.

**Quadro 25 – Relação do recorte linguístico com os indicadores de relevância.**

| <b>Índice</b>         | <b>Unidades de registro</b>   |
|-----------------------|---|
| <b>Políticas</b>      | Grande; número; periódicos; critérios; estabelecidos; Capes; revistas; publicadas; empresas; exterior; política; gestão; agressiva; ABEC; dinheiro; investimento; qualidade; auxílio; indexação; divulgação; questões; relativas; classificação; brasileiros; razoável; mínimo; artigos; relevante; nenhuma; reunião; DAV; proposta; anteriormente; debatida; associados.   |
| <b>Sociologia</b>     | [Não caracterizado no documento]  |
| <b>Objetivos</b>      | [Não caracterizado no documento]  |
| <b>Periódicos</b>     | Diretamente; associados; Qualis; exclusivamente; cursos; pós-graduação; classificação; completamente; heterogênea; áreas; critérios; próprios; Comitê; opiniões; pares; pesquisador; brasileiro; motivação; pesquisa; nossos; periódicos; “forçado”; editados; Brasil; amplamente; grande; prejuízo; quantidade; qualidade; agenda; discussões; Capes; ABEC; tempo; infelizmente; momento; oportuno; possibilidades; apresentadas; sempre; tema; reuniões; workshops; congressos; pesquisadores; cursos; pós-graduação; agências regulatórias; experiência; grupo; maioria; adequados; vários; aspectos; forma; conteúdo; política editorial. |
| <b>Internacional</b>  | Exterior.   |
| <b>Atores sociais</b> | Presidente; Capes; ABEC; Vice-presidente; Diretoria; Comitê.  |

**Fonte:** Elaborados pelos autores.

Como pode ser observada no Quadro 25, boa parte das unidades se concentraram entre os indicadores de políticas e periódicos, além do elemento da internacionalidade – seja da ciência, como das políticas ou periódicos – teve um menos efeito na fala dos respondentes.

No que concerne aos indicadores de políticas, as unidades de registro apresentaram que a fala dos respondentes se concentrou de acordo a formulação de políticas como esta é disposta pela Capes, atribuindo parte da responsabilidade do sucesso de tais revistas a elas próprias. Ainda assim, os respondentes expuseram o fato de revistas internacionais possuírem financiamento de empresas privadas, possuindo políticas mais agressivas e um sucesso quase previsível, ou seja, o poder aquisitivo de alguns periódicos facilita seu desempenho em fatores como na indexação, por exemplo. Quanto a aproximação da ABEC junto a Capes, para discussões, os respondentes afirmaram estar em diálogo com a Coordenadoria, buscando levar as críticas e sugestões dos associados, alegando que a disposição da classificação dos periódicos está em pauta.

Quanto especificamente aos periódicos, os respondentes afirmaram que apesar da classificação dos periódicos apesar de ser heterogênea, ou seja, cada área do conhecimento estabelece seus critérios, os pesquisadores não se sentem motivados a publicar nas revistas brasileiras, tendo em vista que são incentivados a produzir para periódicos internacionais, sendo estes mais valorizados no país. Outro

ponto que os respondentes apresentaram, é que estes não acreditavam nessa visão quantitativa da ciência, e que buscam discutir esta e outras questões com o Dav. Por último nesse quesito, os respondentes afirmaram que estão sempre buscando desenvolver esse diálogo através de reuniões e congressos, como meio de problematizar tal situação e estimular saídas.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO DE ANÁLISE DE DADOS

Com tranquilidade, podemos afirmar que as políticas de publicação, de um modo geral, são elementares para o desenvolvimento da ciência, pois é através destas, que os periódicos de cada área podem se nortear para alcançar os objetivos de qualidade e expansão de suas pesquisas. Nesse sentido, pudemos observar que a Capes delibera de forma igualitária com os programas de Pós-Graduação de cada área para que estes possam formular as políticas conforme sua realidade, condições e especificidades. Ainda assim, apesar desta aparente mobilidade na formulação das políticas, notou-se, através da análise documental, que os critérios estão engessados conforme a área de Ciências Exatas. Tal aspecto, que a princípio pode parecer apenas uma formalidade, não só prejudica como também dificulta uma análise imparcial dos periódicos das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Outro ponto que apareceu de forma consensual, seja na análise documental, seja na análise de conteúdo, foi a importância da internacionalização, termo este que se representou em diversas unidades de registro – internacional, internacionalidade, fora do país, exterior – apresentando tal ponto como de suma importância para a Coordenadoria, além de se revelar como o foco das políticas de periódicos de cada área. Quanto a essa questão, a análise de conteúdo trouxe um elemento ausente na análise documental, no caso, o financiamento de empresas privadas como detentoras dos periódicos com maiores representatividade em algumas áreas do conhecimento, sendo assim, tais empresas financiam melhores plataformas, indexadores e pesquisas de acompanhamento, diferentemente da grande parte dos periódicos brasileiros, mantidos em sua maioria pelo governo federal, dispostos em plataforma gratuita (SEER).

Quanto à ausência e presença de unidades de registro, parte apresentada no Quadro 14 (item B), boa parte das unidades de registros destacadas nos questionários de cada órgão foram em si coesas, até mesmo na frequência, na qual

unidades como: política; avaliação; critério (s); Capes; periódicos; qualidade; área (a); se repetiram de forma padrão. Podemos concluir então que a análise foi homogênea, salvo algumas unidades que se destacaram, não observamos também alguma ausência nesse sentido.

## CONCLUSÃO

Todas as mudanças resultantes das transformações globais – a partir da década de 70 – acabaram por remodelar a lógica da ciência, emergindo assim, um novo paradigma tecnológico, tendo este a informação como núcleo. Tal paradigma, que pode ser chamado tanto de tecnológico, como de informacional, fez com que as pesquisas e a produção científica dos países tomassem um novo significado. Sobretudo, tendo em vista o fluxo constante das descobertas, os adventos científicos e as mudanças específicas de cada área do conhecimento, buscou-se uma nova forma de selecionar a pertinência e validade das novas descobertas. Dentre as estratégias adotadas para avaliação dessa produção – especificamente na área acadêmica – parâmetros internacionais são tomados como referência de qualidade e objetivo das agências reguladoras brasileiras, como a Capes. Em uma perspectiva do conhecimento científico (publicado) e de suas descobertas, estas que são construídas, em sua maioria, em ambientes de conhecimentos interdisciplinares, a Coordenadoria tem adotado como forma de avaliação a estratificação desse conhecimento, atribuindo ainda uma categorização para qualidade de cada periódico.

Frente ao apresentado, com o referencial teórico da Sociologia da Ciência, buscamos caracterizar as questões que orientaram nossa pesquisa: a) se as políticas de publicação têm como objetivo a qualidade dos periódicos, quais os motivos que dificultam estes a passarem para o conceito A?; b) questões subjetivas como a valorização da quantidade de artigos e periódicos em contrapartida da preocupação com a qualidade destes são discutidas pela Capes?; c) como é avaliado o panorama das políticas de publicação para que as decisões sejam tomadas?; d) qual o real interesse da Capes com relação aos periódicos brasileiros, no que tange ao progresso das pesquisas produzidas no Brasil?

A partir dos questionamentos suscitados anteriormente, estabelecemos alguns pressupostos baseados em algumas informações da Coordenadoria e de artigos sobre o tema. Nesse sentido, a primeira hipótese era de que as políticas de publicação eram formuladas de acordo com o que era definido internacionalmente (nesse caso, até mesmo as oscilações nas políticas de periódicos brasileiras eram causadas por eventuais mudanças e inovações fora do país). Esta primeira hipótese foi parcialmente confirmada, isto porque a Coordenadoria considera o padrão

internacional para a elaboração de seus projetos, investe em estágios e bolsas para que os pesquisadores possam sair do país e produzir em parceria, nesse sentido, podemos afirmar através da análise documental do PNPG e das falas dos representantes da Capes que a internacionalidade é um forte elemento. No entanto, tal hipótese não se confirma por outro lado tendo em vista que cada programa estabelece quais serão as políticas, logo a especificidade de cada área não dá conta de um modelo genérico definido conforme um padrão internacional. Um exemplo que cobre esta questão é a comparação da análise documental dos critérios da área de Ciências Biológicas I e a área de Ciências Humanas, nas quais um único modelo não poderia encaixar com as especificidades de cada política.

Ainda assim, há outro elemento que surgiu com relação a este aspecto que podemos associar ao modelo de produção científica internacional, que é a entrada de empresas privadas no setor acadêmico como investidoras. Grande parte dos periódicos científicos internacionais são financiados por essas empresas, o que não é o caso do Brasil, no entanto, a análise documental do PNPG apresentou elementos que enfatizavam a formação de parcerias com empresas privadas para o financiamento de pesquisas e de pesquisadores no exterior, o que demonstra, de algum modo, que a Coordenadoria visa quebrar o distanciamento existe entre academia e campo de trabalho, fato que poderia contribuir para o cenário brasileiro, tendo em vista que boa parte das revistas internacionais estão indexadas – que exige alto investimento -, utilizam métricas alternativas dentre outras ferramentas que muitos periódicos científicos brasileiros não possuem devido ao alto gasto para tais. Neste aspecto, a falta do responsável pela ABEC foi de comum acordo, alegando que o fator financeiro dificultava a expansão dos periódicos no meio acadêmico internacional.

Outro ponto interessante que a análise documental pode nos oferecer com relação à formulação de políticas – não especificamente a periódicos – é que dentre o padrão de ciência que Coordenadoria se propõe a regular, tal está embasado nos preceitos da Sociologia da Ciência elaborados por Robert Merton, sendo assim, parece-nos interessante ressaltar que para falar da ciência a Coordenadoria utilize um sistema de como a ciência/cientistas devem se portar com relação à produção e divulgação de suas pesquisas.

A segunda hipótese que elaboramos para nossa dissertação referia-se ao fato de boa parte dos periódicos estarem relegados a uma situação periférica na ciência

mundial, tendo em vista o incentivo maior dado aos pesquisadores para que estes publicassem em periódicos internacionais do que nacionais. Já mencionamos que foi evidente a importância dada ao âmbito internacional, no entanto, na análise documental do material extraído da Coordenadoria não foi possível captar nenhuma excerto que se referisse especificamente a essa questão. No entanto, na análise de conteúdo dos questionários da ABEC, um dos respondentes referiu-se a tal problemática alegando que os editores científicos possuíam tal impressão, a qual fazia com que os pesquisadores não se sentissem motivados a publicação em revistas nacionais, prejudicando tais.

A última hipótese que tivemos relacionada às políticas refere-se a uma avaliação que julgamos de cunho quantitativo a respeito da ciência, não visando à qualidade, mas sim a quantidade, a produção em grande escala. Nesse sentido, nos surpreendemos ao encontrar, através da análise documental, recortes do PNPG nos quais a própria Coordenadoria concordava que dentro da ciência se instaurou o que chamou de taylorismo intelectual, no qual os pesquisadores estão condenados ao sistema *de publish or perish*<sup>39</sup>. Sendo assim, podemos confirmar em partes que a Coordenadoria possui essa visão, não que tal órgão seja responsável por tal situação, pelo contrário, através de nosso referencial teórico pudemos compreender que este é um dentre os vários efeitos da globalização e que, de algum modo, refletem os estudos de laboratório descritos pela Sociologia do Conhecimento. No entanto, os respondentes, especificamente da Coordenadoria, traduziram em suas falas que o WebQualis daria conta tanto do lado quantitativa quanto do qualitativo da ciência. Acreditamos que tal mecanismo auxilia para nortear os periódicos na qualificação, com relação aos critérios, porém discordamos que ele possa suprir toda a complexidade da ciência publicada em revistas científicas.

Compreendemos que em uma dissertação, em sua maioria, os elementos acabam sendo descobertos ultrapassam os objetivos e hipóteses elaborados pelos pesquisadores, acreditamos assim, que esteja seja o nosso caso, tendo em vista que algumas das críticas – nas quais embasamos nossas hipóteses – estavam equivocadas ou, em outro caso, mal formuladas. Deste modo, resta-nos apenas discutir alguns elementos que acabaram por se sobressair através de nossa metodologia.

---

<sup>39</sup> Tradução: Publique ou pereça. Termo utilizado para se referir ao sistema da publicação na ciência no século XX.

O primeiro aspecto que pudemos perceber através de nossa metodologia, de um modo geral, foi o excesso de setorização, seja no âmbito da Coordenadoria como órgão ou na estratificação das regiões para que cada setor/região se responsabilize pelo que é produzido por sua área. Deste modo, uma crítica contundente não pode ser feita diretamente a Capes, mas sim a algum órgão específico, assim como não podemos fazer uma generalização da produção científica da área de Ciências Humanas, pois dependendo de suas subáreas, estas possuem periódicos renomados, artigos com alto índice de citação, e assim por diante.

Com relação à avaliação e qualidade das publicações em periódicos, outro elemento que chamou-nos a atenção foi o esforço que a Coordenadoria tem mantido para que os artigos impactem não somente a área acadêmica, mas também os setores empresariais, aliás, esta é uma das críticas da própria Capes, a qual nos aliamos tendo em vista a falta (ou escassez) de uma ligação entre a academia e a empresa. Tal distanciamento parece ocorrer em menor grau na área das Engenharias e afins, no entanto da área de Ciências Sociais podemos concordar com a ressalva feita pela Coordenadoria. Com efeito, segundo a análise dos documentos, esse fenômeno parece não ocorrer na ciência internacional, na qual existe este elo, que acaba por gerar as parecerias e financiamentos que o Brasil ainda carece.

Ainda que nossa tentativa tenha, de algum modo, dado conta do universo da globalização que afeta a ciência brasileira, chamou-nos a atenção não apenas a Coordenadoria compreender a influência desse fenômeno – afinal, seria impossível escapar de seus efeitos – mas buscar se estabelecer nesse mercado competitivo no qual se tornou a ciência. É nesse sentido que a Capes tem mantido esforço para o crescimento de mestrados acadêmicos, já que através destes há uma união estável com as empresas.

Um elemento que não pode ser traduzido nem através das análises (documental e de conteúdo), tampouco através da fala dos respondentes, mas que pelo contrário, é caracterizado pelo não-dito, foram os cortes sofridos no que concerne a educação, que afetam diretamente a Capes e os programas de Pós-Graduação – e conseqüentemente os pesquisadores –. Imaginamos que tais cortes devem influenciar os objetivos estabelecidos não só nas falas dos respondentes como nos documentos nos quais são estruturados os planos para a ciência

brasileira. Nesse sentido, alguns pesquisadores responsáveis pela formulação das políticas de publicação dos órgãos que buscamos investigar, prefeririam não responder o questionário – ainda que não fosse revelado nenhum dado – devido às instabilidades políticas que cercam o país no referido momento. Os próprios órgãos da Coordenadoria não possuem uma opinião formada que possa ser repassada publicamente – ao menos não havia até a conclusão desta dissertação -, tendo em vista que de qualquer modo, alguns objetivos definidos pela Capes possam estar descaracterizados da atual realidade. De qualquer modo, acreditamos que apesar do baixo número de respondentes, pudemos concluir nosso objetivo de analisar a formulação das políticas de publicação de periódicos.

Conforme acreditamos ter demonstrado nesta pesquisa, as políticas de publicação são um fator importante para a expansão da ciência brasileira, a qual podemos concluir que tem avançado e busca parcerias (além das existentes) que ultrapasse as linhas da academia e que impactem a sociedade com soluções para diversos problemas sociais existente. Quanto aos periódicos, ainda que discordemos de que a estratificação por critérios não dê conta de toda a realidade do conhecimento, compreendemos que dentro da atual conjectura, tais critérios auxiliam para uma melhor percepção da qualidade dos periódicos. Ressaltamos ainda, que apesar da escassa discussão no Brasil sobre outras formas de avaliar não somente os periódicos, mas também o impacto da produção científica como um todo, tem sido criadas métricas alternativas, as quais tem sido testadas por algumas universidades particulares e federais, dando conta de universo maior do real impacto, compreendendo não só o acesso/citação de um periódicos ou artigo, mas levando em conta a divulgação em notícias, redes sociais e tantos outros meios de comunicação, tendo em vista que em uma sociedade globalizada, com diversos meios de disseminação da informação, estes não poderia ser detidos apenas em uma esfera educacional.

Contudo, frente aos resultados de nossa investigação, podemos afirmar que é responsabilidade de nós pesquisadores em agir para as transformações e melhorias na qualidade e na formulação dos periódicos. Nossa pesquisa mostrou que existe um diálogo aberto dentre cada área do conhecimento para que esta discuta os problemas enfrentados e, mais que isso, traga soluções alternativas para a experiência na avaliação e formulação de políticas, tais que tem transbordado uma lógica acadêmica.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Karen Cristina Kraemer. História e usos da Internet. **BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 2009, p. 01-09, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Edição revista e actualizada). Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

BARNES, Barry. **Tomas S. Kuhn and the Social Science**. Nova York: Columbia University Press, 1982.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422007000700050](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000700050). Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

BASTOS, Vilma Costa. **Classificação de periódicos no qualis/capes**. Belém: Universidade do Pará, 2011.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Edunesp, 2009.

BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Unesp, 1994.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal). **Portal de Periódicos Capes, 2010**. Disponível em: [http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100). Acesso em: 5 de maio, 2015.

CASTELLS, Manuel et al. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CONSIAFI - Solução Gerencial para consultas (2011). **CAPES – 60 anos**. Revista comemorativa. Brasília: Capes, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, David Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

Edanz Expert English Editing. **Edanza Journal Selector**. Disponível em: [http://www.edanzediting.com/journal\\_selector/](http://www.edanzediting.com/journal_selector/). Acesso em: 23 maio, 2015.

ESPINOSA, Lamo de; GARCIA, José María González; ALBERO, Critóbal Torres. **La sociología del conocimiento y de la ciencia**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrol**. São Paulo: Editora Record, 2007.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520**: as origens da globalização. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

Knorr Cetina, Karin. **Epistemic Cultures**: How the Sciences Make Knowledge. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **La fabricación del conocimiento**: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

\_\_\_\_\_. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo. Editora Unesp. 2000.

LIMA, Nísia Trindade; PORTOCARRERO, Vera. Valores sociais e atividade científica: um retorno à agenda de Robert Merton. **Filosofia, história e sociologia das ciências**, v. 1, p. 151-73, 1994.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento [tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy]. 5ª ed. rev. – São Paulo : Cortez, 1994.

MATTEDI, Marcos Antônio. **Sociologia e Conhecimento**. Argos: São Paulo, 2006.

MATHEUS, Carlos. Max Scheler e a gênese axiológica do conhecimento. **Margem**, São Paulo, n.º16, p. 13-27, dez. 2002.

MERTON, Robert King; MARCOVICH, Anne. **Ensaio de sociologia da ciência**. Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. **Social theory and social structure**. London: Simon and Schuster, 1968.

\_\_\_\_\_. Sociologia: **Teoria e Estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MITROFF, Ian I. **Challenging strategic planning assumptions**: Theory, cases, and techniques. New York: Wiley, 1981.

MORAES, Mário César Barreto de. **O paradigma educacional emergente**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004. 236 p.

NEVES, Fabrício Monteiro. A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 241-252, 2009.

NEVES, Fabrício Monteiro . A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 14, p. 556-574, 2014.

\_\_\_\_\_; COSTA LIMA, João Vicente. As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa. **Liinc em Revista**, v. 8, p. 248-262, 2012.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PALÁCIOS, Manuel; PORTOCARRERO, Vera. O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento e o Princípio da Causalidade. **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 272 p.

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO – PNPG 2011-2020. /**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. – Brasília, DF: Capes, 2010.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr. 2011, p. 22-42.

PRIEM, Jason. **Altmetrics: a manifesto**. Evanston, 2011.

RODRIGUES, Léo Peixoto. A (des) estruturação das estruturas e a (re) estruturação dos sistemas: uma revisão epistemológica crítica. **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann**: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 35-67, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia do Conhecimento, da Ciência e do conhecimento científico**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

SANTOS, Alex Vieira dos. O conceito de ciência periférica nas ciências naturais baianas: percepção de pesquisadores. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 99-107, jan-jun 2010.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, jan./dez. 2009.

SILVA, Lemuel Rodrigues da; JUNIOR, Orivaldo Pimentel Lopes. Globalização—De sua gênese mercantilista ao neoliberalismo burguês. **Revista Inter-Legere**, n. 3, 2008. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es01.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2015.

SILVA, Regina Helena Alves da. **Sociedade em Rede**: cultura, globalização e formas colaborativas. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

SLOW SCIENCE ACADEMY. **The slow Science manifesto**. Alemanha, 2010.

TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. Globalização, qualidade de ensino e formação docente. **Ciência & Educação**, v. 5, n. 2, p. 71-79, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a07v5n2>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

THOMAZ, Petrônio Generoso; MURAMOTO, Giovana. Avaliação da qualidade da produção científica brasileira: devemos criar uma política de cotas?. *Rev. Col. Bras. Cir.* [online]. 2012, vol.39, n.2, pp. 169-169. ISSN 0100-6991. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912012000200017>.

THOMSON Reuters. **Web of Science**. Disponível em: <http://www.webofknowledge.com>. Acesso em: 3 maio 2015.

TORRES, Pilar Bardo. *Ciencia periférica o ciencia marginal: la vía periférica de construcción institucional y cognitiva de la ciencia*. 1996. **Tese de Doutorado**. Universidad Complutense de Madrid.

VINCK, Dominique. **Ciencias y Sociedad**: Sociología del trabajo Científico. Barcelona: Gedisa, 2014.

WEBER, Karl Emil Maximilian. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

## APÊNDICE A – Questionário aplicado na ABEC



Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

### **AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E SEU IMPACTO PRODUZIDO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Autora: Camila B. Schuck Orientador: Léo Peixoto Rodrigues

O presente questionário tem como objetivo investigar as políticas de publicação da Capes e seu impacto – seja este social, tecnológico, econômico ou cultural – nos periódicos científicos, especificamente na área da Sociologia. Deste modo, devido sua posição de importância para essas formulações, sua participação é fundamental para conhecermos qual a visão da Associação Brasileira de Editores Científicos no que concerne a estas políticas.

- 1) Indique seu grau de formação acadêmica:
  - (a) Ensino superior completo;
  - (b) Pós-Graduação (especialização incompleta);
  - (c) Pós-Graduação (especialização completa);
  - (d) Pós-Graduação (mestrado) incompleta;
  - (e) Pós-Graduação (mestrado) completa;
  - (f) Pós-Graduação (doutorado) incompleta;

- (g) Pós-Graduação (doutorado) completa;
  - (h) Pós-Graduação (pós-doutorado) incompleta;
  - (i) Pós-Graduação (pós-doutorado) completa;
- 
- 2) Qual o seu cargo na ABEC?
  - 3) Em uma perspectiva abrangente, como você consideraria os periódicos brasileiros no que diz respeito à qualidade e ao cumprimento dos critérios estabelecidos pela Capes?
  - 4) Em determinadas áreas o Brasil possui periódicos em nível de excelência no que diz respeito ao ranking de citações mundiais. No entanto, o número de periódicos com qualificação máxima da Capes (A1) ainda é composto por um número muito restrito. A ABEC como representante dos editores científicos do Brasil, discute questões referentes às políticas de publicação e avaliação da Capes? Qual a visão que a ABEC tem dessas?
  - 5) Em alguns editoriais da ABEC, a associação construiu algumas críticas a respeito da priorização da quantidade de artigos e periódicos em contrapartida da qualidade dos mesmos, alegando que a Capes mantinha uma visão quantitativa da ciência. A associação mantém a mesma posição?
  - 6) Nas reuniões com a Diretoria de Avaliação da Capes, editoriais e artigos da ABEC, são discutidos novas formas de avaliar o conhecimento científico produzido nos periódicos? Quais as alternativas que a ABEC propõe?

## APÊNDICE B – Questionário aplicado no CTC-ES



Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

### **AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E SEU IMPACTO PRODUZIDO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Autora: Camila B. Schuck Orientador: Léo Peixoto Rodrigues

O presente questionário tem como objetivo investigar as políticas de publicação da Capes e seu impacto – seja este social, tecnológico, econômico ou cultural – nos periódicos científicos, especificamente na área da Sociologia. Deste modo, devido sua posição de importância para essas formulações, sua participação é fundamental para conhecermos os fatores que envolvem as políticas no que concerne a publicação e avaliação da área da Sociologia.

- 1) Dentre suas atividades, existem ações e discussões relacionadas à avaliação da Capes com relação à produção bibliográfica nos periódicos científicos? No caso de haver essas ações, de que modo tais questionamentos são transformados em pautas e levadas à Assessoria de Planejamento e Estudos (APE)?
- 2) No que concerne aos fatores que envolvem as políticas e planos estabelecidos para o Ensino Superior, existem acordos e ações voltadas para que o ensino brasileiro se equipare a um patamar de nível internacional? No caso de existir tais acordos, quais têm sido essas ações no que se refere à

produção científica brasileira? Existem novas propostas para os próximos anos?

- 3) Levando em consideração que para atender as diversas demandas do Ensino Superior, os membros do Conselho Técnico Científico da Capes são divididos em grandes áreas do conhecimento, qual a grande área responsável pelas políticas da subárea de Sociologia?
- 4) No caso da área de Sociologia estar agrupada em alguma outra grande área, existe pautas desta que envolvam a avaliação da área, seja referente à graduação, pós-graduação e produção científica em periódicos? Tal área traz alguma preocupação para o Conselho, com relação à qualidade e/ou critérios? Quais seriam estes?
- 5) Quais são os objetivos e interesses da Capes em relação aos periódicos brasileiros com as políticas que são estabelecidas?
- 6) Como é avaliado na visão do Conselho Técnico Científico o panorama das políticas de publicação da Capes? É a partir deste panorama que as decisões de mudanças são tomadas?

## APÊNDICE C – Questionário aplicar no DAV



Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

### **AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E SEU IMPACTO PRODUZIDO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Autora: Camila B. Schuck Orientador: Léo Peixoto Rodrigues

O presente questionário tem como objetivo investigar as políticas de publicação da Capes e seu impacto – seja este social, tecnológico, econômico ou cultural – nos periódicos científicos, especificamente na área da Sociologia. Deste modo, devido sua posição de importância para essas formulações, sua participação é fundamental para conhecermos os fatores que envolvem as políticas no que concerne a publicação e avaliação da área da Sociologia.

- 1) Indique seu grau de formação acadêmica:
  - (a) Ensino superior completo;
  - (b) Pós-Graduação (especialização incompleta);
  - (c) Pós-Graduação (especialização completa);
  - (d) Pós-Graduação (mestrado) incompleta;
  - (e) Pós-Graduação (mestrado) completa;
  - (f) Pós-Graduação (doutorado) incompleta;
  - (g) Pós-Graduação (doutorado) completa;
  - (h) Pós-Graduação (pós-doutorado) incompleta;
  - (i) Pós-Graduação (pós-doutorado) completa;

- 2) Qual sua função na Diretoria de Avaliação?
- 3) Além do senhor (a), quem são os atores sociais que se envolvem no processo avaliação das áreas?
- 4) Estão sendo feitas críticas com relação às políticas de publicação pelos avaliadores da área? Se sim, no que estas se concentram? Em que momentos os atores sociais têm a oportunidade de apresentar seus questionamentos?
- 5) Como são determinadas as mudanças nas avaliações dos periódicos da área de Sociologia?
- 6) Você poderia me passar alguns critérios que estão sendo criticados pelos pares?
- 7) Quais são as mudanças esperadas para os próximos anos no que diz respeito aos fatores que envolvem as políticas de avaliação de periódicos?
- 8) Sob quais acordos os critérios de avaliação podem ser mudados e envolvendo quais atores?
- 9) Podemos dizer que as mudanças tecnológicas que cercam o conhecimento tem um papel importante dentro dos critérios? Existe uma preocupação social quando se questiona os critérios de avaliação?
- 10) O senhor consideraria que a avaliação da Capes sobre os periódicos científicos é focada na qualidade ou na quantidade? Como poderia ser explicado o aumento progressivo do número de periódicos em contrapartida do baixo número de periódicos com qualificação A1?

## APÊNDICE D – Questionário aplicado ao CAA I



Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

### **AS POLÍTICAS DE PUBLICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E SEU IMPACTO PRODUZIDO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Autora: Camila B. Schuck Orientador: Léo Peixoto Rodrigues

O presente questionário tem como objetivo investigar as políticas de publicação da Capes e seu impacto – seja este social, tecnológico, econômico ou cultural – nos periódicos científicos, especificamente na área da Sociologia. Deste modo, devido sua posição de importância para essas formulações, sua participação é fundamental para conhecermos os fatores que envolvem as políticas no que concerne a publicação e avaliação da área da Sociologia.

- 1) Indique seu grau de formação acadêmica:
  - (j) Ensino superior completo;
  - (k) Pós-Graduação (especialização incompleta);
  - (l) Pós-Graduação (especialização completa);
  - (m) Pós-Graduação (mestrado) incompleta;
  - (n) Pós-Graduação (mestrado) completa;
  - (o) Pós-Graduação (doutorado) incompleta;
  - (p) Pós-Graduação (doutorado) completa;
  - (q) Pós-Graduação (pós-doutorado) incompleta;
  - (r) Pós-Graduação (pós-doutorado) completa;
  
- 2) Qual foi seu cargo na avaliação da área de Sociologia?

- (a) Coordenador (a);
  - (b) Coordenador (a) adjuto (a);
  - (c) Coordenador (a) adjuto (a) de Mestrado Profissional;
  - (d) Outro. Especifique \_\_\_\_\_
- 
- 3) Como se dá o processo de sugestões e críticas externas (avaliadores de periódicos, editores, etc.) com relação às políticas de publicação?
  - 4) Desde a instauração do WebQualis quantas mudanças foram feitas no que se refere às possíveis mudança de algum critério?
  - 5) Quais as mudanças que o (a) senhor (a) acha que deveriam ocorrer para a melhoria das notas dos periódicos?
  - 6) O (A) senhor (a) considera que esta estratificação dos periódicos em notas de A1 a C representa claramente a qualidade dos tipos de periódicos que se tem na área da Sociologia como num todo?
  - 7) As pautas e discussões levantadas pela ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos) são levadas em questões quando se decide fazer uma mudança em algum dos critérios?
  - 8) O (A) senhor (a) considera outras formas pelas quais os periódicos poderiam ser avaliados além da usual?
  - 9) Em sua opinião, como você observa a relação entre lógica da produção e o conhecimento produzido nos periódicos científicos?
  - 10) Podemos afirmar que a avaliação do conhecimento pela Capes dá-se de modo quantitativo do que qualitativo. Concordando com esta percepção, como o senhor (a) acha viável uma avaliação da qualidade do que é produzido na área da Sociologia?
  - 11) A inserção internacional dos periódicos da Sociologia é considerada pela Capes um fator que determina a qualidade de um periódico. Por outro lado, sabemos que a agenda nacional de pesquisa diverge da agenda internacional por diversos fatores (investimento, delimitação do tipo de pesquisas por universidade, etc.). Neste sentido, é possível dizer que a inserção internacional das pesquisas brasileiras não garante a qualidade dos periódicos?
  - 12) Como o (a) senhor (a) acha possível, na área da Sociologia, o aumento do número de periódicos A1?